

LISBOA

REVISTA MUNICIPAL





LISBOA

revista municipal

ANO XLVIII — 2.ª SÉRIE — N.º 21 — 3.º TRIMESTRE DE 1987 — NÚMERO AVULSO: 500\$00

DIRECTOR: ORLANDO
MARTINS CAPITÃO
SUBDIRECTOR: MARIA
SALETE SALVADO
ASSISTENTE TÉCNICO:
ALFREDO THEODORO

sumário

DONA SIMOA DE S. TOMÉ EM LISBOA — O
SEU TESTAMENTO E A SUA CAPELA • A AULA
DO COMÉRCIO DE LISBOA — V - ABECEDÁRIO
DE LENTES E AULISTAS • UMA PERSPECTIVA
DA AZULEJARIA PORTUGUESA: A PROPÓSITO
DOS AZULEJOS DA FACHADA DA REITORIA
• OS CAFÉS E OS BOTEQUINS LISBOETAS
DO SÉC. XIX • LISBOA — NOTICIÁRIO

EDIÇÃO DA C. M. L. — D. S. C. C. — REPARTIÇÃO DE ACÇÃO CULTURAL
PALÁCIO DOS CORUCHÉUS — RUA ALBERTO DE OLIVEIRA — LISBOA — TELEFONE 76 62 68

Tiragem: 2000 exemplares — Depósito Legal n.º 18 112/88

Composição e impressão: Heska Portuguesa — Rua Elias Garcia, 27-A — Venda Nova — Amadora



Lisboa – «Quai du Sodré»
Reprodução parcial da quinta estampa
da obra «Dix Vues de Lisbonne...»,
editada em 1832 orLith. de Schmid, Genebra.
É autora Celestine Brelay (1811-1892)
mais tarde Sr.ª Lenoir, nascida em Lisboa.

DONA SIMOIA DE S. TOMÉ EM LISBOA

O SEU TESTAMENTO E A SUA CAPELA

A meados do século XVI, existiu na Ilha de S. Tomé uma autêntica linhagem de nobres damas, descendentes directas dos primeiros portugueses povoadores do arquipélago.

É bem conhecida, por exemplo, a célebre Ana de Chaves, que deu o nome à baía onde está situada a cidade de S. Tomé, e cujos restos mortais descansaram durante séculos na capela de S. João, e que mais tarde, quando o túmulo foi profanado e demolido em fins do século XIX, foram trasladados, em cerimónia oficial, primeiramente para a igreja da Misericórdia, e finalmente para a Sé Catedral em 1905.

Ana de Chaves esteve casada com Gonçalo Gomes, o qual, por sua vez, era filho de uma outra senhora nobre de S. Tomé, chamada Catarina Gomes, a qual faleceu a 28 de Janeiro de 1562, e está «sepultada com seus herdeiros», no mais sumptuoso mausoléu que hoje existe na Ilha, na capela da Madre de Deus.

De notar que estas duas nobres damas, e a sua família, muito contribuíram, com a sua fortuna, para o progresso e para o património artístico de S. Tomé, instituindo obras de beneficência, e mandando construir templos que dotaram com legados pios e morgados.

Mas agora queremos referir-nos particularmente a uma outra senhora são-tomense, contemporânea das anteriores, e cuja acção, virtude e generosidade foi mais longe, beneficiando largamente a sua terra natal e a capital do Reino, a cidade de S. Tomé e a de Lisboa. Chamava-se Dona Simoia Godinha.

Efectivamente sabemos que, por testamento feito a favor da Santa Misericórdia, sua herdeira universal, ela repartiu a sua enorme riqueza em obras de carida-

de e piedade cristã, dotou muitos dos conventos e igrejas de Lisboa, ajudou as cadeias e os hospitais, socorreu os inválidos, os órfãos e os pobres em geral, e favoreceu particularmente os patricios necessitados de S. Tomé que viviam na capital.

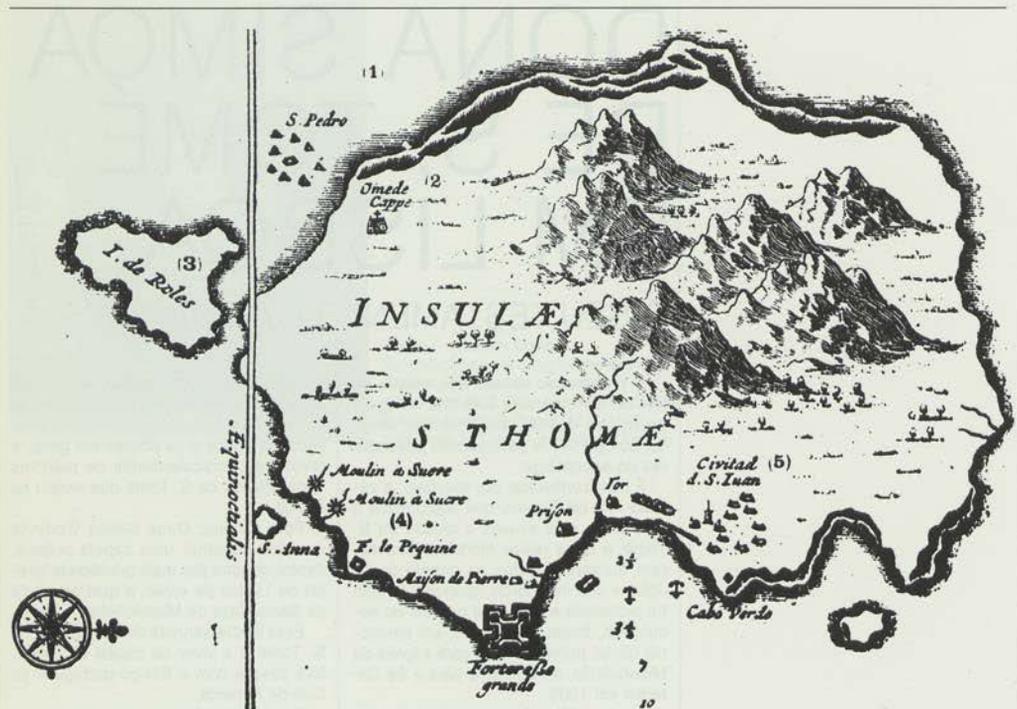
Para túmulo, Dona Simoia Godinha mandou construir uma capela própria, dentro de uma das mais grandiosas igrejas de Lisboa de então, a qual era sede da Santa Casa de Misericórdia.

Essa ilustre senhora de cor, natural de S. Tomé e a viver na capital do Reino, fora casada com o fidalgo português D. Luís de Almeida.

Dona Simoia faleceu em Lisboa, sendo já viúva, a 25 de Março de 1594, em um sábado. No dia seguinte, domingo 27, realizou-se o funeral com grande pompa. Foi sepultada ao lado do seu já falecido marido, na capela que para o efeito tinha mandado construir.

No terramoto de 1755, ruiu o corpo principal e a capela-mor da majestosa igreja da Misericórdia, primorosa obra dos mesmos mestres que haviam construído a igreja dos Jerónimos, em Belém. De pé ficaram apenas o pórtico manuelino lateral sul, e, dentro, a capela de Dona Simoia de S. Tomé em estilo moderno. E, destes restos, substancialmente intactos, surgiu uma nova construção híbrida, a actual igreja da Conceição Velha, na qual a capela de Dona Simoia serve de capela-mor.

No seu testamento, assinado em 1594, Dona Simoia Godinha espelhou a sua alma e a sua vida. Lendo-o, alguém lhe chamou «Dona negra de alma branca». Neste documento extraordinário, além da inventariação completa dos seus bens, quer em S. Tomé quer em Lisboa, Dona Simoia refere nominalmente as en-



"Insulac S. Thomae"

tidades e pessoas por quem reparte a sua enorme fortuna. Ao fazê-lo, percorre Lisboa e arredores, dando-nos uma visão da sociedade lisboeta do século XVI, as suas grandezas e misérias. Dá-nos, sobretudo, uma descrição realista da cidade, as suas ruas e principais instituições.

Dona Simoa de S. Tomé fala-nos, sobretudo, da sua capela do Espírito Santo, na igreja da Santa Misericórdia de Lisboa. Eis um importantíssimo documento para a história da capela-mor da actual igreja de Conceição Velha, monumento nacional.

Vamos hoje publicar na íntegra esse texto até agora inédito. Dada a sua importância, pensamos que a publicação não podia ser senão completa e literal. Para mais fácil leitura, acrescentaremos, ao original, alguns subtítulos.

Antes porém, e seguindo o testamento, foquemos em destaque os três aspectos principais da vida e da obra de Dona Simoa Godinha: 1.º — Natural de S. Tomé; 2.º — A viver em Lisboa; 3.º — Dona Simoa e a sua Capela.

OS PAIS E AVÓS DE DONA SIMOA DE S. TOMÉ

E começemos por atalhar um possível erro, que seria o de pensar esta senhora de cor, natural de S. Tomé, como nascida de uma família pobre, de forma que a sua riqueza lhe adviesse do casamento que teve com o fidalgo português D. Luís de Almeida. Não é verdade. Dona Simoa Godinha, antes mesmo do seu casamento, possuía já uma enorme fortuna que lhe vinha de herança dos pais e avós.

O avô materno de Simoa Godinha, deve ter sido um dos primeiros povoadores da Ilha de S. Tomé, talvez uma daqueles meninos que foram, em 1493, com Álvaro de Caminha, para fundar a cidade. Do casamento dele nasceram, pelo menos, duas filhas, as quais foram a mãe de Simoa e uma tia chamada Maria Godinha. Em 1594, todos eles eram falecidos, quando Dona Simoa Godinha morre, sendo também já viúva: «Saibam todos os que esta Cédula de Testamento virem, e última e derradeira vontade, que eu Dona Simoa Godinha faço, sendo ao presente Dona, viúva, mulher que fui de Luís de Almeida». «Primeiro digo que não tenho herdeiros forçados, nem ascendentes nem descendentes». Pelos testamentos da mãe e da tia, Simoa herdou a maior parte das fazendas do avô,

ao que veio a acrescentar os bens, em Portugal, da casa do marido D. Luís de Almeida, e outros muitos adquiridos após o casamento, tanto em S. Tomé como nos arredores de Lisboa.

No seu testamento, Dona Simoa Godinha a todos lembra, para referencial as fazendas e os bens que possui, e para ordenar sufrágios pelas suas almas. Vejamos algumas dessas passagens.

a) — «Diga-se cada ano um officio de nove lições com sua missa cantada, na Igreja da Conceição em S. Tomé, aonde meu Pai está enterrado, com um responso na sua sepultura, por meu Pai e Irmão. Paguem-se da fazenda do Rio do Ouro, e, o feitor que então for, terá cuidado em pagar isto conforme o costume. Porquanto Luís de Almeida, em seu testamento, mandou fazer certos officios pela sua alma e pela minha... o cumpram como ele diz.»

b) — Cada ano, no Oitavário dos Santos, me digam um officio de Defuntos na minha Capela, pela alma de minha Mãe e meu Avô, com um responso sobre nossa sepultura.»

c) — «Depois da minha morte, logo naquele ano, me digam um officio de nove lições pela alma de minha Tia Maria Godinha, e uma missa cantada pela alma do meu Irmão, esta será no mês de Novembro.»

d) — «As trezentas arrobas de açúcar que deixo de foro à Misericórdia de S. Tomé, na fazenda de Dona Isabel, vendam-se com as duzentas arrobas que tenho de foro na fazenda de Francisco Freire e da fazenda de minha Mãe, se dê cada ano cem mil reis à dita Casa da Santa Misericórdia de S. Tomé, chama-se a fazenda do Rio do Ouro; e todos os anos que receberem estes cem mil reis, me dirão, cada ano, para sempre, um officio de nove lições, com vésperas e missa cantada, pela alma de meu Pai e Mãe e todos os meus defuntos... Seja o feitor de S. Tomé meu testamenteiro, para me fazer cumprir o que lá mando.»

e) — «Minha Tia Maria Godinha, no seu testamento, nomeou seu filho e meu primo Ambrósio Godinho, e, morrendo ele sem filhos e filhas, nomeou a mim: veja-se o testamento de minha Tia, que assim diz. Chamam-se as fazendas do Portinho e a outra do Ilhéu.»

A certa altura do testamento, Dona Simoa Godinha refere-se ainda a uma tal Ana Fernandes, como sendo sua parente, e que pelo contexto, tanto pode ser tia ou avó dela. O copista, por lapso, omi-

tiu a palavra que indicaria o grau de parentesco. Diz assim o texto: «Item, eu tenho de foro, na fazenda de minha Ana Fernandes, que Deus tem, duzentas arrobas de açúcar: deixo-as a João Fernandes meu primo, que agora possui a dita fazenda.»

AS SUAS FAZENDAS NA ILHA

Ao menos ficamos a saber que também essa rica zona do Sul da Ilha de S. Tomé, denominada ainda hoje Ana Fernandes, pertenceu a alguém que era de esta família, e da sua proprietária tomou o nome. Aliás, o mesmo aconteceu com a tia Maria Godinha, dando lugar ao topónimo regional de Magodinho, onde ficaram situadas as fazendas, que lhe haviam pertencido.

Como sendo sua propriedade, Dona Simoa destaca principalmente três fazendas que tem em S. Tomé, a saber: «a do Rio do Ouro, a de São Bento, e a que se comprou a Pedro Rodrigues Pereira». Noutros tinha ainda foros a receber e deles dispõe: «Na fazenda de Francisco Freire, tenho de foro duzentas arrobas de açúcar: estas se vendam».

Durante bastantes anos o próprio marido D. Luís de Almeida foi o dinamizador das fazendas de S. Tomé, enquanto viveram na Ilha. O feitor, porém, e o verdadeiro administrador, quer primeiro em S. Tomé quer depois em Lisboa, foi Manuel da Cunha. Dona Simoa Godinha bem o reconhece agradecida, ao nomeá-lo seu primeiro e principal testamenteiro, e dando-lhe plena quitação pelos serviços prestados anteriormente: «Manuel da Cunha que pede quitação, porquanto tratou anos estas fazendas, assim de Luís de Almeida como de minha Mãe, digo que lhe dou, nem peçam conta por causa de minha fazenda,... pois com tanta verdade, lealdade e cuidado tratou tudo sempre, e com muito zelo de aumentar e não diminuir... que lhe não peçam contas... porque esta é a minha última vontade».

Também ao escolher Manuel da Cunha para seu principal testamenteiro, Dona Simoa Godinha invoca razões semelhantes: «Nomeio aqui, ao princípio, por meu testamenteiro a Manuel da Cunha, por estar mui confiada que, pois com tanto zelo, verdade, lealdade, e amor a Deus Nosso Senhor, teve cuidado de minhas fazendas temporais, o terá agora melhor do que toca ao bem da minha alma».

A SANTA MISERICÓRDIA DE S. TOMÉ

Várias vezes, no seu testamento, Dona Simoa Godinha, com os seus bens, contempla a Santa Casa da Misericórdia de S. Tomé e os naturais da Ilha, necessitados, a viver em Lisboa.

«Na fazenda de Dona Isabel de Araújo, cuja fazenda possui agora o sobrinho, diz ela — tenho trezentas arrobas de açúcar: deixo estas à Santa Misericórdia de S. Tomé, para ajuda de se casarem algumas órfãs». E noutra passagem ordena: «Mando que dêem à Santa Misericórdia de S. Tomé, cada ano, trinta mil reis dos rendimentos da minha fazenda».

Muitos foram, algumas dezenas, os são-tomenses que ela trouxe para Lisboa, a maior parte ao seu serviço, escravos, criados e afins, alguns deles a ficarem na sua casa. No testamento, a todos quer deixar resolvida a situação. Liberta os que eram escravos, paga com acréscimos os criados, procura e deixa dote a vários para tomarem estado e até para estudos. Recomenda encarecidamente os mais chegados por afinidade.

OS ESCRAVOS, OS CRIADOS E AFINS

Dá a liberdade (deixa forros) a 15 escravos de S. Tomé: a Margarida filha de Baltasar Mendes, a Antónia filha de João Cabral, a Marquesa, a Heitor, a Paulo, a João filho de Inácia, a Luís filho de Natália, a uma filha de Heitor, a Mariana, a Domingos o charrela, um tal Jerónimo, a Natália, a Guiomar, a Maria que comprou a Gaspar da Silva.

A outros tantos deixa dinheiro, em quantias avultadas: a Maurício 200 mil reis para qualquer estado que ele tomar; a Maria das Chagas 200 mil reis de tença; a Madalena 1500 cruzados para que com eles a metam freira, ou de Santa Marta ou da Rosa; a Domingas, moça parda, 50 mil reis para casar; a Catarina d'Almeida, irmã de Domingas, também forra, 50 mil reis; a Maria da Conceição, filha de Catarina d'Almeida, 200 mil reis.

Para algumas pede especial carinho e foi mais generosa, talvez por que ainda lhe são parentes, por afinidade. Assim, a certa altura, diz: «A Lourença d'Almeida, dotei em 4000 cruzados, como se verá pelas escrituras, parte do seu e parte de minha fazenda». Ignoramos qual seja o parentesco desta Lourença de Almeida com Dona Simoa Godinha, sem dúvida

que é por parte de D. Luís de Almeida. O certo é que o dote que lhe faz de 4000 cruzados era muito dinheiro, e significa relações familiares muito especiais, para com ela. Confirma-se o dito com o facto de, seguidamente, Dona Simoa se lhe referir recordando uma convivência familiar anterior muito íntima, e recomendando-lhe até o cuidado de outras moças, que na companhia delas se criaram: «Peço a Lourença de Almeida, que se Deus me levar antes de ter agasalhadas Maria das Chagas, Madalena e Maria da Conceição, as recolha em Sua Casa, e as tenha muito agasalhadas, e o que com elas gastar seja à conta de minha fazenda... como eu com ela usel... pois em sua companhia se criaram».

A outros muitos, individualmente, Dona Simoa Godinha contempla com donativos, sem contar agora as instituições e colectividades. Assim, dá a Maria da Costa, para a sua filha, 30 mil reis; a Isabel Afonso, para a sua neta, outros 30 mil reis; a Maria da Rocha, filha de Maria Ramalho, deixa 50 mil reis; a Baltasar Frazão, para a sua filha Marta, 200 mil reis, e a Maria Godinha, filha de Diogo Barradas, outros 200 mil reis; a Beatriz de Abréu, filha de António Caldeira deixa 200 mil reis, e a Luís seu irmão, para estudar e tomar estado, 100 mil reis.

A grande maioria dos contemplados eram naturais de S. Tomé, que durante muitos anos viveram em sua casa, primeiramente na Ilha e agora em Lisboa. Infere-se isto, claramente, destas duas citações: «No testamento de minha Mãe, ficam a Maurício 200 mil reis, com a condição que seja clérigo... eu quero que lhos dêem de minha fazenda para qualquer estado que ele tomar». «A Maria da Conceição deixou minha Mãe sessenta mil reis, eu lhe deixo 140 mil reis... Maria da Conceição é filha de Catarina de Almeida».

DONA SIMOA GODINHA PARTE PARA LISBOA

Dona Simoa Godinha, em S. Tomé, tinha uma multidão de escravos e assalariados nas suas fazendas, e outros tantos ao seu serviço directo em casa. Depois da morte do pai e do irmão e também do avô e da tia, veio para Lisboa, talvez por volta de 1560, juntamente com o marido Luís de Almeida e possivelmente também a própria mãe, e acompanhados de enorme séquito de escravos

V. M. BRAGA PAIXÃO
DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

Dona negra, de alma branca

Comunicação apresentada à Classe de Letras
em sessão de 11 de Junho de 1964



LISBOA
1964

Igreja da Misericórdia de S. Tomé:
Templo manuelino do séc. XVI

e criados são-tomenses, muitos deles ainda parentes. Depois, em Lisboa morreu-lhe a mãe e mais tarde o marido, ficando Dona Simoa Godinha, viúva, e sem herdeiros forçados, nem ascendentes nem descendentes. Ao fazer do testamento, em 1594, possuía às Portas do Mar, em Lisboa, uma casa riquíssima, cheia de gente e riqueza que trouxera de S. Tomé.

ESCRAVOS, OURO, PRATA E JÓIAS

Luis de Almeida deixara-lhe em testamento «tudo o que de portas adentro houvesse, assim escravos, charamelas, ouro, prata, jóias e tapeçaria, e tudo o mais que houvesse».

Poucos dias antes da sua morte, Dona Simoa Godinha ainda comprou uma peça artística de prata: «Ao Deão que veio de São Tomé, devo vinte mil reis sobre um açafate de prata».

Alguma dessa prata está emprestada em diversas casas. Por isso manda que, após a sua morte, «venda-se toda a prata



que em minha se achar, e a que está empenhada tire-se. Por Jorge Mendes correu tudo o que convém acerca da que está emprestada, ele sabe quem a tem, umas peças estão por quarenta mil reis, e outras peças por outros quarenta, em diversas casas. Jorge Mendes dirá aonde estão. A caçoula está por vinte mil reis, um frasco de prata por dez mil reis...»

Algumas peças de maior estima e de mais valia, reserva-se para ofertas especiais, em Lisboa, nomeadamente a São Roque e à sua Capela na Santa Misericórdia: «Um prato de prata com seu gomil de água às mãos, que foi de minha tia, e tem as armas de Luís de Almeida no meio, dêem-se ambas estas peças a São Roque». «Um prato de prata grande com um gomil, sirva na minha Capela para as festas, e este não é o que tem as Armas de Luís de Almeida, que esse já fica acima dado a São Roque, com seu gomil».

Importa aqui salientar que algumas dessas peças vieram de S. Tomé, onde durante muitos anos estiveram. É possível que aquele «prato de prata, que foi de minha tia e tem as Armas de Luís de Almeida no meio», tivesse sido prenda de casamento a Dona Simoa, oferta da tia Maria Godinha. Expressamente se diz que o artífice açafate de prata foi trazido de S. Tomé pelo Deão. Possivelmente, também, muito daquele «ouro, prata, jóias e tapeçarias», estiveram na Ilha, a meados do século XVI.

Por isto se pode ver o nível de vida em algumas casas de S. Tomé, no século de ouro, onde a melhor arte de Lisboa era possível existir.

AS CASAS E APOSENTOS, À PORTA DO MAR

Dona Simoa Godinha transferiu a sua Casa de S. Tomé para Lisboa, a meados do século XVI.

Do que foi a sua vida, durante mais de três décadas, na Capital do Reino, podemos imaginá-lo lendo o seu testamento.

A nobreza, a riqueza, o fausto da sua Casa, o seu relacionamento pessoal, a sua religiosidade, a sua caridade social, a sua alma.

Ela própria, com aquela sinceridade e consciência que a hora da verdade ilumina e purifica, nos faz a apresentação em primeira pessoa: «Eu Dona Simoa Godinha...»

«Saibam todos os que esta Cédula de Testamento virem, e última e derradeira

vontade, que eu Dona Simoa Godinha faço, sendo ao presente Dona, viúva, mulher que fui de Luís de Almeida, moradora nesta cidade de Lisboa, à Porta do Mar, freguesia de São João da Praça, estando em minha Casa, com saúde e paz, e em todo o juízo que me o Senhor deu, e com todos os meus cinco sentidos e entendimento para nele dispor e ordenar dos bens temporais que vivendo neste desterro possuí, e concertar o que pertence à minha alma...»

Uma vez escrito o testamento e assinado (a 2/2/1594), sete dias depois (a 9/2/1594), Dona Simoa chamou a sua Casa o Notário para lhe aprovar a Cédula. Nesta ocasião, o tabelião Rui Lopes de Brito anotou:

«Saibam quantos este instrumento de Aprovação virem que ... na cidade de Lisboa, na freguesia de São João da Praça, nas Casas e aposentos adonde ora pouso, a Senhora Dona Simoa Godinha, estando ela Senhora ali presente, sã e bem disposta, andando por seus pés, e em todo o seu siso e entendimento, segundo o parecer de mim tabelião e das testemunhas».

A cédula adicional ou Codicilo foi escrito cerca de dois meses mais tarde e aprovado no mesmo dia, a 26 de Março de 1594. Os dizeres, nas passagens paralelas, são de igual teor, mas com pormenores que vale a pena assinalar.

«Saibam todos os que esta cédula de Codicilo virem, que eu Dona Simoa Godinha, viúva que fui de Luís de Almeida, moradora nesta cidade de Lisboa, estando nas minhas Casas, que estão à Porta do Mar, na freguesia de São João da Praça, determinei fazer, por me achar com meu siso, entendimento, e com saúde e disposição para declarar algumas cláusulas que em meu Testamento vão,..... e por que estou fraca pedi ao Padre Frei Belchior, que pois não posso assinar, como atrás disse, fazia ele se assinasse por mim, e hei por bastante seu sinal».

Nesse mesmo dia, ao conceder a Aprovação, o tabelião António Pereira foi mais explícito:

«Saibam quantos este instrumento de Aprovação virem que... na cidade de Lisboa, antes que cheguem ao Chafariz de El-Rei, nas Casas da morada de Dona Simoa Godinha, Dona viúva, mulher de Luís de Almeida que Deus tem, estando ela ali presente, doente em cama, e em todo o seu perfeito juízo e entendimento, segundo o parecer de mim Tabelião...»

O PADRE FREI BELCHIOR, CONFESSOR

Dona Simoa Godinha preparou o testamento em segredo com o seu Confessor, o Padre Frei Belchior, na maior intimidade. Foi o Padre que lho escreveu e a quem pediu que, como testemunha única, com ela, o assinasse também:

«Pedi ao Padre Frei Melchior (sic), meu Confessor, Religioso da Ordem do Seráfico Padre São Francisco, morador na Província da Arrábida, pela muita devoção, amor e respeito que lhe tenho, me escrevesse e comigo nele se assinasse, porque fizesse mais fé de ser esta minha derradeira e última vontade... E eu Frei Belchior, Religioso da Ordem e Província que a testadora nomeia, pela muita obrigação que lhe temos e muita devoção que nos tem, e a mim particular respeito, tornei o trabalho de lhe escrever este Testamento três ou quatro meses, e lho li muitas vezes, e me pediu que para mais consolação sua me assinasse com ela, como testemunha de sua última e derradeira vontade, o que eu Frei Belchior fiz, por mo ela assim pedir».

Do mesmo modo se procedeu acerca do Codicilo, ou cédula adicional ao testamento. Só os mesmos dois intervenientes, a testadora e o seu confessor, uma diferença, porém, a notar na assinatura. «Estando Dona Simoa, presente, doente em cama» e não podendo assinar por estar fraca, a testadora pediu ao Padre Belchior que assinasse também por ela. «E eu Frei Belchior me tornei em seu nome assinar e fiz o seu sinal de minha letra».

São de notar as testemunhas convidadas para o acto da Aprovação notarial, em casa da testadora. Para o Testamento (a 9/2/1594), além de Dona Simoa e do seu Confessor, perante o tabelião Rui Lopes de Brito, compareceram para o efeito as seguintes pessoas: O Senhor Sebastião Rodrigues Leguis morador na sua quinta de Chelas termo desta Cidade; Henrique Pereira e Cristóvão Botelho, criados dela testadora; os Padres Sebastião Rodrigues, João Sebastião e Manuel de Barros, todos moradores nesta Cidade, na freguesia de São João da Praça. «Todos disseram que conheciam a ela Senhora Dona Simoa, testadora, ser a própria aqui conhecida, a qual assinou com as testemunhas por sua mão».

A Aprovação do Codicilo verificou-se, um tanto à pressa, no próprio dia em que ficou pronto e foi assinado, ou seja, a 26

de Março de 1594. O Padre Frei Belchior assinou a rogo da testadora, por esta dizer que não podia assinar por estar fraca. Assinaram também, como testemunhas presentes, além do Tabelião António Pereira, as pessoas seguintes: Marcos de Oliveira morador nesta Cidade; Diogo Rodrigues de Villalobos morador nesta Cidade freguesia de Santo Estêvão; o Doutor Diogo Gomes Barbosa; o Licenciado Manuel de Barros clérigo de missa morador nesta cidade a São João da Praça; o Padre António Paulo outrossim clérigo de missa morador a São José; Bastião Rodrigues criado do dito Diogo Rodrigues; Cosmo Rodrigues barbeiro morador nas ditas Casas; e Gonçalo Dias Coelho criado do Tabelião António Pereira.

A MORTE E O FUNERAL DE DONA SIMOA DE S. TOMÉ

E nesse dia 26 de Março, em que o Codicilo foi assinado e aprovado, um sábado à tarde, faleceu Dona Simoa, sendo o funeral ao dia seguinte, 27, que era um domingo.

O acontecimento ficou registado no Livro de Óbitos da Sé de Lisboa, onde consta o seguinte:

«Aos 27 enterraram Dona Simoa de São Tomé, viúva, e faleceu aos 26 que foi sábado, e aos 27 que foi domingo a enterraram na Misericórdia, que é sua testamenteira».

E no dia do funeral, 27 de Março de 1594, procedeu-se à abertura do Testamento e do Codicilo, perante o Licenciado Francisco Velozo, juiz do Cível nesta Cidade de Lisboa, o qual ordenou ao tabelião Manuel Gonçalves que, para constar, passasse as respectivas certidões de abertura.

Ao dia seguinte, segunda-feira 28, o testamenteiro nomeado, «o Senhor Manuel da Cunha, Cavaleiro Fidalgo da Casa de El-Rei Nosso Senhor, Cidadão desta Cidade e nela morador, na Rua da Cutilaria», foi apresentar as cédulas no Paço dos Tabeliães, pedindo ao Tabelião Luís Buihão que lhas lançasse no seu Livro de Notas. Este assim o fez, concertando o registo com o Tabelião Miguel Ribeiro, e sendo testemunhas do dito «Concerto», Luis de Paiva, João Rodrigues, Jácome Gomes Abreu de Carvalho, Heitor Dias de Magalhães, Pero de Góis, e Miguel da Cruz, todos Tabeliães de Notas desta Cidade.

O funeral de Dona Simoa Godinha formou um cortejo imponente, a julgar pe-

las instituições, Irmandades e Conventos aos quais Dona Simoa pedira para acompanharem o seu corpo. Instituições e Obras que lhe deviam obrigações.

Todavia, a todos seria gratificada, generosamente, a comparação. Assim, devem ter ido no acompanhamento: O Padre Guardião do Convento de São Francisco e o Padre Guardião do Convento de Enxobregas, com toda ou a mór parte das suas Comunidades; o Provedor da Santa Misericórdia com os Irmãos da Cidade de Lisboa; os Padres de Nossa Senhora da Graça; a Confraria dos Clérigos Pobres, de que a defunta era Irmã; a Confraria de São João Evangelista, da igreja de São João Baptista (S. João da Praça) de que também era Irmão; outras confrarias da mesma Igreja de São João da Praça, a saber, a Confraria da Conceição, e a Confraria de Nossa Senhora da Encarnação; a Confraria de São Miguel de Alfama, e a de São Pedro; a Confraria de Santo Aleixo; no cortejo irão 66 pobres, 33 de cada lado, todos com tochas; os Meninos Órfãos irão também no acompanhamento.

Embora não convidados, expressamente, pelo testamento, com certeza que estiveram presentes outras Comunidades religiosas de Lisboa, como a de São Roque, e os clérigos das igrejas mais próximas, principalmente da de S. João da Praça e da de S. Martinho, pois de todas elas a defunta era benfeitora. Particularmente de S. João da Praça, freguesia da qual Dona Simoa era freguesia, onde a sua Casa se situava à Porta do Mar, antes de chegar ao Chafariz de El-Rei. Lá era Irmã nas principais Confrarias. Na aprovação do Codicilo, como testemunhas, estiveram em Casa de Dona Simoa Godinha, pelo menos três padres da dita igreja. No seu Testamento deixa 20 mil reis à Irmã do Padre Manuel de Barros, que foi Cura em São João no ano de 1591.

O P. GASPAR ÁLVARES, REITOR DE S. ROQUE — ANA QUEIMADA

A S. Roque, Dona Simoa ia muitas vezes, a pedir conselho aos Padres, muito particularmente ao Reitor, o Padre Gaspar Álvares. Deixa mesmo escrito o seguinte: «Enquanto o Padre Gaspar Álvares for vivo, consultem com ele a execução deste meu Testamento—. Para já, no ano em que morrer, darão aos Padres de São Roque 1000 cruzados da sua fazenda para ajuda de suas Obras. Deixa as duas peças de prata, de mais estima a S.

Santa Casa
da Misericórdia
de Lisboa:
o primeiro
«Compromisso»
da Confraria



O compromisso da confraria de

Misericórdia. Duall' 7 dañ

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa:
o segundo «Compromisso»



Roque: «Um prato de prata com seu gómil, que foi de minha tia e tem as Armas de Luís de Almeida, dêem-se ambas estas peças a São Roque».

Também vários Mosteiros de freiras, se fizeram representar no funeral, pois deles Dona Simoa Godinha era conhecida benfeitora, nomeadamente o Mosteiro das Convertidas, o Mosteiro de Nossa Senhora da Rosa, o Mosteiro da Madre de Deus, e o Mosteiro de Santa Marta, todos contemplados pelas verbas do Testamento. Igualmente, o pessoal do Hospital de Santa Ana.

Ainda com mais razão, todo o pessoal que Dona Simoa tinha à sua custa na «sua Capela», nomeadamente os seis Clérigos e as cinco «Merceiras».

De facto, frequentava assiduamente todos os principais Conventos e Igrejas de Lisboa. O seu relacionamento era a todos os níveis, e nos mais variados sectores. No seu testamento, deixa «200 mil reis a Maurício para livros», e os «20 mil reis ao estudante Cristóvão Botelho serão também para livros». Para as obras de S. Roque, contribui com o valioso doativo de 1000 cruzados. Lembra que ficou a dever «ao Deão que veio de S. Tomé 20 mil reis sobre um açafate de prata» e pede que paguem «20 mil reis ao Senhor Arcebispo Dom Miguel, que me emprestou».

Lendo o testamento de Dona Simoa Godinha, temos uma ideia dos bens imóveis que possuía, quer em S. Tomé quer em Lisboa e arredores. Deles dispõe livremente.

Das grandes roças ou fazendas de S. Tomé tirava avultados rendimentos.

Em Lisboa possuía, primeiramente, as suas Casas e aposentos, à Porta do Mar. Bem situadas. Limitavam de um lado com o Conde de Linhares e do outro com o de Portalegre. Tinham sido compradas pelo elevado preço de 9500 cruzados. Depois foi-se adquirindo o recheio, «tudo o que portas adentro havia, assim escravos, charnelas, ouro, prata, jóias, tapeçaria, e tudo o mais».

Junto a S. Roque, Dona Simoa Godinha, pouco antes da sua morte, tomou por 200 mil reis, umas casas de Ana Queimada. E a notícia remete-nos para a antiguidade e origem do actual topónimo Travessa da Queimada, no Bairro Alto. Por isso, vale a pena transcrever: «Eu tomei umas Casas de Anna Queimada, junto a São Roque, a conta de comprar um juro em seu nome, por duzentos mil reis que as Casas podem valer; se por minha morte isto não se achar feito,

cumpra-se logo e corram as missas que ela manda dizer que são seis no Mosteiro da Santa Trindade».

AS QUINTAS QUE TENHO, NOS ARREDORES DE LISBOA

Várias eram as quintas que Dona Simoa Godinha possuía nos arredores de Lisboa. Algumas herança do marido e outras adquiridas após o casamento com D. Luís de Almeida. Agora todas estavam arrendadas. Vale a pena evidenciar os topónimos, transcrevendo algumas passagens do testamento:

«Afonso Fernandes, de Barrinhos, me paga cada ano um moio de trigo e outro de cevada, estes dois moios deixos a Manuel da Cunha em sua vida e de sua mulher».

«Jácóme Pires, de Linda a Pastor (sic), me paga cada ano 10 alqueires de trigo de renda, deixo-os a Isabel Afonso, e mais uma galinha que com eles me paga».

«Simão Fernandes, de Caspolima, me paga de renda 15 alqueires, estes deixo a Maurício em sua vida».

«As pagas que se fizeram às Merceiras serão do juro que Luís de Almeida comprou a Dom Álvaro de Mello, no reguengo de Tois em Santarém... digo que este juro do reguengo de Tois, que em Santarém foi comprado a Dom Álvaro de Mello, deixava Luís de Almeida à Santa Misericórdia desta cidade de Lisboa, com encomendar em seu testamento comprasse o que faltava para prefazer 200 mil reis de juro... e eu os tomei para se deles pagar às minhas Merceiras».

A MINHA QUINTA DE LAVEIRAS. UM CONVENTO

Porém, entre as propriedades que Dona Simoa possuía nos arredores de Lisboa importa destacar a quinta de Laveiras. Eis como, no testamento, a ela se refere:

«Se acaso morrer sem fazer de minha quinta de Laveiras, Mosteiro de Religiosas pobres, como desejo e confio fazer, ainda que quem me este meu testamento faz me põe dificuldade de estarem ali mulheres, eu desejo que se celebre ali o Ofício Divino, pelo que peço ao Senhor Provedor e a meus testamenteiros façam na mesma quinta Mosteiro de Religiosas pobres, e quando não puder ser bem serem freiras, sejam frades, de maneira que nela se sirva a Nosso Senhor Deus

por pessoas eclesiásticas e religiosas, e como eu confio que o Senhor Provedor que nesse tempo servir a Mesa da Santa Misericórdia — a qual fica por minha universal herdeira — fará nisto como se dela espera, humildemente lhe peço que, depois de haverem incorporado o juro que desejo seja na Santa Casa perpétuo, tire dele 100 mil reis ou 150 cada ano, para se gastarem em compor a quinta e a ordenar em Mosteiro, e depois de efectuada o Senhor Provedor me faça mercê e esmola de querer ser Padroeiro e tirará do juro ou rendimento da fazenda de S. Tomé aquilo que, segundo o seu juízo e dos da Mesa, parecer que bastará para ali se poderem sustentar 10 ou 12 religiosos — se não for possível serem mulheres — e se não poderem ser mais folgarei que não sejam menos.

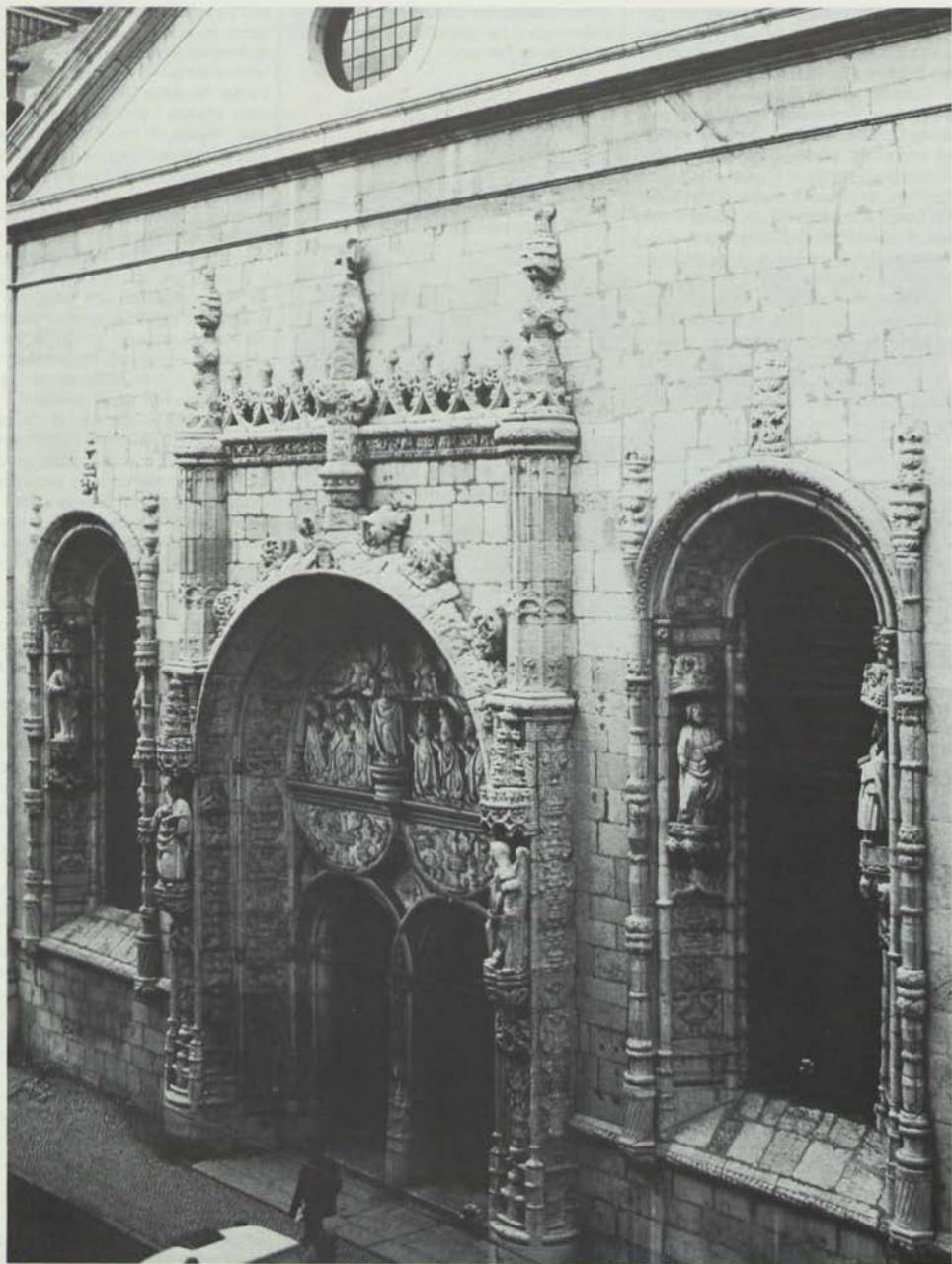
E por entanto que isto se não efectua, as novidades das vinhas assim em uvas como em vinho e as novidades do pomar, gastem-se com os incuráveis do Hospital de Santa Ana que está sobre minha Capela que tenho na Casa da Santa Misericórdia, e gastar-se-ão como bem parecer ao Senhor Provedor que pelo tempo for.

Peço muito ao Padre Reitor de São Roque, que no ano de minha morte se achar na Casa e aos que lhe sucederem, muito solícitamente lembrem isto ao Senhor Provedor e excitem meus testamenteiros que o façam com muito cuidado.»

Dona Simoa, em outra passagem, fala ainda da quinta de Laveiras e dispõe de uma casinha que lá tem: «Uma casinha que tenho dentro de Laveira deixo-a a Catarina de Almeida, e por sua morte deixo-a a quem possuir a quinta que junto do lugar tenho».

Bem se deixa ver o apreço de Dona Simoa Godinha por esta sua quinta de Laveiras e a expressa vontade de lá fundar um Convento para Religiosas pobres. Esta ideia, porém, era logo contrariada à partida por Frei Belchior «que põe dificuldade em estarem ali mulheres». Adianta mesmo, uma outra alternativa: «quando não puder ser bem serem freiras, sejam frades». Ao declarar esta alternativa e registá-la no testamento de Dona Simoa Godinha, estaria o frade arrábido a pensar num futuro Convento da sua Ordem na quinta de Laveiras? Parece que sim.

Efectivamente, logo a seguir à morte de Dona Simoa, a Misericórdia de Lisboa entregou a quinta aos Padres Capuchinhos da Arrábida, alegando que eram



Igreja da Misericórdia
de Lisboa:
o Pórtico manuelino

«religiosos pobres», como no testamento era exigido. Porém, logo outras Ordens se candidataram a uma fundação. E se não tinham tanta legitimidade, tiveram por seu lado as mais altas instâncias, nada menos que o Rei Filipe I e o Papa Clemente VIII.

Queria o Rei que se fundasse na quinta de Laveiras uma Cartuxa, no estilo da «Escada do Céu» que em 1587 se estabeleceu em Évora no Palácio Real. A pretensão régia encontrava pela frente a oposição da Misericórdia e o próprio testamento. Ordenou então o soberano que se pedisse ao Papa a comutação da cláusula testamentária impeditiva, ao que o Sumo Pontífice acedeu, mandando expedir um Breve nesse sentido, logo secundado por uma sentença do Arcebispo de Lisboa, D. Miguel de Castro, datada de 10 de Dezembro de 1598. Esta, em síntese, a história da fundação da Cartuxa de Laveiras, na quinta que fora de Dona Simoa Godinha...

OS MEUS RENDIMENTOS E JUROS

Para além dos bens imóveis, Dona Simoa possuía e deixava uma grande fortuna em rendimentos e juros. Com esse capital, instituiu um «juro perpétuo», ou fundação, administrada pela Misericórdia de Lisboa, nas seguintes quatro obras de assistência social: resgate de cativos, casamento de órfãs, tratar os incuráveis do Hospital de Santa Ana, e atender os presos do Limoeiro e mais cadeias de cidade de Lisboa.

Ao estabelecer assim esta sua fundação, Dona Simoa acrescenta: «acudindo sempre ao cumprimento deste meu testamento, e à minha Capela, que lhe não falte nada, nem se permita descompor, mas esté muito provida, ornada, favorecida, reverenciada, como é razão dela acudir com o necessário».

A NOVA IGREJA DA ORDEM DE CRISTO

Na segunda metade do século XV, o Infante D. Henrique mandara construir em Lisboa, no sítio do Restelo, uma ermida dedicada a Nossa Senhora de Belém para nela se prestarem socorros espirituais aos navegantes. Entregou a

referida capela aos Freires de Cristo, de cuja Ordem o Infante era administrador e Mestre. Vasco da Gama ali ouviu missa, na véspera de partir para a sua viagem à Índia, a 7 de Julho de 1497.

O Rei Venturoso D. Manuel, em memória da descoberta do caminho marítimo para a Índia, resolveu mandar levantar, no mesmo local, um grande Mosteiro e uma sumptuosa igreja, sob a mesma invocação de Nossa Senhora de Belém, e que havia de entregar aos cuidados dos Frades Jerónimos. Para este efeito, seria demolida a primitiva ermida, e havia que procurar, na cidade de Lisboa, um outro local, onde a Ordem de Cristo pudesse continuar a sua vocação. Escolheu-se para esta permuta, no centro da cidade, um local chamado Vila Nova, perto da Sé, onde existia uma casa que tinha sido «esnoga» ou sinagoga dos judeus, e por isso mais conhecido por Judiaria Grande.

Efectuada a troca dos terrenos, em 1502, no dealbar do século XVI, iniciaram-se os preparativos para a construção do Mosteiro dos Jerónimos no Restelo e da nova igreja da Ordem de Cristo, dedicada a Nossa Senhora da Conceição, no sítio da Judiaria Grande.

Na edificação do Mosteiro, a descoberta da Índia era motivo suficientemente forte, para levar o Rei Venturoso a procurar o máximo de esplendor da Arte, em toda a arquitectura e estatuária, sobretudo na majestosa igreja de Belém. Idêntico zelo mereceu ao Rei a construção da nova igreja, para sede dos Freires de Cristo. Além do respeito ao Infante e à Ordem, outra razão mais viera mover o interesse do Rei por esta obra.

A CASA DA SANTA MISERICÓRDIA

Efectivamente a Rainha Dona Leonor, viúva de D. João II, instituiu no Claustro da Sé, ali perto, a Confraria de Nossa Senhora da Misericórdia, a 15 de Agosto de 1498. E a nova construção devia ser sede da Instituição.

O evento era tão importante que merecia um memorial condigno. Ponderando o alcance desta fundação, um historiador pergunta «qual o feito mais importante dos portugueses no século XV, se a descoberta do caminho marítimo para a Índia, origem de tantas riquezas, se a instituição das Misericórdias, fonte de tantas piedades».

Aliás, o rei D. Manuel devia gratidão ao cunhado que lhe deixara o trono, e a

Dona Leonor que pugnara por esta decisão. Era ocasião de pagar obrigações, mandando construir uma esplendorosa Casa à Confraria da Santa Misericórdia.

Assim, D. Manuel escolheu os melhores mestres e artistas, quer nacionais quer estrangeiros, para levantar esta obra, sobretudo a igreja, na mais harmoniosa beleza, e com régias proporções e aparato, igualando-a em arte ao Mosteiro de Belém, quer na importância que se lhe atribuiu, quer na maravilhosa decoração e estilo. Os mestres e artistas foram os mesmos.

A traça fundamental das duas construções manuelinas é atribuída ao Mestre Diogo Boytac que, primeiramente, desde 1502 até 1516, dirigiu os trabalhos da igreja de Belém, enquanto projectava a Misericórdia.

A IGREJA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

Já bastante adiantada a construção do Mosteiro, uma nova equipa dirigida por João de Castilho e Nicolau de Chanterene, coadjuvados por bons canteiros e imaginários, tratou da decoração e escultura, nomeadamente dos pórticos. Iniciaram-se, então, as obras da igreja da Misericórdia. Foram vindo os mestres e artistas do Restelo: Diogo Boytac, Nicolau de Chanterene, João de Castilho. Cerca de 20 anos demoraram as obras. A 25 de Março de 1534, já no reinado de D. João III, a Confraria da Misericórdia da Sé, transferiu-se para a sua nova sede. A data ficou assinalada na lápide sobre a portada Norte da igreja: «No ano de 1534 a 25 de Março udará cõfraria da mÿa da see paquisendo dom pedro de moura provedor».

Vitor Ribeiro, no seu livro «A Santa Casa da Misericórdia» — Lisboa — 1902, p. 61-62-63, traz duas citações que nos dão uma ideia da nova construção.

Primeiramente cita o Padre Nicolau de Oliveira que, em «Grandezas de Lisboa», descreveu assim o edifício, em 1620:

«Da parte da terra do quadro deste sumptuoso edifício está a muy nobre e sumptuosa igreja da Misericórdia, a qual o Rey Dom Manuel mandou edificar toda de pedra de cantaria, com uma altissima abóbada da mesma pedra e fundada sobre vinte columnas postas em sua devida correspondência, mas muy apartadas humas das outras, das quais ficão seis

inteiras no meo da Igreja que fazem divisão das tres naves que nella há, e as outras quatorze são meas columnas por estarem meas embebidas nas paredes, sobre as quais se fecha a abóbada.

A cujo lado está um hospital de maravilhosa obra e custo, por ser todo de finissima pedra e polido lavor; neste hospital se curão molheres nobres de doenças incuráveis, e são em número trinta e duas, em dous lanços da enfermaria porque fica uma sobre outra, por não sofrer mais a estreitez do sítio». (O.c.p. 197)

Em seguida, Vitor Ribeiro prossegue dizendo que «outro cronista notável, descrevendo o edifício e grandiosidade da sua construção, escreve nos seguintes termos:

«A porta principal olhava para o occidente. A capela-mor tinha as costas voltadas para o oriente. A porta travessa deitava para o sul. Portas e janelas ostentavam todas as galas de arquitectura gótica.

Vinte columnas de mármore de elevadíssima altura e curiosamente lavradas, seis dividindo a igreja em três amplas naves e catorze meio embebidas nas paredes, sustentavam a abóbada toda de laçaria de pedra com artesões e flores onde se alternavam os emblemas da fé cristã com as divisas do rei fundador. A capela-mor era um monte de ouro em obra de talha, relevada de excelente escultura. No cruzeiro, vjam-se duas ricas e elegantes capelas ocupando os topos, e dois bem armados altares nas paredes laterais.

No corpo da igreja não havia, primitivamente, capela ou altar. Mas, no terceiro quartel do século XVI, uma dama abastada, chamada D. Simoa, edificou ali uma capela do lado do Evangelho, que dedicou ao Espírito Santo, dotando-a liberalmente. Foi construída esta capela toda de mármore de cores, não em harmonia com as mais partes do templo, pois que o estilo gótico achava-se então proscrito, mas no gosto moderno de arquitectura clássica.

Dois recolhimentos de órfãos, um hospital, espaçosas salas para a secretaria, cartório e mais oficinas formavam, juntamente com a igreja, um edifício vasto e grandioso.

Um dia bastou para lançar por terra esta soberba fábrica, que tantos anos tardou a erguer-se. Derrubou-a o terramoto de 1 de Novembro de 1755 e o incêndio que a seguir reduziu a cinzas quase tudo quanto o cataclismo poupara.»

Igreja da Misericórdia de Lisboa:
outro aspecto
do actual enquadramento



A TRAÇA DO TEMPLO, SEGUNDO JORGE SEGURADO

Outras notícias coevas e posteriores existem e foram já recolhidas. A este propósito remetemos o leitor interessado para o arquitecto Jorge Segurado, da Academia Nacional de Belas-Artes, que em 1977, publicou o estudo «Da Igreja Manuelina da Misericórdia de Lisboa». O autor faz o inventário das fontes, estuda a arquitectura do antigo templo, investiga quem foram os mestres da traça manuelina, e, a modo de conclusão, apresenta um «Esquício hipótese da traça — Resumo esquemático dos estudos baseados nas partes existentes no templo — nos documentos e notícias — na História da Arte coeva e na técnica da Arquitectura.»

Jorge Segurado, no prefácio, começa por dizer da estranheza que sentiu ao entrar na antiga igreja da Misericórdia, actualmente denominada Conceição-Velha de Lisboa, com o contraste de estilo e arquitectura que existe entre o pórtico manuelino da entrada e o interior do templo, nomeadamente a capela-mor, pese embora esta ser também do século XVI. São precisamente as duas partes que o terramoto de 1755 não destruiu.

Mas, na sua obra, Jorge Segurado pouco diz acerca da história da referida capela-mor (antiga Capela do Espírito Santo). Repete o nome da fundadora, Dona Simoa Godinha, mas desconhece, certamente, o seu testamento com tantas referências e tão importantes acerca desta «minha Capela» na Casa da Santa Misericórdia de Lisboa.

Vale a pena, contudo, transcrever algumas passagens de Jorge Segurado, tiradas do capítulo 6, último, expressamente intitulado «Da Capela do Espírito Santo».

«Foi rica e católica senhora, não branca, natural da Ilha de S. Tomé, viúva de D. Luis de Almeida e Vasconcelos, D. Simoa Godinho (sic) quem mandou erguer a Capela do Espírito Santo na Igreja de Nossa Senhora da Conceição ou da Misericórdia de Lisboa.

Data do final do século XVI pois em 1594 já se encontrava erguida e foi neste ano elevada a Capela do Santíssimo Sacramento. A sua robusta construção valeu-lhe e nada sofreu no terramoto de 1755.

Não há notícia de quem foi encarregado de elaborar a sua traça e também nada consta sobre quem ergueu a construção.

A sua posição no mesmo eixo da por-

tada principal virada a Sul, a par da sua beleza e dignidade; a circunstância feliz da portada e janelões terem resistido ao terramoto, levou inteligentemente Eugénio dos Santos Carvalho e Carlos Mardel, arquitectos que ergueram a nova Lisboa, ao seu aproveitamento elevando-a a Capela-Mor da nova igreja pomalinal, a qual desde então passou popularmente a designar-se por Igreja da Conceição-Velha. O arquitecto da nova construção foi Francisco António Ferreira.

A capela é por sua natureza valiosa peça de tardia Renascença. De pouca área de ocupação ostenta no entanto certa opulência, bom gosto e dignidade. Além disto, a riqueza da sua fábrica toda de mármore; as correctas proporções e a unidade de conjunto entre alçados da ordem jónica e a robusta abóbada de berço plena de caixotões, estabelecem na verdade, agradável espectáculo de beleza. Sugere-nos pelos seus três tramos, pelo espírito da composição e nos seus pormenores a Capela-Mor da Igreja da Luz, jazigo magnífico da bela Infanta D. Maria...

(...) em 1594 Jerónimo de Ruão ainda vivia, e assim, afigura-se poder apresentar as hipóteses de terem sido dele a traça desta capela e a respectiva construção, dadas as características de estilo e feição pessoal, comuns e patentes nas obras, sem dúvida por ele construídas.

Também o espírito de religiosidade e a abastança monetária da instituidora da Capela do Espírito Santo no muito importante Igreja de Nossa Senhora da Conceição ou da Misericórdia de Lisboa, levariam a instituidora ao desejo de erguer, — como ergue —, obra sumptuosa tomando como exemplo a Capela-Mor Jazigo da Infanta D. Maria e a procurar imitá-la em magnificência e para isso, encarregando o Mestre Jerónimo de Ruão de toda a obra.

Para o carácter e expressão desta arquitectura e decoração encontrou Raul Lino o termo justo de qualidade; "um ar aristocrático" (o.c. pág. 45-46).

ALGUMAS OBSERVAÇÕES A PROPÓSITO

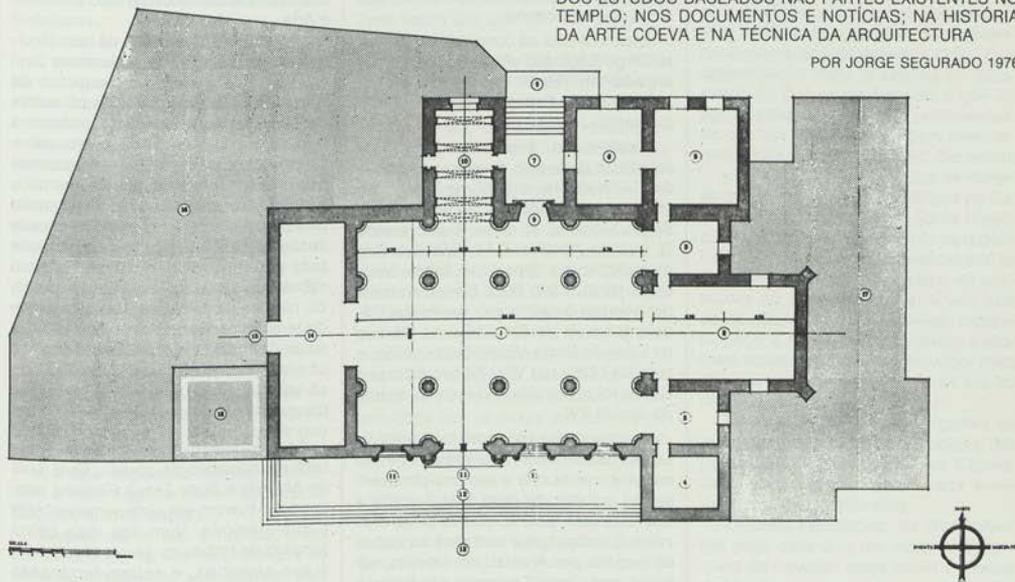
São de apresentar algumas observações ao arquitecto Jorge Segurado, à luz do testamento de Dona Simoa Godinha, instituidora da Capela do Espírito Santo.

Primeiramente, notamos que, no testamento, o nome de Dona Simoa apare-

IGREJA MANUELINA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO OU DA MISERICÓRDIA - LISBOA

ESQUIÇO HIPÓTESE DA TRAÇA · RESUMO ESQUEMÁTICO DOS ESTUDOS BASEADOS NAS PARTES EXISTENTES NO TEMPLO; NOS DOCUMENTOS E NOTÍCIAS; NA HISTÓRIA DA ARTE COEVA E NA TÉCNICA DA ARQUITECTURA

POR JORGE SEGURADO 1976



LEGENDA:

- 1 – Corpo da Igreja (Descrição Frey Nicolao de Oliveira-1620)
- 2 – Ábside Mor (Desc. António Carvalho da Costa-1706)
- 3 – Ábside Colateral (item)
- 4 – Torre Campanário (Braunio-1596 - Bautista de Castro-1758)
- 5 – Sacristia (por exclusão de partes)
- 6 – Confraria da Misericórdia (lógica de distribuição)
- 7 – Acesso à Entrada Norte (Frey Agostinho de Santa Maria-1721)
- 8 – Tabuleiro ou patamar da entrada norte (item)
- 9 – Portal Norte - Existente no Museu do Carmo - Inscrição datada de 1534 (Victor Ribeiro-1902)
- 10 – Capela do Espírito Santo - C.ª antes de 1594 (V. Barbosa - Ag. Lusitano-1744) hoje Capela Mor
- 11 – Portal Sul - Existente - Janelas manuelinas
- 12 – “Tabuleiro” - Grande patamar - Adro - Data de 1533 (António Alvarez-1675 - J. Castilho)
- 13 – Rua da Misericórdia (António Alvarez-1675)
- 14 – Zona da Porta Poente - Acesso Hospital de Santa Ana e Recolhimento - Escada e Baptistério? Tribuna Superior
- 15 – Porta Principal Poente - Sem notícia (?)
- 16 – Zona Poente e Norte - Hospital e Recolhimento - Cerca de 1590 (Frey Nicolao de Oliveira - 1620)
- 17 – Recolhimento - Cerca de 1684 (Frey Agostinho de Santa Maria)
- 18 – Torre da Escrevaninha (“Panorâmica de Lisboa” 15...(?) - Bib. Univ. Leyden - João Couto-1954 Museu Nacional de Arte Antiga - Maria L. Bartholo - Augusto Vieira da Silva - “A Cerca Moura de Lisboa” (1939)

NOTAS GERAIS:

A periferia do bloco em que se inscreve a igreja foi expressa pelo Arquitecto João Nunes Tinoco na sua planta de Lisboa de 1650. O mais antigo documento topográfico da cidade.

A largura da Igreja da Misericórdia corresponde ao comprimento exacto do actual templo pombalino: 21 m.

O módulo de testa longitudinal da traça manuelina está definido pelo existente Portal Sul e pela capela do Espírito Santo, hoje Capela Mor, tendo eixo comum. Mede 6,70 m. Com este módulo esquiçou-se a traça primitiva na sua unidade e ritmo de distribuição.

ce sempre com o apelido «Godinha» em vez de «Godinho». Hoje, esta última forma é mais corrente. Todavia, preferimos a utilizada no documento oficial, ou seja Dona Simoa Godinha.

Quanto à data da construção da capela, Jorge Segurado afirma que «já estava erguida em 1594», por «neste ano ter sido elevada a Capela do Santíssimo Sacramento».

Neste caso, existem razões para adiantar a data, pelo menos, uma década. Com efeito, em 27 de Março de 1594, lá foi sepultada a fundadora Dona Simoa Godinha, e, antes, o seu marido D. Luís de Almeida. E foi durante a vida de ambos que a Capela do Espírito Santo se construiu. Di-lo Dona Simoa, ao mandar sepultar o seu corpo «na minha Capela que Luís de Almeida e eu fizemos na Casa da Santa Misericórdia». Aliás, o cronista citado por Vítor Ribeiro diz que a capela foi construída «no terceiro quartel do século XVI».

A respeito da localização da Capela do Espírito Santo dentro da igreja manuelina, obviamente que a sua posição sempre foi no eixo da porta lateral virada a Sul. Este eixo, porém, situava-se no cruzeiro da antiga igreja conforme os dados fornecidos por Nicolau de Oliveira, ao passo que Jorge Segurado a coloca no terceiro espaço transversal. Parece-nos ser mais natural a primeira posição, à entrada da capela-mor da Igreja. O facto de ter sido escolhida para capela do Santíssimo Sacramento, em 1594, abona também essa tese. Deve notar-se ainda que, dando embora para dentro da igreja, o corpo da Capela saía todo para fora das paredes mestras do templo manuelino, para o lado Norte. Sobre ela ficava o Hospital de Santa Ana, para incuráveis, como se refere no testamento da Fundadora.

De facto, a leitura desse testamento torna-se fundamental para saber alguns pormenores, e sobretudo para se conhecer o «espírito de religiosidade e a abastança monetária» de Dona Simoa Godinha. Por isso se admira Jorge Segurado que a instituidora, «rica e católica senhora, não branca, natural da Ilha de S. Tomé», desejasse erguer para seu mausoléu, como ergueu, uma «obra suntuosa tomando como exemplo a Capela-Mor Jazigo da Infanta D. Maria e a procurar imitá-la em magnificência».

Para não repetir, do testamento, algumas partes já transcritas, vamos apresentar as principais passagens que à Ca-

pela do Espírito Santo se referem, concretamente as generosas doações que a Fundadora destina para o culto religioso, onde deve brilhar o esplendor, a música, a Arte.

Pena é que, a propósito da bela arquitectura da Capela, não possamos aqui desmentir a afirmação peremptória de Jorge Segurado, de que «não há notícia de quem foi encarregado de elaborar a sua traça e também nada consta sobre quem ergueu a construção». A este respeito no testamento da Fundadora nada se diz. Abonamos, todavia, como muito provável, a hipótese de ter sido o Mestre Jerónimo de Ruão o encarregado de toda a obra. É dele e do seu tempo o «gosto moderno de arquitectura clássica, não em harmonia com as mais partes do templo, pois que o estilo gótico achava-se (já) então proscrito».

«A MINHA CAPELA», NA SANTA MISERICÓDIA

Ao mandarem construir «esta capela toda de mármore de cores», Dom Luís de Almeida e Dona Simoa Godinha, certamente, tiveram em vista perpetuar nela a sua memória. Num dos mais belos templos de Lisboa do século XVI, teriam a sua sepultura, e seriam lembradas eternamente as suas almas, sob a fiel garantia da Casa da Santa Misericórdia de Lisboa. Esta vontade da Fundadora vem expressa claramente e logo na primeira folha do testamento de Dona Simoa Godinha:

«E só faço herdeira universal a Santa Misericórdia, para que ela tenha cuidado de minha alma, pois eu ali tenho minha Capela».

«Mando que o meu corpo seja enterado na minha Capela, que Luís de Almeida e eu fizemos na Casa da Santa Misericórdia desta cidade de Lisboa, na mesma Sepultura em que está o corpo do dito Luís de Almeida meu marido».

«No dia do meu enterramento, me digam cinco missas rezadas com um Ofício de nove lições com sua missa cantada na Casa da Santa Misericórdia, e tenha o Ofício vésperas, e assim às vésperas como ao dia esteja minha Sepultura com doze tochas, seis de cada parte, e duas à Cruz.»

«Dentro do mês, me digam trinta missas rezadas, e sejam as mais que possível for no altar-mor da Santa Misericórdia, e as que aí se não puderem dizer, digam-se nos outros e na minha Capela».

«Cada ano, no Oitavário dos Santos, me digam um Ofício de defuntos na minha Capela, pela alma de minha Mãe e meu Avô, com um responso sobre nossa Sepultura».

«Dir-se-ão mais em dia de S. Martinho, cinco missas rezadas e as mais delas se digam no altar-mor, as outras na minha Capela, com seus responsos sobre minha Sepultura».

Relacionado com a Arte, nomeadamente com a Música, interessante notar o facto de a Fundadora querer torná-la perpétua e obrigatória na sua Capela, criando para esse efeito, em Lisboa, uma espécie de Morgado, com escravos charamelas recrutados em S. Tomé, para nela tangerem nas festas principais. Diz assim o testamento:

«Domingos Charamela deixo forro com condição que nas primeiras vésperas do Espírito Santo até às completas do outro dia, e das primeiras vésperas do Natal até às completas do outro dia, será obrigado a tanger na minha Capela que está na Casa da Santa Misericórdia».

E, a este respeito, a vontade da testadora é mais explícita numa nota final do Codicilo, quando declara:

«Depois de ter isto concluído, antes de me assinar, se me foi Domingos de Almeida, charamela, sem licença, pelo que não quero que fique forro, mas tornem-no meus testamenteiros a mandar vir, e o dito Domingos de Almeida, com os que são charamelas, andem como cabeçados em Morgado, em Casa do meu testamenteiro mais velho, e pedir-lhe-á conta dos ganhos, os quais se gastem na Casa da Santa Misericórdia por minha alma; e sempre haverá número bastante para tangerem e, morrendo um, tragam logo outro ou dous de S. Tomé, e serão sujeitos sempre ao testamenteiro mais velho, e não os poderá vender, nem trocar, nem forrar, mas sempre andem no número já dito».

AS CINCO «MERICEIRAS» E OS CHAMELAS

Interessante também a criação por Dona Simoa Godinha, na sua Capela e à sua custa, de uma instituição de cinco «Mericeiras» (sic) ou merceiras para lhe rezarem pela alma, a modo de piedosa confraria paga. Para bem poderem cumprir as suas obrigações, deviam essas devotas mulheres viúvas morar não longe da Capela. Ainda hoje, em Lisboa, lá existe a Travessa das Merceiras, por

detrás do Limoeiro, perto de S. João da Praça. Será que a origem do topónimo vem de morarem ali as Mericeiras ou merceiras de Dona Simoa Godinha? Tudo indica que sim.

Vejamos, pois, o que em seu testamento, Dona Simoa diz acerca das suas cinco Mericeiras:

«Quero que haja à minha conta cinco Mericeiras, mulheres viúvas, de boa idade, honestidade, e quietas, poderão viver aonde quiserem, mas trabalhem morar tão perto da Misericórdia que se não escussem facilmente de se apresentar à hora das missas na minha Capela, em as quais rezarão por minha alma a Coroa de Nossa Senhora cada dia, e cinco Pater Nostres e com cinco Avé Marias às Chagas de Nosso Senhor, e darão a cada uma cada ano dezasseis mil reis,..... e elas serão obrigadas cada dia se apresentar na minha Capela e, salvo por enfermidade que as possa escusar, de ouvir missa em domingos e festas de guarda; e se acontecer alguma delas cobrar má fama por seus descuidos e maus costumes, logo seja lançada fora e metam outra que tenha bom nome, pois é certo que é melhor o bom nome que todas as riquezas; e se acontecer que se ofereça alguma que nunca casou e se deixou assim ficar nem haver dado de si a conta, passando de quarenta e cinco anos, não perca por não haver sido viúva, tendo as outras partes que digo, como é ser aprovada em madureza, gravidade e devoção, recolhimento e quietação; as primeiras que entrarem serão Donas que me serviram, e por suas mortes peço ao Senhor Provedor da Misericórdia proveja estas Mericeiras de mulheres que sejam pobres e viúvas, informando-se primeiro muito bem de suas vidas e costumes, e que sejam de boa idade».

Noutras passagens do testamento, as Mericeiras são, incidentalmente, mencionadas. Assim, por exemplo, nesta:

«Jácome Pires de Linda a Pastor (sic) me paga cada ano dez alqueires de trigo de renda: deixo-os a Isabel Afonso, e mais uma galinha que com eles me paga; e por sua morte fiquem os dez alqueires de trigo com a galinha a Maria das Chagas se não for freira, e sendo-o reparta-se pelas minhas Mericeiras, e no dia em que lho derem rezarão trinta Pater Nostres e Avé Marias cada uma pela minha alma».

OS SEIS CLÉRIGOS E OUTROS

Além das cinco Mericeiras, Dona Simoa Godinha dotou a sua Capela com seis clérigos ou capelães, que permanentemente assegurassem o culto. Esta determinação vinha já exarada no testamento de D. Luis de Almeida, e que ela agora ratifica e reconhece, recomendando que tais clérigos sejam bem seleccionados pelo Senhor Provedor. Diz assim:

«Trata o testamento de Luis de Almeida que sempre haja seis Clérigos na Capela que temos na Casa da Santa Misericórdia, e diz que não bastando os duzentos mil reis tirasse dos rendimentos da Parainha o que for necessário, eu possuidor do Morgado supra: e por esta causa não tenho que falar neles; somente peço a meus testamenteiros trabalhem muito que o Senhor Provedor meta clérigos de bom nome, pois se ela faz tanto à minha custa».

Todavia, também noutras partes do testamento, Dona Simoa Godinha fala destes seis capelães da sua Capela. Certa vez, para com eles repartir eventuais proventos, determina:

«Afonso Fernandes, de Barronhos, me paga cada ano um moio de trigo e outro de cevada: estes deixo a Manuel da Cunha em sua vida... e morrendo, faça-se cada ano repartição deles entre os seis meus Capelães, e nos anos em que os receberem me dirão na minha Capela uma missa cantada pela alma de minha Mãe».

Neste capítulo da promoção vocacional e humana, deve ainda registar-se o apoio que Dona Simoa dava a alguns jovens (talvez são-tomenses) em ordem à vida eclesiástica e profissional. Citemos três casos:

«João enquanto der de si boa conta, não no tirem da Capela, mas ali se crie até ser de Missa».

«A Maurício deixo duzentos e cinquenta mil reis com intenção de que seja Clérigo, e sendo Clérigo lhe dêem vinte ou trinta mil reis para Livros».

«Deixo vinte mil reis a Cristóvão Botelho, estudante, que esteve em minha Casa: serão para Livros ou para o que mais tiver necessidade».

COM EXTREMA DEDICAÇÃO E CARINHO

Dona Simoa Godinha dava à Capela o seu melhor. Essa dedicação e carinho preocupava-a a cuidar de todos os por-

menores, até ao ponto de, no testamento, deixar nomeado um encarregado de a varrer, limpar e ter sempre asseada. Trata-se de um escravo preto, maior e pai de filhos, o qual durante muitos anos esteve em sua Casa, e agora vai ficar a servir o principal Testamenteiro Manuel da Cunha. Chamava-se Heitor:

«Heitor terá cuidado de alimpar, varrer e lavar a minha Capela, de feição que sempre esté muito limpa, varrida e concertada».

Também Dona Simoa Godinha fez doação à Capela de pratos que eram da sua Casa. Certamente de valor artístico, mas sobretudo de grande estimação, pois marcavam, possivelmente, datas importantes da sua vida pessoal ou familiar. Agora quer que sirvam na sua Capela nos dias de festa:

«Um prato de prata grande com um gomil sirva na minha Capela para as festas: e este não é o que tem as Armas de Luís de Almeida que este já fica acima dado a São Roque com seu gomil».

Enfim, para que nada viesse a faltar à sua Capela, parece até que Dona Simoa Godinha condicionava, a essa prioridade, todo o testamento. Com efeito, depois de ter determinado os sectores preferenciais para utilização dos bens que deixa, ela termina dizendo:

«... acudindo sempre ao cumprimento deste meu testamento, e à minha Capela, que lhe não falte nada, nem se permita descompor, mas esté muito provida, ornada, favorecida, reverenciada, como é razão dela acudirem com o necessário».

O teor da frase, encarecida com tantos e tão carinhosos adjectivos, a modo de advertência, indica claramente qual fora em vida, no coração e na mente de Dona Simoa Godinha, a primeira das suas preocupações e a obra que agora lhe merecia mais atenção, ao expressar a sua última e derradeira vontade: a sua Capela.

A MODO DE CONCLUSÃO

Um dia, em 11 de Junho de 1964, na Academia das Ciências de Lisboa, o Dr. V.M. Braga Paixão, chamou a Dona Simoa Godinha «Dona negra, de alma branca». De facto, esta nobre Senhora africana, natural de S. Tomé, teve uma vida devotada à caridade social e foi uma das maiores benfeitoras da Casa da Santa Misericórdia de Lisboa no século XVI. Relacionada com a alta nobreza do seu

tempo, conheceu e cuidou ainda mais as misérias da sociedade de então. Pessoalmente, em Lisboa, visitava os hospitais, as cadeias, as igrejas e os conventos pobres. Deixou em testamento toda a sua fortuna, para que, em moldes institucionais, essas obras de caridade se continuassem e promovessem, na Casa da Santa Misericórdia. Socorreu os pobres. Ajudou os jovens nos estudos e a tomar estado. Promoveu a cultura. Enriqueceu o património. Fundou instituições de beneficência, deu dinheiro para as obras de S. Roque, ajudou vários conventos necessitados. Doou uma sua quinta para que nela se construísse um Mosteiro, que não podendo ser de freiras pobres fosse de frades. Financiou essa mesma construção. Foi ela, Dona Simoa Godinha, a verdadeira fundadora da Cartuxa de Laveiras.

Ainda hoje, a memória de Dona Simoa Godinha se perpetua em Lisboa, na Capela do Espírito Santo que ela mandou construir, para seu mausoléu, dentro da Igreja manuelina da Casa da Santa Misericórdia. Algo resta daquele belo templo, substancialmente mutilado pelo terramoto de 1755. Está intacta a Capela do Espírito Santo, «em estilo moderno», a servir de capela-mor, obra cuja arquitectura é atribuída ao Mestre Jerónimo de Ruão, na segunda metade do século XVI. A Fundadora, uma senhora africana, natural de S. Tomé, que se chamou Dona Simoa Godinha. Não esquecendo a sua terra natal, quis também deixar esta jóia arquitectónica à capital do Reino.

BIBLIOGRAFIA

— Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. — TESTAMENTO DE DONA SIMOA GODINHA (Ms.) — Maço n.º 5, n.º 49.

— DONA NEGRA, DE ALMA BRANCA — Comunicação apresentada à Classe de Letras em sessão de 11 de Junho de 1964, por V.M. Braga Paixão, Lisboa, 1964. Separata do Boletim da Academia das Ciências de Lisboa, v. XXXVI (1064) p. 318-330.

— S. TOMÉ, A PRIMEIRA CIDADE PORTUGUESA NOS TRÓPICOS por António Ambrósio, in HISTÓRIA, n.º 81, Julho de 1985, pp. 26-51. Ver bibliografia citada p. 49 e 50.

— A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA por Vítor Ribeiro. Lisboa, 1902, págs. 63 e 310.

— Nossa SENHORA DO RESTELO, OS FREIRES DE CRISTO, e a igreja da CONCEIÇÃO VELHA, por Filipe Nery de Faria e Silva, Lisboa, 1897.

— DA IGREJA MANUELINA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, por Jorge Segurado, Lisboa, 1977. Ver bibliografia citada, págs. 61 e 62.

A AULA DO COMÉRCIO DE LISBOA

V – ABECEDÁRIO DE LENTES E AULISTAS

Sob o título supra serão apresentados todos os dados coligidos sobre professores e alguns mais destacados alunos.

Professores da Aula de Lisboa, evidentemente. Mas, sempre que surgiram alguns elementos inéditos respeitantes a docentes de Aulas que por indole e época lhe estão próximas, não deixaram esses elementos de ficar referenciados. E, por isso, neste Abecedário aparecem o docente da Aula de Faro, Pedro da Fonseca, lentes das aulas brasileiras (Genuino Betâmio, Francisco da Cunha, José Lisboa), alguns da Academia do Porto (Domingos de Castro, António Gonçalves, Joaquim Maia, José Lima) e Anton Felkel, alemão que terá leccionado Comércio na Casa Pia.

Parece ser possível afirmar sem restrições o ineditismo da maior parte dos elementos coligidos e apresentados. Carlos Francisco Garnier, Inácio da Silva e Matos, Luís José Foucault, António José Pereira, José Luís da Silva, Zacarias José da Silva Franco, Manuel António Garcia Murinello, António de Sá Pereira Osório e Brito, isto é, a maior parte dos docentes de Lisboa, nunca foram citados pelos estudiosos da Aula da capital; e, quanto aos restantes, pouco ou nada mais se lhes referiu que o nome. Mesmo em relação a nomes que conseguiram libertar-se de uma total obscuridade foi possível ao autor carrear novas achegas: registe-se o apuramento da qualidade de reinol de João Henrique de Sousa e a correcção quanto à preparação escolar de José António Lisboa.

Alguns alunos, poucos, mereceram que se lhes fizesse referência. Dado que se trata de indivíduos que atingiram uma notoriedade que hoje se acha já apreciaavelmente esbatida, poderá estranhar-se que tenha sido esquecido um nome como o de Alexandre Herculano. Toda-

via, uma vez que já por diversos autores foi indicado como praticante da Aula, valeria a pena citá-lo mais uma vez, sem acrescentar qualquer elemento novo?

A referência ao nome de Herculano permite atribuir a este Abecedário, recolla minuciosa quanto possível e desequilibrada quanto disso resulta, uma dupla função que ultrapassa a de enfeixar descarnados dados biográficos. A de lembrar que pela Aula passaram centenas e centenas de indivíduos que, nas actividades económicas e nos serviços públicos, vieram a dar o contributo da formação adquirida. A de lembrar que, de entre eles, alguns se distinguiram, pelo seu arrojo inovador, em sectores vitais da sociedade portuguesa: como Francisco Honorato da Costa, superintendendo na travessia de África, realizando assim velha, teimosa aspiração, assentando assim um dos alicerces do sonho africano, que por século e meio empolgará os melhores de nós; como António Julião da Costa, contrariando a rotina e procurando ultrapassar a decadência, introduzindo entre nós a máquina a vapor; como Alexandre Herculano, batendo-se por um Portugal Novo que ele julgava faria ressuscitar o Portugal Velho, assentando as bases e rasgando as perspectivas da renovação historiográfica.

ALMEIDA (FRANCISCO JOSÉ DE)
1810-1881

Foi aluno da Aula do Comércio, que frequentou nos anos lectivos de 1825/1826 e 1826/1827.

Deixou curioso livro de memórias, intitulado «Apontamentos da vida de um homem obscuro», editado em 1880 e reeditado, com introdução de Fernando António de Almeida, em 1985. Além de



dados pessoais e de outros sobre aspectos da política e da vida social nos tempos da sua juventude, fornecem as memórias de Almeida algumas informações sobre a Aula e seu funcionamento.

Nasceu em Lisboa em 8 de Agosto de 1810, filho de Francisco José de Almeida e de Maria Inácia (!).

Durante alguns anos manteve um escritório comercial. Refere-se-lhe nos seguintes termos anúncio publicado no «Jornal do Comércio» de 3 de Março de 1854: «Escritorio Commercial/(Desde 1834)/Rua do Ouro n.º 272, 1.º andar/Este escritorio (...) continua a agenciar o desconto de letras e o adiantamento de foros, soldos, ordenados, juros de inscripções, dividendos de acções de bancos e companhias, bem como a compra e venda de predios rusticos e urbanos, foros, piannos e outros objectos — e toda e qualquer transacção commercial licita. Abre às 8 horas e fecha às ave-marias; seu director Francisco José de Almeida, encontra-se alli todos os dias, desde as 10 horas até às 5 (...). Esta actividade foi mantida, pelo menos, até 22 de Janeiro de 1856, data do último anúncio que tive oportunidade de consultar no mencionado periódico.

Tencionava publicar outro volume dos «Apontamentos (...)» e um trabalho sobre Heráldica. O autor da introdução à edição de 1985 considera presumível que estes trabalhos tenham ficado inéditos e, a propósito desta e outras incertezas (incluindo a da data da morte, que afirma desconhecer), sintetiza: «A figura

Em instalações situadas «na sobreloja da Arcada do Terreiro do Paço e 1.º andar para a Rua da Prata» funcionou a Aula entre Agosto de 1824 e 1844. Substituída pela Secção Commercial do Liceu de Lisboa, permaneceu esta no mesmo local ao longo dos 25 anos da sua existência (1844 a 1869)



do autor continua, pois, para nós, obscuro, à espera de mais claros dias». Adiantamos mais algum modesto contributo para essa clarificação.

Joaquim Possidónio Narciso da Silva, em prosa necrológica que lhe dedica (?), pondera, quanto à prevista continuação dos «Apontamentos (...): «Pena será que a segunda parte, que o finado deixou em manuscrito, não venha a ser publicada». Refere também «uma volumosa obra inédita sobre heraldica» que inédita continuava em 20 de Setembro de 1885, quando José Silvestre Ribeiro afirmava: «Compoz um tratado sobre a Heraldica. O manuscrito pára nas mãos do nobre visconde de Sanches de Baena, e tanto basta para se conceber a esperança de que virá a ser impresso, depois de receber a ultima lima de tão acreditado sabedor» (?).

Possidónio da Silva indica, entre outros, os seguintes dados da sua biografia: era «um dos mais antigos e dignos socios da Real Associação dos Architectos civis e Archeologos portugueses» (?); após «ter completado com distincção o curso da aula do commercio» serviu exemplarmente «um logar na contadoria do Real Erario em 1827»; dados os «seus sentimentos liberaes» esteve preso em 1830; bateu-se em 1833, escapou a ser fuzilado depois de ter sido feito prisioneiro em Alcácer do Sal e, «pelos seus repetidos actos de coragem», mereceu «ser elogiado em Ordem do dia do exercito, e ser condecorado com o habito da Torre Espada»; dirigiu um estabelecimento de produtos químicos (talvez o «estabelecimento fabril» a que é feita referência na acta da Sessão de 4/10/1878 do Conselho Facultativo) e sobre Química fez preleções; «frequentava a sociedade escolhida da capital, tomando parte em muitas das suas digressões campestres; nas representações em theatros particulares, nos bailes das Assembléas, e mui principalmente nas magnificas funcções com que o opulento conde de Farrobo costumava obsequiar os seus escolhidos convidados (...); porque «o seu genio folgazão e maneiras delicadas e distinctas captivavam as pessoas», solicitavam-no «para fundações de Sociedades recreativas, tendo sido fundador da Assembléa lisbonense no palacio da Horta Secca, do theatro de armadores (sic) no palacio dos dois mirantes, na rua do Prior, etc.»; foi «director do Albergue dos invalidos do trabalho» e «da escola

de S. Pedro em Alcantara»; pertencia «à Sociedade do 1.º de Dezembro», à Sociedade de Geografia, ao «Gr.: Or.: Lusitano», fora um dos fundadores e presidente da Associação dos Veteranos da Liberdade; (acrescente-se que de relatórios desta Associação consta que presidiu à mesma, pelo menos, entre 1873 e 1875 e que nesses anos morava na Rua do Assento, 64, 3.º); faleceu «pelas 3 horas da tarde de 8 de outubro de 1881».

BETÂMIO (GENUINO BARBOSA)
1784 (?) - 1827

Era natural do Brasil (?) e foi lente da Aula do Comércio da Baía e, mais tarde, substituído da Real Academia de Marinha e Comércio da Cidade do Porto.

No «Collegio denominado da Boa Sorte estabelecido junto do Passeo Publico», na Baía, foi professor «De Escripta» (?), começando a leccionar na Aula do Comércio da mesma cidade em 1814 (?). Daqui partiu, em virtude da secessão do Brasil, em 1 de Julho de 1823 (?), sendo despachado para substituído da Academia do Porto por carta régia de 30 de Julho de 1824 e tendo tomado posse do lugar em 1825 (?).

Morreu em Maio de 1827 (?) com, provavelmente, 43 anos (?).

BRITO (ANTÓNIO DE SÁ PEREIRA
SAMPAIO OSÓRIO E)
1808-1871

Aluno da Aula do Comércio de Lisboa (11), foi, também, lente da mesma e, depois, da Escola do Comércio ou Secção Commercial do Liceu de Lisboa.

Filho de Tomás Joaquim Torres e Brito e de D. Maria Benedita de Sá Pereira Osório, nasceu em Lisboa em 7 de Março de 1808 (12).

Concorreu ao lugar de substituído da Aula juntamente com José Franco e Manuel Murinello, tendo sido este o provido no lugar. Todavia, quer Brito quer Franco «forão julgados habéis» e «igualm.» considerados capazes de serem (...) empregados no Ensino Pub.º; teriam, por isso, direito a provimento «quando houver nova vacatura, e pretendão ser admitidos ao mesmo Logar» (13).

Por decreto de 12 e carta régia de 22 de Setembro de 1835 foi nomeado lente substituído das 1.ª e 2.ª cadeiras da Aula do Comércio, tendo tomado posse em 1 de Outubro (14).



JACOME RATTON

(Copiado do livro «Recordações»)

Jácome Ratton (1736-1820) esteve, como deputado da Junta do Comércio, ligado ao funcionamento da Aula e deve-se-lhe a tentativa de estabelecer nesta o ensino da Geografia. A sua obra «Recordações» foi, durante muito tempo, quase a única fonte para o conhecimento da Aula do Comércio

Por decreto de 8 de Março e carta régia de 21 de Maio de 1844 foi provido em lente proprietário da cadeira do 2.º ano da Aula (19), por falecimento do que o era (19); tomou posse deste lugar em 8 de Junho (20).

Como professor da Secção Comercial leccionava Escrituração, Seguros, Câmbios, Letras e Prática (21).

Por decreto de 24 de Abril de 1861 foi «agraciado com o acrescimento da terça parte do seu ordenado» (22). Em officio de 22 de Fevereiro, informando sobre a concessão desta graça, o reitor do Liceu refere que Osório e Brito «no desempenho dos seus deveres se tem havido sempre não só com assiduidade e zelo, mas também de um modo verdadeiramente digno de louvor» e que «da continuação do serviço do supplicante deve resultar vantajado proveito para o ensino publico, ao qual o supplicante se tem dedicado tão honrosa e desveladamente, e está no caso de continuar a dedicar-se» (23).

Foi jubilado por decreto de 25 de Janeiro e carta de 23 de Março de 1871 (24).

Fora nomeado 1.º tenente da Armada em 6 de Novembro de 1851, data em que ficou, também, separado do serviço. A «Lista da Armada» indica as suas habilitações: «Curso de mathematica com premios; primeiro e segundo annos de fortificação, artilharia e desenho. Curso da academia dos guardas marinhas».

Era cavaleiro de S. Bento de Avis. Quando nasceu moravam seus pais na Carreira dos Cavalos (freguesia da Pena) (25). O «Almanak Estatístico de Lisboa em 1837» e o de 1838 dão-no como morador no Largo de S. Roque, 22; os de 1839 a 1841 e 1843 na R. Larga de S. Roque, 22; no 20 da R. de S. Roque o para 1848 e no 88 da R. Larga de S. Roque os para 1851 e 1853. No 3.º andar do n.º 81 A da R. Larga de S. Roque o indicam como morador as «derriscas» da freguesia do Sacramento nos anos de 1848 a 1857. Do «Almanak Industrial, Commercial e Profissional de Lisboa para o anno de 1865» consta que morava na Travessa Nova de S. Domingo, 63; residência no n.º 69 deste arruamento é a que consta de escritura que celebrou em 15 de Julho de 1870 (26).

Faleceu em 10 de Agosto de 1871 (27).

CASTRO (DOMINGOS JOSÉ DE)
?..?

Lente substituto da Real Academia de Marinha e Comércio do Porto; foi no-

meado por carta régia de 16 de Outubro de 1828 (28), tendo a sua nomeação sido anulada em 1831 por ter sido feita pelo governo de D. Miguel.

Numa «Relação dos lentes que ensinão na Real Academia (...)», que é uma informação de carácter político, datada de 14 de Janeiro de 1829, Domingos de Castro é indicado como «Realista» (29).

COSTA (ANTÓNIO JULIÃO DA)
1776-1852

Aluno da Aula do Comércio de Lisboa, na qual se matriculou em 12 de Novembro de 1794 (30).

Nasceu em Lisboa em 21 de Abril de 1776, filho de Francisco José Nogueira e de Joaquina Teresa (31), e foi casado com D. Maria Luísa da Costa (32).

Era negociante da praça de Lisboa e foi nomeado cônsul geral de Portugal em Liverpool por carta de 28 de Abril de 1810 (33), tendo exercido o seu cargo até 1833 (34). Depois de demittido continuou residindo em Liverpool. Daqui é datada carta de 2 de Abril de 1835 endereçada ao duque de Palmela e em que agradece a este o modo favorável como aceitou a «aplicação» feita por José Maria O'Neill «em meu beneficio, ou em favor de meu Filho, se o estado actual das circumstancias não permittir que eu seja attendido» e na qual afirma esperar ser «lavado da mancha da demissão deshonrosa que soffri». Esta carta foi respondida em 22, provavelmente nos termos anotados pelo duque à margem da mesma, afirmando prever «que não tardará o tempo em que se acalmem mais todos os espiritos e o Gov.º possa lançar mão das pessoas habeis e probas» (35). De facto, na conformidade de decreto de 11 de Fevereiro de 1837, foi-lhe passada, em 10 de Julho, carta patente como cônsul honorário (36). O «Almanak estatístico de Lisboa» como cônsul o indica nas edições destinadas aos anos de 1839 a 1841, bem como aos de 1848 e 1851 (37); como mercador e cônsul de Portugal é indicado no registo do seu óbito, que ocorreu em 29 de Fevereiro de 1852 em Liverpool (38).

Morava, quer quando se matriculou na Aula quer dez annos volvidos, (39) na Rua da Ataliala e, quando nasceu, residiam seus pais na Travessa do Poço da Cidade. Faleceu no 46 da Rodney Street.

Deve-se à sua iniciativa a introdução das primeiras máquinas de vapor applicadas no Reino à indústria e aos transpor-

tes, tendo sido também pioneiro da sua introdução no Brasil (40).

Pertenceu à Sociedade Promotora da Indústria Nacional (41).

Denunciado à Inquisição como possuidor de livros prohibidos foi ouvido em 22 de Junho de 1804; os livros que declarou ter (a «Enciclopédia», livros de viagens e obras sobre comércio e problemas de instrução em portuguez, francez e inglês) não se incluíam em tal categoria, seriam em número apreciável e são elucidativos dos seus interesses (42).

Publicou «Observações sobre o augmento do Commercio e Industria em Portugal offerecidas aos Ill.ººº. Membros das Associações Mercantis de Lisboa e Porto (...)», Liverpool, 1838. Traduziu: «Systema de Lei sobre seguros marítimos» (James Allen Park), «Tratado das leis relativas a navios mercantes e marinhos» (Charles Abbot), «Ensaio sobre avarias» (Stevens), «O Subalterno» e «Narrativa da passagem do Pacifico ao Atlantico (...)» (Henry Lister Maw).

COSTA (FRANCISCO HONORATO DA)
?..?

Aluno do 4.º Curso da Aula do Comércio de Lisboa. Foi-lhe dado provimento para aulista em 10 de Janeiro de 1771, passada carta de aprovação em 10 de Outubro de 1774 e passado provimento para praticante da Contadoria da Junta em 7 do mês seguinte (43).

No provimento para aulista é indicado como Francisco Honorato da Costa e Afonseca. Suponho que é o comerciante, director da Feira de Cassange e tenente-coronel de milicias que patrocinou a travessia de África realizada de 1804 a 1811 pelos seus pombeiros.

O Prof. Silva Rego resume assim o empreendimento: «O comerciante angolano Francisco Honorato da Costa lançou em 1804 rumo a Leste os seus pombeiros Pedro João Baptista e Amaro José. A ordem que lhes deu era terrivelmente simples: ir a Moçambique... e voltar. Os dois angolanos cumpriram-na: foram e voltaram. Levaram bastante tempo, pois, tendo partido em 1804 de território angolano, atingiram Tete, em Moçambique, em 1811, regressando quase imediatamente. Em 1814 estavam novamente em Angola, em Cassange» (44). E, mais adiante, sintetiza: «A primeira travessia da África realizou-se (...) por iniciativa do coronel português Honorato da Costa»; em nota esclarece: «Era comer-

Assento do óbito de
Antônio Julião da Costa

ciante e tenente-coronel de milícias e via-
via então em Pungo Andongo (Pedras
Negras)» (49).

Outras referências, sempre elogiosas,
lhe são feitas: em parecer do secretário
do Conselho Ultramarino, elaborado em
19 de Janeiro de 1832, é Honorato da
Costa qualificado de «muito hábil» e su-
blinhado o modo como, por seu intermê-
dio, se ficou «conhecendo a possibilida-
de do trânsito à contra-costa» (41); «valo-
roso sertanejo», «homem instruído e ca-
paz», «homem profundamente conhecedor
do interior africano», lhe chamam,
respectivamente, Castro Soromenho, o
vice-almirante Feo e Gastão Sousa Dias
(42); e os grandes exploradores que fo-
ram Capelo e Ivens consideram esse
seu precursor «o iniciador atrevido d'esta
empresa sympathica» (43).

Foi guarda-livros e, depois, adminis-
trador da Companhia de Pernambuco e
Paraíba em Angola, sendo aqui assinalá-
vel a sua presença a partir de cerca de
1775 (44).

Até 1792 terá permanecido em Luan-
da (45), em 1794 foi nomeado director da
Feira de Cassange (46) e em 1808 direc-
tor da nova Feira de Mucári e Bondo (47).

CUNHA (FRANCISCO JUSTINIANO
DA)
1787-?

Aluno da Aula do Comércio de Lisboa
(48), foi lente das Aulas do Maranhão, de
Pernambuco e do Rio de Janeiro.

Nomeado praticante da Contadoria da
Junta da Real Fazenda da Baía em 22 de

Outubro de 1810 (49), passou a lente da
Aula da Província do Maranhão, «cuja
Cadeira creou», por despacho de 9 de
Agosto de 1814; a lente em Pernambu-
co, «onde creou a dita Cadeira», passou
por despacho de 31 de Março de 1821,
tendo exercido as suas funções de
Agosto desse ano até principio de 1823;
«tambem regeo por algum tempo a Ca-
deira da Aula do Commercio do Rio de
Janeiro» (50).

O vencimento era de 500\$000 mas as
propinas e emolumentos excediam
700\$000 anuais (51).

Uma vez na Metrópole, em virtude da
secessão do Brasil (52), faz subir sucessi-
vos requerimentos, pedindo continuação
do pagamento dos seus ordenados, que
obterão sucessivos indeferimentos (53).

Por decreto de 1 de Março de 1830 foi
despachado escrivão deputado da Junta
da Real Fazenda de Moçambique, lugar
que tinha «de ordenado anualmente
600\$ réis fortes, dinheiro de Portugal»
(54). Em 29 de Abril foi-lhe concedida a
medalha da real effigie e chegou a Mo-
çambique em 9 de Outubro, na nau de
viagem «S. João Magnânimo» (55).

Por morte do capitão-general Paulo de
Brito pretendeu fazer parte do Governo
Provisório, alegando a sua qualidade de
escrivão deputado da Junta da Fazenda,
«dizendo que por ela tinha a gradação
de coronel e como tal, por existir nesta
cidade, insinuava e queria persuadir que
era membro nato do Governo de suces-
são, acompanhando estas suas persua-
sões com outros meios criminosos de
induzir alguns soldados para este fim»;
manifestou-se favorável a D. Maria II (56).

CERTIFIED COPY OF AN ENTRY OF DEATH



Given at the GENERAL REGISTER OFFICE, LONDON

Application Number Y113234

REGISTRATION DISTRICT								
1552 DEATH in the sub-district of <u>Manuel Pimenta</u> in the County of <u>Lancaster</u>								
No.	When and Where Born	Name and Surname	Sex	Age	Occupation	Cause of death	Signature, description and residence of informant	When registered
632	Probably Brazil 1817 Manuel Pimenta	Manuel Pimenta da Costa	Male	33	Merchant and Business agent	Influenza Complication of the Lungs 29.11.87 Brazil	Ann. Herbert Present at the death of the deceased at Rodong Hill Liverpool	2nd Nov 1887
							Joseph Aron Rogien	

CERTIFIED to be a true copy of an entry in the certified copy of a Register of Deaths in the District above mentioned.
Given at the General Register Office, London, under the Seal of the said Office, the 20th day of May 19 87

DX 350218

This certificate is issued in pursuance of the Births and Deaths Registration Act 1953. Section 34 provides that any certified copy of an entry purporting to be certified in pursuance of the said Act of the General Register Office shall be received as evidence of the facts or events in which it is issued unless the contrary is shown. Any such copy purporting to have been given in the said Office shall be of no effect unless it is issued or certified as above.

CAUTION:—It is an offence to falsify a certificate or to make or knowingly use a false certificate or a copy of a false certificate knowing it to be uncorrected or to produce or knowingly use a false certificate knowing it to be false without lawful authority.



Seus pais eram Ana Joaquina e Manuel da Cunha o qual, à data do ingresso do filho na Aula, era possuidor de uma «Estantia de Madeira». Nasceu em 8 de Janeiro de 1787 e foi baptizado na freguesia de S. Paulo (aliás, quando se matriculou no 1.º ano residia na Boavista e, quando da matrícula no 2.º, é dado como morando na Rua Direita da Boavista) (87). Em Julho de 1829 residia «na rua do Arco Freg.º de S. Mamede» (88).

Francisco Justiniano da Cunha Leal é o nome que aparece consignado em aviso de 13 de Agosto de 1828 (89).

FELKEL (ANTON) 1740-1817

Natural de Kloster Kamenz in Schlesien, nasceu em 26 de Abril de 1740. Estudioso da Matemática, inventou instrumentos relacionados com esse seu estudo. Foi, em Viena, professor na Escola Normal e dirigiu um estabelecimento de ensino militar na Boémia (90), antes de vir para a Casa Pia de Lisboa, onde leccionou Alemão, Latim e, provavelmente, Comércio.

Júlio de Castilho transcreve de um relatório de Francisco Margiochi respeitante à organização da Casa Pia:

«Havia uma aula de commercio, com ensino de escripturação, e a primeira aula de alemão em Portugal». A identificação e a origem do mestre destas matérias são-nos dadas por Francisco de Assis de Oliveira Martins: «O andamento das obras dos novos colégios, entre os quais se contam o de S. José (...) e o de São Diogo — para a língua alemã e comércio, sob a regência de António Felket, mandado vir da Alemanha — permite, já, ao Intendente começar a tecer o plano dos novos estudos a agregar à Casa Pia» (91).

Oliveira Cabral que, entre as grafias Felket, Felker e Felkel, opta por esta última (que é, de facto, a que normalmente se encontra), procura balizar cronologicamente a docência do mestre alemão: «o ensino do Alemão não era feito na Casa Pia em 1783 ou 1786, conforme a data e a vigência do «Plano de Estudos»; que já se fazia pelo menos em 1791, conforme o Almanach para 1792; e que se prolongou pelo menos até 1795 (...)» (92).

Que a actuação de Felkel entre nós se inicia em 1791, é ele próprio que no-lo diz: «(...) anno 1791 vocatus et abiens Olsiponem» (93). Quanto ao limite ad

quem é possível avançá-lo. Oliveira Cabral, atendo-se à data do poema de Felkel de que dá notícia, admite, como vimos, que esse limite se situe em 1795. Isto porque não atentou em texto que cita, a conta do intendente da Polícia datada de 2 de Dezembro de 1814 em que se refere ter Felkel leccionado «ate quase o fim do anno de 1796» (94).

A de Oliveira Cabral considera não se poder afirmar com certeza que Felkel tenha leccionado matérias comerciais e afirma que em 1805 havia internos da Casa Pia que frequentavam outros estabelecimentos, entre eles a Aula do Comércio. De facto, os livros de matrículas indicam-nos que se matricularam na Aula 7 caspianos em 1790, 10 em 1791, 10 em 1792, 6 em 1793 e 4 em 1794 (todos dados como residentes na Casa Pia, ou no Colégio de Santo António ou no de S. Lucas) e na conta de Pina Manique acima citada afirma-se que alunos do Colégio de S. Lucas «seguem a Academia de Marinha, outros a Aula do Commercio: vão huns praticar ao Hospital, e outros aprender Filosofia, e a Lingua Grega com Professores regio» (95). Estes dados não contrariam, necessariamente, que Felkel tenha leccionado Comércio: tê-lo-á feito no Colégio de S. Diogo, não obstante frequentarem a Aula do Comércio alunos do Colégio de Santo António e de S. Lucas (96).

A autorização concedida em 5 de Maio de 1792 (97) pela Mesa Censória para que Felkel levantasse uma caixa de livros discrimina as obras seguintes:

«Arithmetica de mim mesmo.
Taboada dos Factores.
Correspondencia Mathematica de Lambert.
Karsten Compendio de toda a Math.
Raff Geografia p.º os Mininos.
Dictionario de Scheller Lat. Alemão.
Campe Doutrina Moral p.º os Mininos.
Basedow, Dadvia p.º as Escolas dos Cidadãos.
Primeiro alimento p.º o Juizo do Homem.
Basedow Arithmetica.
Bussey Geometria.
Gellert Instrucção p.º escrever cartas.
Doutrina da Moralidade de P. Tippo.
Wenzel Arte da Educaçãõ.
As Obrigaçoens dos Vassallos».

Verifica-se por esta relação o interesse de Felkel pela Matemática e o seu apreço pela obra de alguns dos mais significativos nomes da pedagogia iluminista alemã (Basedow, Campe, Raff).

Além da docência na Casa Pia dedicou-se o mestre alemão a outras actividades. A par de outros «Associados Literários» (Fr. José Mariano da Conceição Veloso e Manuel Maria Barbosa du Bocage entre eles) consta «MR. Ant. Felkel» de uma «Lista de todas as pessoas que se acham empregadas, por ordem de S.A.R. o Principe Regente N.S., na factura das Obras Literarias do Arco do Cego» (98).

Um livro de registo de despesas da Oficina Literária do Arco do Cego (99) regista em Outubro de 1799 o pagamento de 25\$600 «A Mr. Felkel Traductor da Obra de Rimann». Pagamentos mensais de 12\$800 foram sendo regularmente efectuados, de Novembro de 1799 a Março de 1801 (excepção feita ao mês de Julho de 1800); Felkel é identificado tal como acima se indicou até Março de 1800 e, a partir daí, ou como «Traductor Alemão» ou, quase sempre, só como «Traductor».

Na sessão da Academia das Ciências de 30 de Novembro de 1811 o vice-secretário da mesma «apresentou uma Nota de Antonio Felkel em q̄ pede auxilio p.º a construcção do Almanach da sua invenção», tendo sido decidido que o impetrante «era digno de contemplação» e que lhe seria dado «socorro p.º a sua subsistencia» (100).

E, a partir da data referida, encontram-se provas de operosidade de Felkel: na sessão de 14 de Dezembro discute-se «acerca da compilação do Dictionário Alemão Portuguez»; na de 11 de Janeiro de 1812 foi anunciado que «Remeteo o Sr. Felkel o principio do seu trabalho sobre o Dictionario Allemão e Portuguez; e hum extracto sobre hum Dictionario de Historia Natural Allemaõ»; na sessão de 18 foi presente continuação do trabalho do laborioso septuagenário e, de novo, na de 1 de Fevereiro, «continuação do trabalho do Dictionario do Sr. Felkel, que ja chega a letra H» (1); é feita referência ao seu trabalho na sessão de 20 de Janeiro de 1813, na de 17 de Março são apresentados «alguns trabalhos arithmeticos, e gramaticaes» seus; em 21 de Julho está registado na acta que remeteira continuação do dictionário; em 19 de Janeiro de 1814 consigna-se que «Remetteo Antonio Felkel algumas pequenas meadas de fiado, com observaçoens novas a este resp.» (referências a outras remessas de meadas foram feitas nas sessões de 26 de Janeiro e 9 de Março); nas sessões de 23 de Março e

de 29 de Junho é dada notícia, respectivamente, de várias propostas e de «novas Memórias» suas; em 20 de Julho «leu-se hum papel do Sr. Felkel em que dá parte de ter concluído a segunda parte do seu Dicionário Alemão»; finalmente, na sessão de 10 de Maio de 1815, foi lida uma carta de Manuel Pedro de Melo respeitante aos seus trabalhos aritméticos⁽⁷⁾.

A este ou algum deste trabalho correspondia uma remuneração que pode considerar-se regular: em 14 de Dezembro de 1811 foram-lhe pagos 14\$400, 16\$200 em 25 de Janeiro de 1812 e, a partir de Março de 1812 até, pelo menos, Novembro de 1815 (mês em que termina o livro de caixa consultado), é-lhe regularmente atribuída uma mesada de 14\$400⁽⁸⁾.

Em diversas bibliotecas (na da Academia das Ciências, nos Reservados da B.N., na da Universidade de Coimbra) há exemplares de uns «Versos que representam os agradecimentos dos discipulos do Collegio Alemão de S. Diogo da Real Casa Pia do Castello de S. Jorge em Lisboa pelo Feliz Nascimento do Serenissimo Principe da Beira». O «Serenissimo Principe» era D. António, varão primogénito de D. João e D. Carlota Joaquina, nascido em 1795, os versos são em Latim e em Alemão e o seu autor é Felkel.

Oliveira Cabral dá ainda notícia de uma ode, celebrando também o nascimento de D. António e de uma outra e de uma oração (ambas de 1793) comemorativas do nascimento da princesa D. Maria Teresa.

Na Academia das Ciências podem consultar-se duas memórias de Felkel, que não chegaram a ser publicadas nas coleções da Academia: «Quodam Animadversiones Physica» (sem data) e «Propositiones previae de legibus Virium Celeritatis, Ascensus et quarundam aliarum Proprietatum Vera Curranavis» (data de 23 de Dezembro de 1795).

O requerimento que originou a conta acima referenciada terá ainda originado um vestígio da existência de um Felkel já esquecido como docente; consiste ele numa informação de 21 de Abril de 1815, constante de um livro de registo de contas, informações e representações do comissário da Junta da Directoria-Geral dos Estudos⁽⁹⁾: «Também em Provisão de 10 de Março me ordenou V.A.R. que eu informasse se Antonio Felkel, natural d'Alemanha, fora empregado em Mestre

de Alemão da Caza Pia do Castello desta Capital; e com effeito procedendo a averiguar este facto, não tenho encontrado até o prezente noticias algumas (...)».

A última notícia a respeito de Felkel encontrada foi a do seu óbito, ocorrido em 19 de Fevereiro de 1817. Pelo registo⁽¹⁰⁾ verifica-se que era viúvo de Catarina Felkel e morador na Rua Nova do Príncipe.

FONSECA(PEDRO GUILHERME DA) 1808

Lente da Aula do Comércio de Faro.

É filho de João Pereira da Fonseca e de Rita Jacinta da Conceição e casou com Mariana Umbelina (ou Angelina?)⁽¹¹⁾.

Foi nomeado por provisão de 6 de Setembro de 1791, a mesma pela qual a Aula foi criada, com o vencimento anual de 100\$000. Era natural de Tavira ou, à data da sua nomeação, aí vivia⁽¹²⁾.

Em 6 de Abril de 1802 foi indeferido requerimento seu em que afirmava estar «occupando a cadeira de Lente de Comércio na cidade de Faro (...) com tanta aceitação e utilidade do publico, q desde a sua Creação até ao prez.^o não tem havido anno, em q deixasse de trabalhar dispondo, e preparando os sog.^{os} q frequentão a sua aula (...)»⁽¹³⁾.

Faleceu em 19 de Setembro de 1808⁽¹⁴⁾.

(1) Na introdução aos «Apontamentos (...)» e resumindo as informações do autor, diz Fernando António de Almeida que o mesmo nasceu «na freguesia de S. Nicolau, na Rua dos Douradores, no 2.º andar da casa que faz esquina para a Travessa de S. Nicolau». Talvez a memória atraído, adosse o memorialista: no registo do seu baptismo, administrado em 23/9/1810, os pais são dados como moradores na Rua Nova da Princesa (Rua dos Fanqueiros); quando dos baptismos de duas irmãs suas, Maria e Eugénia, respectivamente em 24/2/1808 e 4/6/1813, morariam na Rua Bela da Rainha (Rua da Prata) e na Travessa (hoje Rua) da Assunção (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, S. Nicolau, L.º 4 de Baptismos, F. 238, F. 124 e F. 283 V, respectivamente). Dos registos mencionados, bem como do do casamento dos pais de Almeida (A.N.T.T., Santos-o-Velho, L.º 19 de Casamentos, F. 237 V), consta informação não facultada pelo memorialista (o nome de sua mãe) e ressalta outra discrepância: nos registos o pai é sempre só Francisco José de Almeida, nos «Apontamentos (...)» chama-se Francisco José de Almeida Benevides de Moraes Lobo.

(2) Publicado no n.º 8 do T. III (1881) do «Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes».

(3) O elogio histórico proferido por Silvestre Ribeiro e em sessão solene da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes.

ses. Nessa sessão foi também descerrado retrato seu. Resumo do elogio encontra-se no n.º 12 do T. IV (1885) do boletim da Associação.

(4) Foram nove architectos os fundadores da Associação mas Almeida, com a categoria de sócio amador, consta com estes (incluindo Possidónio da Silva, seu proponente) entre os primeiros sócios, inscritos logo em Fevereiro de 1864 (cfr. relação de sócios no n.º 7 (Dezembro de 1866) do «Arquivo de Architectura Civil»). Da acta da sessão do Conselho Facultativo de 25/5/1878 consta que estava a ser cargo «a secção de construções para os artigos do Boletim» da Associação.

(5) Em representação da Mesa da Inspeção da Provincia da Bahia, datada de 12/7/1824, atesta-se que «Genuino Barbosa Betâmio, ex-Lente da Aula de Comercio desta Cidade, desenvolveu, sendo Brasileiro, tão monstruosa inimizade à Sagrada Causa da nossa Independencia Política, que não contente com assentar praça na Legião Lusitana, abandonando por isso os seus alunos, vagava como energumeno pelas ruas e lugares públicos maltratando de palavras e de fato os Pacificos Cidadãos Brasileiros, que lhe não podiam resistir, até que finalmente acompanhou o Inimigo na sua retirada (...)» (Arquivo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, pasta 24, março 3, doc. n.º 4).

Em requerimento datado do «Quartel de Belém 19 de Dezembro de 1823» pede baixa de «Soldado do Regimento de Infantaria n.º 1», indicando as razões do seu pedido e as circunstâncias em que, na Bahia, se alistara: tendo Madeira de Melo «mandado publicar a toque de caixas hum Bando, pelo qual convidava a sentar praça nos diferentes Corpos de Portugal estacionados naquella Praça todos os que tivessem meios para isso (...) entre muitas pessoas distintas que sentarão praça naquella occasião o Supp.^o tambem assim o fez pelo tempo de trez mezes, como promettia o citado Bando (...) para na qualidade de Soldado se refugiar ao amparo do Regio Throno, e evadi-se ás calamidades da guerra civil, e ás da anarquia, seguro à sombra das bayonetas; e como o Supp.^o he demasiadamente pesado para soffrer as fadigas militares, alem de ter 39 annos de idade, e he Lente da Aula do Comercio da Bahia (...)» (Arquivo Histórico Militar, 2.º Divisão, 1.ª Secção, Caixa 38).

Como «Lente da Aula do Commercio» subscreeveu em 22/2/1822 uma representação de «Negociantes, Proprietarios, Militares, e mais Cidadãos de que se compoem esta populosa Cidade da Bahia» no sentido de ser Madeira de Melo nomeado governador das Armas. Também subscreeveu em 20/3/1822 representação do «Corpo do Commercio» dirigida à Junta Provisória do Governo para que ficasse na Bahia «o Navio São Jozé Americano, que fazia parte do Comboio, que conduzia a Portugal a Divisão Auxiliadora estacionada no Rio de Janeiro» (Arq. Hist. Mil., 2.ª Div., 1.ª Sec., Caixas 41 e 39, respectivamente).

(6) «Almanach para a cidade da Bahia» — 1812.

(7) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Cartório da Junta do Comércio, L.º 161, F. 185.

(8) A.N.T.T., Cart. da Junta do Com., L.º 155, F. 152, V. n. 5.

(9) Conforme informação de 2/5/1826 do director literário da Academia, Joaquim Navarro de Andrade; segundo este, o serviço prestado por Betâmio nenhum era, e não justificaria sequer a metade do vencimento que lhe era atribuída (cfr.

73. AOS 21 de Fevereiro de 1803 no Segundo Anno
Lectivo da Aula do Commercio se Matriculou *Francisco*
Justiniano da Cunha, _____

Filho de *Manuel da Cunha*, com Estância de
Madr., _____

natural de *Lisboa*, emador na Rua de *Santa*
Boavista, _____

tendo sido habilitado pelo Exame, que fez das Materias
do Primeiro Anno da dita *Aula do Commercio*
em 27 de Novembro de 1802. _____

De que se fez este Termo, que elle assignou com o seu
respectivo Lente. E eu *Ricardo Gomes Rozado Moreira*
Freis, Lente da mesma *Aula* conclui, e assignei.

Francisco Justiniano da Cunha

a consulta de 21/8/1826 a F. 185 do L.º 161 do
Cart. da Junta do Com., na Torre do Tombo).

(¹⁰) Indicação fornecida pela «Memória Histó-
rica da Academia Politécnica do Porto», de Maga-
lhães Basto.

(¹¹) Em requerimento datado de 11/10/1825,
em que pede para poder matricular-se na Aca-
demia Real da Marinha, por a matrícula ter encerra-
do no dia anterior, afirma ter acabado o curso da
Aula do Comércio. Junta certidão de baptismo e
título de habilitação, datado de 28/9/1825, do
qual consta ter sido aprovado plenamente em
exame público (Arquivo Histórico Ultramarino,
Avulsos do Reino, maço 309).

(¹²) A.N.T.T., L.º 18 de Baptismos da Fregue-
sia da Pena, F. 286 V. Outras fontes, que esta
indisputavelmente corrige, dão-no como mais
velho: a «Lista da Armada» de 1870, a pág. 70,
atribui-lhe 66 anos e do seu assento no Livro
Mestre conta que tinha 23 ao assentar praça, em
15/10/1827. Mas cinge-se à realidade o requeri-

mento mencionado na nota anterior no qual o requerente afirma ser «de idade de 17 anos».

(¹³) Ofício de 18/10/1834 do comissário dos estudos e inspetor da Aula do Comércio, transcrita a F. 29 V. do livro de registo da Directoria-Geral dos Estudos existente no Arquivo da Secretaria da Escola Secundária de Passos Manuel.

(¹⁴) Cfr.: Livro Mestre N.º 1, n.º 215 (Arquivo Geral da Marinha); Livro de registo da Directoria-Geral dos Estudos, F. 33; Livro de «Registo de Processos de Aposentação, Jubilação, ou Continuação de Magistério», F. 1 (Arq. da Sec. da Esc. Sec. de Passos Manuel).

(¹⁵) A.N.T.T., Mercês de D. Maria II, Comuns, L.º 24, F. 24 V. Consta do Livro Mestre que este provimento fora em lente proprietário da 3.ª cadeira da Escola do Comércio. Também foi lente de Artilharia Teórica e Prática da Academia Real da Marinha (informação do falecido investigador capitão-de-mar-e-guerra António Marques Esparteiro).

(¹⁶) Zacarias Franco.

(¹⁷) Livro de registo da Directoria-Geral dos Estudos, F. 37.

(¹⁸) «Almanaque de Portugal para o ano de 1855»; idem para 1856.

(¹⁹) Cfr. «Boletim Oficial de Instrução Publica», n.º 4 (1861).

(²⁰) Arq. da Sec. da Esc. Sec. de Passos Manuel. «Livro de correspondência confidencial expedida», F. 33.

(²¹) Cfr.: «Diário do Governo» de 30/1/1877; Livro de «Registo dos Processos de Aposentação, Jubilação, ou Continuação de Magistério», F. 3 V; Livro de tomadas de posse (1846/1919), F. 46 (Arq. da Sec. da Esc. Sec. de Passos Manuel).

(²²) A.N.T.T., Cartório Notarial n.º 4, L.º 224, F. 103.

(²³) Conforme consta do Livro Mestre e de F. 215 V do L.º 3.º de correspondência expedida (Arq. da Sec. da Esc. Sec. de Passos Manuel).

(²⁴) Dados colhidos na «Memória Histórica da Academia Politécnica do Porto», de Artur Magalhães Basto.

(²⁵) A.N.T.T., Núcleo proveniente do Ministério da Administração Interna, maço 274.

(²⁶) Arq. da Sec. da Esc. Sec. de Passos Manuel, L.º de matriculas no 10.º curso, F. 17 V.

(²⁷) A.N.T.T., L.º 17 de Baptizados da freguesia da Encarnação, F. 39 V. O nome do pai de António Julião da Costa está indicado no texto tal como consta neste registo; mas no registo de matrícula e em denúncia que lhe foi feita na Inquirição

(²⁸) encontra-se Francisco da Costa Noqueira.

(²⁹) A.N.T.T., Cartório 5 B, L.º 184, F. 33 e L.º 202, F. 85 V.

(³⁰) A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, maço 123. Por cartas existentes, também na Torre do Tombo, em caixa de documentos do Consulado, depreende-se que já exerceria funções consulares em 21/4/1810 e, talvez, em 10/2/1810; em carta de 6/12/1814, dirigida ao editor do «Correio Brasiliense», refere que em Abril de 1808 estava em Lisboa, sendo depois disso que foi a Inglaterra, onde acabou por fixar-se. O passaporte, que lhe permitia «hír acudir a negociações particulares», foi-lhe concedida por resolução de 31/10/1809 dada a consulta de 30 (A.N.T.T., Cart. da Junta do Com., L.º 137, F. 41 V). Na sua condição de «Negociante estabelecido nesta Praça» (de Lisboa) apresenta em

mazens Reais (Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Reino, maço 302).

(³¹) Em ofício que envia a Luís António de Abreu e Lima em 31/8/1833 (A.N.T.T., Min. dos Neg. Est., maço 123) e pelo qual se verifica que foi demitido pelos governantes liberais, refere petição dos negociantes de Liverpool no sentido da sua conservação e abonando a sua conduta durante os 24 anos em que ali residira.

(³²) A.N.T.T., M.N.E., Caixa 33, n.º 29.

(³³) A.N.T.T., Mercês de D. Maria II, L.º 8, F. 182.

(³⁴) Em 6 de Maio de 1850 assina resposta a uma circular do Ministério dos Negócios Estrangeiros (cfr. «Collecção das informações estatísticas-commerciaes dos agentes consulares de Portugal nos diversos portos do mundo», Lisboa, 1851).

(³⁵) General Register Office, Londres (Liverpool, L.º 8 b de Óbitos, F. 174). O seu sucessor, António de Almeida Campos, foi nomeado em 4 de Abril (a data da nomeação consta de pág. 98 do «Annuário Portuguez (...)», de António Valdez (Lisboa, 1855).

(³⁶) Cfr. Francisco Santana, «Aspectos de inoção na indústria portuguesa durante a segunda metade do séc. XVIII e o primeiro terço do séc. XIX» (sep. dos «Anais da Academia Portuguesa da História, II Série, vol. 29, Lisboa, 1984) 1. «A introdução da máquina a vapor em Portugal» (Sep. de «Arqueologia e História» e «O homem que introduziu a máquina a vapor em Portugal», «História» n.º 104, Janeiro de 1988).

(³⁷) Consta da lista dos membros que constituíam a Sociedade em 16/5/1823, inserida no 1.º vol. dos «Annaes da Sociedade Promotora da Indústria Nacional».

(³⁸) A.N.T.T., Inquirição de Lisboa, n.º 13525. Costa declarou ser negociante e ter 22 anos (tinha, realmente, 28).

(³⁹) A.N.T.T., Cart. da Junta do Com., L.º 328 (respectivamente, F. 7, F. 19 e F. 31 v); o provimento para a Contadoria também se encontra no maço 56 do mesmo cartório.

(⁴⁰) In «O Ultramar Português no século XIX», págs. 13 e 14.

(⁴¹) Ob. cit., pág. 183.

(⁴²) In Francisco Santana, «Documentação Avulsa Moçambicana do Arquivo Histórico Ultramarino», Vol. II, pág. 493.

(⁴³) Castro Soromenho, «Maravilhosa viagem dos exploradores portugueses», pp. 33 e 34; Feo, «Memórias (...)», Paris, 1825, pág. 299; Gastão Sousa Dias, «Julgareis qual é mais excelente», pág. 196.

(⁴⁴) Capelo e Ivens, «De Angola à Contra-Costa», Lisboa, 1886, pág. 14.

(⁴⁵) Num «Copiador de Angola (1760/1838)» existente no Arquivo Histórico do Ministério das Finanças e do Plano (onde tem a cota XV-T-290) está registado, de F. 73 a F. 75, um ofício de 22/6/1779, dirigido ao governador de Angola pelos administradores da Companhia (em Lisboa), no qual estes historiam os desentendimentos dos administradores de Luanda. Referem que em Maio de 1774 partira de Lisboa um administrador, Jerónimo Rodrigues de Carvalho, e um guarda-livros, José António Leal; registam depois as desavenças de Carvalho com o seu colega José Plácido «e com Francisco Honorato da Costa, então Guarda-Livros», bem como o facto de, em Outubro de 1776, saírem de Lisboa administradores que substituísem Carvalho.

No mesmo copiador está transcrito, a F. 69 V, ofício enviado de Lisboa a Honorato da Costa em

8/4/1778: «Havendo esta Junta de nomear Administrador da Companhia pelo falecimento de Patrício Everard, confiando da experiencia e exercicio que V.M. tem tido nessa Caza da Administração que dezempenhará as obrigações de bom Administrador tem nomeado a V.M. para o dito Logar juntamente com o S.º Vicente Jose da Silva e Brito (...)».

Diversa correspondência está registada, endereçada aos dois administradores (entre 22/6/1779 e 22/7/1785) ou só a Francisco Honorato da Costa (a partir de 21/7/1786). De facto, Brito pedira a demissão (cfr. ofício de 19/11/1783 a F. 94 V) e, ficando um único administrador, a Junta considerava a hipótese de um substituto para qualquer impedimento de Costa, «cuja importante vida felice e Altissimo por largos annos»; eram indicadas a Costa várias pessoas susceptíveis de ocuparem este lugar, mas a Junta, «pelo grande conceito que formou sempre da Capacidade e honra de V. M. tão somente as aponta, e as confirmará no caso de estas merecerem o Voto e aprovação de V.M.».

Em ofícios de 15/5 e 23/10/1789 e de 23/3/1791 é estranhada a Honorato da Costa a falta de notícias (F. 104 V e 105) e em 23/12/1829 são nomeados administradores residentes em Angola que zelassem os interesses das extintas Companhias de Grão-Pará e Maranhão e de Pernambuco e Paraíba, «e muito particularmente sobre a arrecadação do que lhes estiver devendo Francisco Honorato da Costa, ou seus herdeiros como último Administrador que foi da Companhia de Pernambuco e Paraíba, n'aquelle Reino» (F. 106 V).

Outra fonte indica-no-lo no exercicio destas funções ainda em 1821 (cfr. consultas de 4/3/1819 e 8/10/1821, a F. 46 V do L.º 145 e F. 69 V do L.º 150 do Cart. da Junta do Com., do A.N.T.T.).

(⁴⁶) Uns «Autos de Portaria do Governo, e mais diligencias, em que se procederão no Juizo da Ouvidoria Geral a respeito da venda das fazendas, que nesta Cidade descarregou a Nau de Viagem d'Azia o Senhor do Bom-fim (...)», abertos em 14/9/1788, incluem um plano de venda dessas mercadorias, assinado por F. H. da Costa. Também a este, presumivelmente em Luanda, é dirigido em 10/3/1789, de Benguela, um ofício assinado pelo capitão José António Ferreira Vieira (Arquivo Histórico Ultramarino, Caixa 41 de Angola). V. também a n. 47.

(⁴⁷) Em 9/10/1794 o governador e capitão-general de Angola, Manuel de Almeida e Vasconcelos, participa a Francisco Honorato da Costa:

«Tendo recebido ultimamente parte de Francisco das Chagas Veiga, Director da Feira de Cassange, q' obrigado de molestias, e destituido de forças, para continuar naquelo emprego se retirou do d.º Sítio, pondo-se em caminho p.º esta Cid.º e procurou os remedios, de que precisa a sua arruinada saude. Envio a VM as cartas incluzas p.º com ellas seguir a sua viagem o mais breve, que lhe for possivel, para Cassange, em qualidade de hum Embaixador, p.º com o Jaga, a fim de o cumprimentar da minha parte, e entregar-lhe a carta q' lhe escrevo, ficar com elle tratando todas as dependencias do Commercio, e respectivos a Feira de que a VM nomey, e constituo p.º Director (...) E achando-se VM acompanhado das experiencias desgraçadas a que a transgressão, demaziada ambição, e relaxação em que muitos dos Feirantes tem arruinado os seus Armazens, destruindo a mesma Feira, com

a sua falta de boa fé, pessimos costumes, e inauditas violencias. Devo justamente esperar, que VM durante o tempo que existir no d.º lugar com a sua bem provada conducta, boa ordem, prudencia, e conhecimentos de que hé douttado, faça emendar os erros, e estabelecer tudo na melhor, e mais acertada regularidade; pois que observando pessoalmente todas as circunstancias do Paiz, a sua situação, o caracter e possibilidades das gentes, poderá com todo o fundamento restabelecer com solidez o Commercio, de q V.M. possui toda a intelligencia, e sabe as razoes politicas, e actuaes, a q tanto importa attender (...).

Na mesma data dirigia-se o governador ao Jaga Cassange nos termos seguintes:

«(...) mando esta ao caminho ao dito Francisco Honorato da Costa p.º q, tambem vola entregue, e constituindo-o em tudo p.º meu Embaixador vos recomendo o oucaes, e attendais em tudo na certeza, de q elle hé escolhido p.º mim entre todos pelo mais capaz q vos posso mandar, pois hé Tenente Coronel, que vem a ser o m.º que trez vezes Capitão; e tem aqui servido m.º o Commercio, e todas as couzas, tendo excellenter genio e m.º prudencia, e tende a certeza q nunca visteis homem tão capaz (...)

Tambem tem na Feira, e pelas vossas terras m.º dependencias; p.º q tem sido hum daq.ºm q p.º ellas tem mandado mais fazendas; pois foi sempre o Armador de Jozé Antonio da Costa, de Jozé Cardozo, e de m.º outros Feirantes, q tem hido com a infelicidade delles terem dado m.º más contas, e com a morte do primeiro o terem roubado e se lhe estar devendo tanto, e tanto, e não só com prejuizo delle, mas de outras m.º pessoas, e m.º da Fazenda Real (...)

É tambem na mesma data que Almeida e Vasconcelos se dirige aos três negociantes mais antigos de Cassange, que estavam governando a feira, recomendando-lhes que dessem toda a colaboração ao novo director, «ajudando-o tambem a q elle possa conseguir a cobrança do muito que se lhe deve, e de reçarir de alguma parte dos grandes prejuizos, que se lhe tem cauzado (...)

Estes documentos estão trasladados no cód. 1630 do Arquivo Histórico Ultramarino a F. 280 e 280 V, 280 V a 281 V, 281 V e 282, respectivamente.

Noutro códice, o 1631, do mesmo Arquivo, se respigam alguns informes sobre a viagem de Francisco Honorato da Costa para ir tomar posse do seu cargo:

«Agora se me entrega a Carta de V.M. datada de 31 do corrente (sic) junto ao Porto de Lucalla (...), afirma o governador em carta de 30/11/1795, registada a F. 29 V. E noutra, de 20/5/1796 (será 1795?), trasladada a F. 102 V a 103 V: «Tendo-me V.M. escripto em 23 de Janr.º do Corrente anno em o Prez.º das Pedras, fuy (...) certo em com effeito ter VM. chegado a sahir da jurisdicção de Ambaca, donde perdeo tanto tempo (...) Por Ambaca receby hontem segunda Carta de VM. datada em Cassange a 19 de Março, e foy a primeira certeza q tive da chegada de V.M. ao d.º sitio, e de ter tomado posse de Director daquella Feira (...)

(43) No Vol. II (2.ª série) dos «Arquivos de Angola», n.º 9 e 10 (Janeiro/Abril de 1945) transcreve-se carta de 9/9/1807 do governador António de Saldanha da Gama a Francisco Honorato da Costa na qual lhe comunica: «Esta Praça tem determinado mandar hum Presente ao Muata-Yarvo, e eu tenho feito escôlha a V. mce. para o

encarregár desta Embaixada e da entréga do mencionádo Presente». Em nota da Redacção são fornecidos os elementos seguintes: «Comerciante de Luanda em 1792, pois, como tal, assina uma representação para escôlha do Director da Feira de Cassange (...). Trabalhava no problema da comunicação das duas costas desde 1797. Em 1802 partem os seus pombeiros Pedro João Baptista e Anastácio Francisco, que chegam a Tete em 2-2-811. Nomeado Director da nova Feira do Mucári e Bondo por provisão de 8-3-808, «tendo consideração aos merecimentos, intelligencia do Commercio, probidade, e mais qualidades» que concorriam na sua pessoa. Foi proposto pela Praça de Luanda «em Junta do Comércio da mesma». Era das suas atribuições fazer promover o comércio e a boa correspondência com o sertão adjacente e sobas vizinhos, e conservar na melhor policia e socego os feirantes que se apresentassem na Feira com as carregações (...) Honorato da Costa conseguiu informar-se da nação Mulúa, desconhecida até então dos europeus (...)

(44) Matriculou-se em 4/6/1799 no 1.º ano, de cujas matérias fez exame em 27/11/1802 (L.º de matrículas do 11.º curso, F. 36 V); matriculou-se no 2.º ano em 21/2/1803 (F. 19 do livro de matrículas), tendo sido examinado em 26/4/1805 e aprovado sem discrepância de votos, attribuindo-lhe qualquer dos membros do júri a classificação de Suficiente («Livro dos exames do Segundo Anno — 1.º», F. 11). Todos os livros indicados se encontram no Arq. da Sec. de Esc. Sec. de Passos Manuel.

(45) A.N.T.T., Ministério do Reino, Decretamentos de Serviços, maço 189, n.º 9 e 12. Cunha pede «a remuneração de uns proprios Serviços» que enumera.

(46) A.N.T.T., Cart. da Junta do Com., L.º 153, F. 202 (traslado das suas alegações em consulta de 20/11/1823). Cfr. tambem consulta de 1/9/1828, a F. 223 do L.º 162. Jerônimo de Viveiros (in «História do Comércio do Maranhão», T. 1.º, pág. 94 e 95) faz recluir para 1811 a criação da Aula e a presença nela de Francisco Justiniano da Cunha. Presença que, segundo o mesmo autor, se tornou indesejável, em virtude de manifesta incapacidade profissional. Tendo-lhe sido aberta uma sindicância, Cunha foi suspensa das suas funções. À sua passagem por Pernambuco refere-se F. A. Pereira da Costa no vol. VII dos «Anais Pernambucanos». A versão de Cunha é, obviamente, diferente e consta do documento mencionado na n. anterior: «(...) por Despacho de trinta e hum de Março de mil oitocentos vinte e hum, de que se passou Provisão em doze de Abril do dito anno, fora nomeado para Lenta da Aula do Commercio de Pernambuco, da qual obteve licença de hum anno, em vinte e trez de Novembro de mil oitocentos e vinte e dois, cumprindo no decurso deste tempo as suas obrigações com muito intelligencia, prestimo, dezintresse, e honra (...). Este documento permite localizar cronologicamente e reduzir a proporções que serão as devidas a noutro local afirmada regência da Aula do Rio: «(...) tendo sido avizado durante a sua demora no Rio de Janeiro, para Argente dos Exâmes da Aula do Comercio naquella Corte nos dias treze, quatorze, e quinze de Dezembro do dito anno» (de 1814).

(47) Cfr. consulta de 5/7/1825, a F. 176 do L.º 156 do Cart. da Junta do Com. (ANTT).

(48) A «Gazeta de Lisboa» de 15/3/1823 refere a chegada do bergantim «Aurora», entre cujos

tripulantes se contava Cunha, lente da Aula do Comércio de Pernambuco.

(⁶³) Cfr. consultas de 29/7/1823 (indeferimento em 4/8), 20/11/1823 (indeferimento por resolução de 24; mas um aviso de 7/7/1824 — registrado a F. 125 do L.º 154 — manda que lhe seja atribuída metade do ordenado), 5/7/1825 (indeferimento em 11/7), 31/10/1825 (indeferimento em 7/11), 29/8/1826 (indeferimento em 12/9), 21/2/1828 (sobre requerimento em que pedia para ser lente com exercício e vencimento de substituto, pretensão que é indeferida em 3/3) e 1/9/1828 (indeferimento em 22) nas, respectivamente, F. 122 V do Liv.º 153, F. 202 do L.º 153, F. 176 do L.º 156, F. 67 V do Liv.º 159, F. 98 do Liv.º 161, F. 134 do Liv.º 162 e F. 223 do Liv.º 162 (ANTT, Cart. da Junta do Com.). Ver também aviso de 19/10/1825 a F. 76 do Liv.º 272 do Desembargo do Paço (ANTT, Ministério do Reino). Num requerimento de 1825 em que, como «Lente d'Aula do Commercio de Pernambuco», pedia continuação do seu ordenado de 500\$000, alegava serviços «nas quatro principaes Provincias do Brasil, no Rio de Janeiro, Bahia, Maranhão e Pernambuco, donde regressou, e em atenção aos Serviços do Maranhão e Pernambuco serem da criação das duas Cadeiras de Commercio». Este requerimento tem copiadas consultas e avisos, entre estes o de 7/7/1824, mandando que se lhe pagasse metade do seu ordenado, e outro de 9/8/1824, esclarecendo que este pagamento se efectuará desde 1/1/1823, data «em que deixou de o perceber em Pernambuco» (ANTT, Desembargo do Paço (Corte e Estremadura), maço 1539, n.º 16).

(⁶⁴) Cfr. Francisco Santana, «Documentação Avulsas Moçambicana do Arquivo Histórico Ultramarino», Vol. I, pág. 533, Vol. III, pág. 285.

(⁶⁵) Francisco Santana, ob. cit., Vol. II, pág. 634.

(⁶⁶) As suas pretensões constam do ofício n.º 5, remetido em 2/3/1832 pelos membros do Governo ao duque do Cadaval; às suas opções políticas se refere o ouvidor Dinis Costa em ofício dirigido ao conde de Basto, no qual lhe faz diversas acusações e afirma: «(...) sempre vai excedendo em prevaricações, fraudes e outros crimes, pois que se tornou corifeu revolucionário! Chegando a tal ponto o seu despejo que, vestido de calça e colete branco com casaca de seda azul clara, ia para a Secretaria da Junta e para o expediente da mesma, apenas chegaram as notícias do laço e bandeira da rebelião da ilha Terceira! E de tais cores vestem aqueles empregados subalternos que se dizem seus afeiçoados e frequentam a sua casa! Trazendo a medalha da fidelidade (...) e a da real effigie (...), logo as deixou de trazer, chegadas que foram as notícias de expedições contra Portugal». Cfr. Francisco Santana, ob. cit., Vol. III, págs. 715 e 545, respectivamente.

(⁶⁷) Constam estes dados dos livros de matrículas já referenciados e do registro de baptismo (A.N.T.T., S. Paulo, L.º 4 de Baptizados, F. 13).

(⁶⁸) A.N.T.T., Cart. da Junta do Com. L.º 163, F. 45.

(⁶⁹) «Allgemeine Deutsche Biographie», Vol. 6, Berim, 1968.

(⁷⁰) V., respectivamente, «Lisboa Antiga — o Bairro Alto», vol. IV, pág. 47 (3.ª ed.) e «Pina Manique — O político — O amigo de Lisboa», pág. 167.

(⁷¹) A. de Oliveira Cabral, «Noticia de um Poema Setecentista Alemão Relativo a Portugal e do

Primeiro Curso Regular de Alemão em Terra Portuguesa», no T. XV (2.ª série) da Revista da Faculdade de Letras, n.ºs 1 e 2, Lisboa, 1949.

(⁷²) No prefácio aos «Supplementa tabularum logarithmicarum (...)», de J. H. Lambert, obra editada em 1778 pela Academia das Ciências, Felkel verteu de alemão para latim a «Introdução e explicações» de Lambert e prefaciou o trabalho. Aliás, em conta apresentada pelo intendente em 2/12/1814 (A.N.T.T., Intendência da Polícia (Secretarias), L.º XV, F. 80), conta essa que é referenciada por A. Cabral, refere-se que Pina Manique tratara com «hum Negociante Alemão (...) do ajuste de hum professor que viesse ensinar na antiga Casa Pia as linguas Latina, e Alemã» e que, contratado Felkel, «Desde Novembro de 1791 ate quase o fim do anno de 1796 (...) servio naquelle Ministerio».

(⁷³) A. Cabral cita também uma conta endereçada pelo intendente da Polícia ao marquês mordomo-mor em 26/6/1799, na qual, embora, obviamente, sem qualquer referência a Felkel, se enumera, entre outros estabelecimentos a cargo da Casa Pia, «O Collegio onde se ensinao a Lingua Allemã, e a escripturação mercantil». Este texto é citado por Luz Soriano (3.º vol. da «História da Guerra Civil», pág. 44) e o seu original localizado por A. Cabral no maço 277 da colecção do Reino (A.N.T.T.). Está também copiado a F. 291 do L.º V da Intendência da Polícia — Secretarias (A.N.T.T.).

(⁷⁴) Outra fonte, esta do arquivo da própria Casa Pia (L.º 5.º da Despesa, F. 6 V), regista o pagamento, em 29/8/1792, de 49\$800 ao alfaiate João Joaquim pelo feito de 24 vestidos e 2 sobrecasacas «para os Estudantes que forão para o Collégio dos Nobres, e Aula do Commercio».

(⁷⁵) Registe-se que no 11.º curso, iniciado em 3/10/1798, não se verifica a matrícula de nenhum casapiano. Recorde-se que, conforme o provam as duas contas acima citadas, nesta data já Felkel não lecciona na Casa Pia mas nela se ensina «a escripturação mercantil». Isto permite admitir a suspeita de Cabral de que Felkel não tenha leccionado esta matéria e registar que um docente, cujo nome desconhecemos, o fez.

(⁷⁶) A.N.T.T., Real Mesa Censória, L.º 16, F.16.

(⁷⁷) Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Reino, maço 27.

(⁷⁸) Arquivo da Imprensa Nacional, F-3, n.º 72.

(⁷⁹) Arquivo da Academia das Ciências de Lisboa, Actas (1808/1825), F. 47 V.

(⁸⁰) Arquivo da Academia das Ciências de Lisboa, Actas (1808/1825), F.48, F. 48 V, F. 49, F. 49 V, F. 67, F. 71, F. 77, F. 83 V, F. 84, F. 85 V, F. 86 V, F. 90, F. 90 V, F. 102 V.

(⁸¹) Arq. da Acad. das Ciências de Lisboa, L.º 1 de Receita e Despesa, F. 191, F. 193, F. 195, F. 197, F. 201, F. 203, F. 205, F. 207, F. 209, F. 211, F. 215, F. 217, F. 219, F. 221, F. 223, F. 225, F. 227, F. 231, F. 233, F. 237, F. 239, F. 243, F. 245, F. 247.

(⁸²) Existente no Arquivo da Secretaria da Escola Secundária de Passos Manuel.

(⁸³) A.N.T.T., L.º 9 de Óbitos da freguesia do Sacramento, F. 17 V.

(⁸⁴) Arquivo Distrital de Faro, L.º 10 de Casamentos da Freguesia da Sé (9-5-25), F. 103 V.

(⁸⁵) A.N.T.T., Cart. da Junta do Com., L.º 183, F. 67. À Aula do Comércio de Faro e seu lente respeitam artigos que publicou em 28/1/1971 no «Correio do Sul» e em 30/12/1987 e 6 e 13/1/1988 em «O Algarve».

(⁸⁶) A.N.T.T., Desembargo do Paço, Alentejo e Algarve, maço 505, n.º 98.

(⁸⁷) Arq. Dist. de Faro, L.º 7 de Óbitos da Freguesia da Sé (D-5-36), F. 85 V. Aliás, dado que foi sepultado na capela dos Terceiros do Carmo, o seu óbito também está registado, com a data de 20, a do funeral, a F. 58 V do L.º 5 de Óbitos da Freguesia de S. Pedro (Cartório paroquial da igreja de S. Pedro).

(⁸⁸) A.N.T.T., L.º 14 de Baptizados da Freguesia de Nossa Senhora da Encarnação, F. 49.

(⁸⁹) A matrícula teve lugar em 20/5/1768 (Arq. da Sec. da Esc. Sec. de Passos Manuel, Livro de matrículas do 3.º curso, F. 126). Nessa data morava Foucault na Calçada do Combro; quando nasceu eram seus pais «moradores na Rua das Partilhas».

(⁹⁰) A.N.T.T., Cart. da Junta do Com. L.º 112, F. 56.

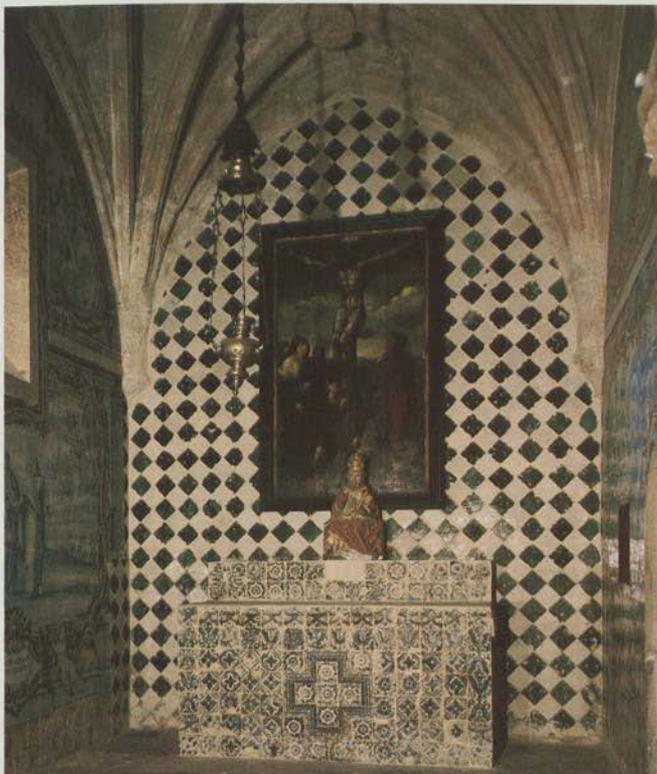
UMA PERSPECTIVA DA AZULEJARIA PORTUGUESA: A PROPÓSITO DOS AZULEJOS DA FACHADA DA REITORIA

1

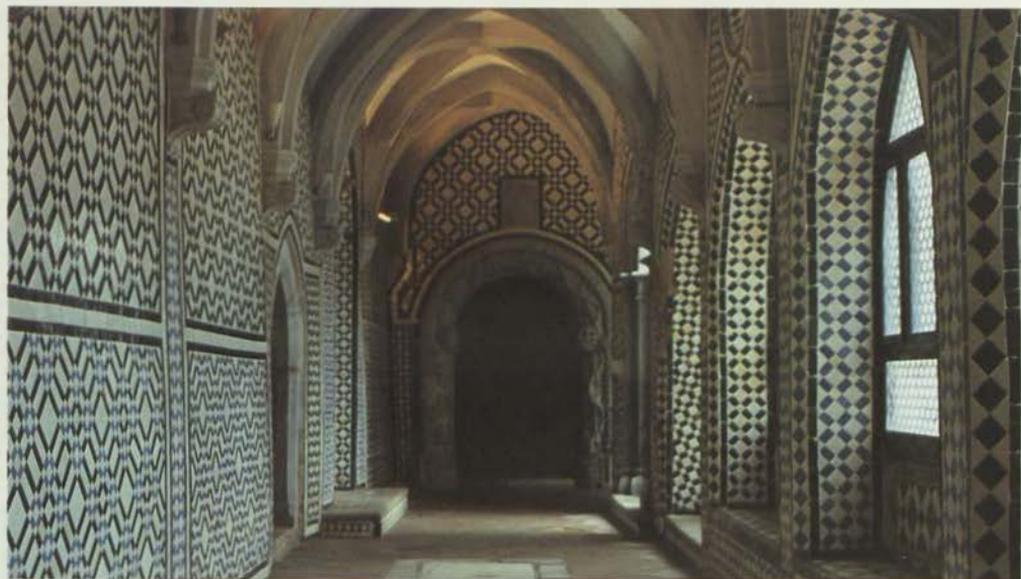
Ao longo de quinhentos anos de história o azulejo tem sido o material decorativo mais persistente e original da arte portuguesa. Herdado dos árabes, que o introduziram na Península Ibérica, cedo evoluiu das placas esmaltadas e coloridas do alicatado para o elemento quadrado com uma das faces revestidas de vi-

drado opaco sobre o qual é possível apor uma enorme variedade de cores.

Mercê de um conjunto de circunstâncias, os portugueses transformaram o azulejo numa das mais brilhantes expressões das artes decorativas europeias, descobrindo nele potencialidades totalmente novas. Nas mãos dos oleiros portugueses o azulejo adquiriu monumentalidade, riqueza de colorido, capaci-



Composição de xadrez.
Igreja de São Quintino

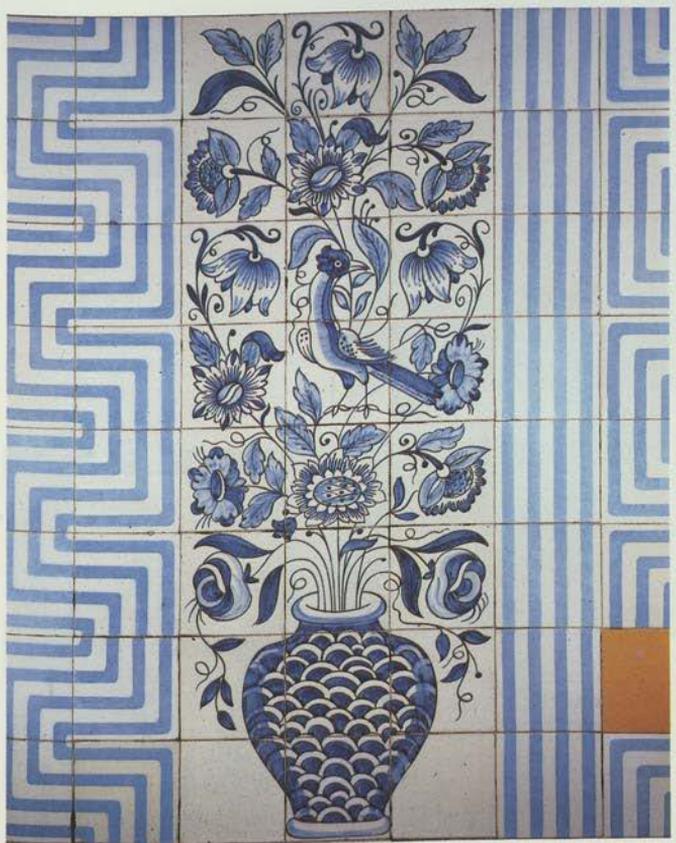


Azulejos de «caixilho»,
Convento da Conceição de Beja



Padrão de «tapete»
do século XVII

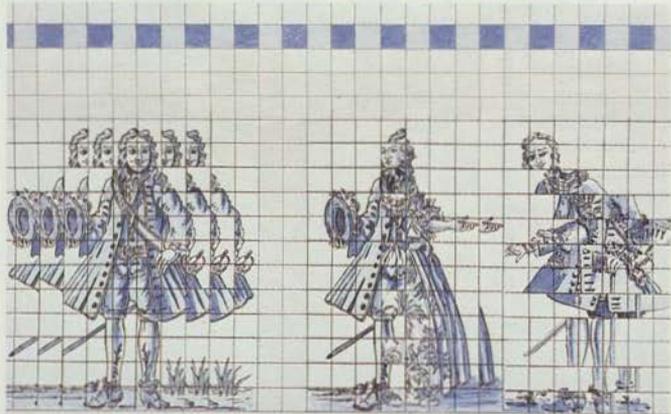
Azulejos de fachada



Painel de azulejos
de Maria Keil. Metropolitano
de Lisboa



Painel de azulejos
de João Abel Manta.
Av. Calouste Gulbenkian, Lisboa



Recriação de figuras de «convite»
do séc. XVIII
da autoria de Eduardo Nery



Reitoria da
Universidade Clássica de Lisboa:
vista geral





dade de integração na arquitectura e tanto foi usado para revestir extensas superfícies de igrejas e de prédios urbanos, como serviu de base a pequenos ornamentos ou registos religiosos de cunho eminentemente popular. Algumas vezes, pela mão de pintores experientes, deu origem a painéis de notável expressão pictórica enquanto que, na maioria das vezes, deixou transparecer a ingenuidade e a falta de escola dos artífices, quer as imperfeições de uma produção maciça na qual, contudo, nunca deixou de estar presente um raro sentido decorativo. Nas suas múltiplas aplicações serviu um pouco para tudo e foi quase tudo: árabe e cristão, aristocrata e plebeu, monárquico e jacobino.

Do ponto de vista estético, o azulejo sofreu ao longo dos tempos, algumas transformações autónomas em consequência das características específicas do material cerâmico ou em resultado da fusão de elementos culturais presentes em certos momentos da nossa expansão ultramarina. Porém, foram as grandes correntes da arte europeia que maior influência exerceram sobre a azulejaria portuguesa.

Foi assim que o azulejo, depois de um período hispano-árabe não figurativo e geometrizante, sofreu no século XVI a influência do renascimento e do maneirismo. Tornou-se então figurativo e passou a recorrer aos motivos e elementos decorativos da época.

No século XVII fez o seu percurso mais original ao servir de base aos célebres «tapetes» nos quais, elementos das culturas europeia e oriental, se fundiram em conjuntos de rara beleza e monumentalidade.

No fim do século XVII o azulejo, convertido ao azul e branco da louça chinesa, aderiu à riqueza ornamental do barroco com as suas abundantes linhas curvas e a exuberância dos efeitos volumétricos.

A partir da segunda metade do século XVIII adoptou a estética «rocóco» primeiro e neo-clássica depois e regressou à policromia e aos enquadramentos quadrangulares.

Em pleno século XIX sofreu a influência da revolução industrial, das novas técnicas de fabrico e da produção em série e passou a ser predominantemente utilizado no revestimento das fachadas dos prédios urbanos, obedecendo a uma finalidade simultaneamente funcional e decorativa. Neste período retomou o espírito dos «tapetes» do século XVII mas

adoptou desenhos novecentistas em que são claras as influências dos papéis-de-parede então em voga.

Para o fim do século XIX e já em pleno século XX o azulejo serviu de veículo a várias correntes estéticas. Por ele passaram revivals, mais ou menos historicistas e folcloristas, infiltrados de elementos neo-barrocos e neo-clássicos. Simultaneamente a Arte Nova, que em Portugal teve uma expressão limitada, espralou-se profusamente em barras e frontões colocados nas fachadas de prédios construídos no primeiro quartel deste século. A Arte Deco, surgida imediatamente a seguir, correspondeu a um período de declínio do azulejo e ficou ligada a exemplares com interesse mais limitado.

2

Independentemente dos múltiplos factores que influenciaram a azulejaria portuguesa ao longo da sua evolução, é por demais evidente que a utilização do azulejo tem oscilado entre duas concepções estéticas extremas.

Uma delas valoriza o azulejo como elemento quadrado, liso e colorido e atribui-lhe o papel próprio nas composições. São as unidades quadrangulares que, ao repetirem-se, geram ritmos, desenhos geométricos e linhas de força que decompõem e decoram as superfícies sobre as quais se encontram aplicadas. Exemplos notáveis desta concepção são os padrões de xadrez do século XVI em que azulejos brancos e coloridos (azuis ou verdes) alternam entre si dispostos em diagonal. Estas composições «enxaquetadas», extremamente simples, geram ritmos diagonais que contrariam a estática das igrejas e dos palácios e produzem efeitos decorativos surpreendentes. Com a passagem do tempo, foram-se tornando mais complexas evoluindo para os padrões de «caixilho» em que as linhas oblíquas são reforçadas pela inclusão de pequenas tarjas e pequenos quadrados complementares.

A outra concepção, que se situa no extremo oposto, utiliza o azulejo como suporte de composições pictóricas mais ou menos eruditas, as quais não estão minimamente condicionadas às dimensões dos azulejos — quer isolados, quer agrupados em módulos — mas sim às dimensões da superfície a revestir. Os desenhos ultrapassam de forma aleatória o reticulado gerado pelas junções entre

os azulejos e os ritmos, criados pela repetição dos elementos quadrangulares, são ignorados em favor das figurações e dos ornatos que lhes são apostos. Santos Simões, sempre atento a tudo o que se refere à azulejaria, deve ter sentido este problema e tentou ultrapassá-lo ao afirmar que «mesmo nos casos extremos do azulejo português do século XVIII — eminentemente figurativo e anedótico — a quadricula originada pela repetição dos ladrilhos continua a ser o elemento mais importante para a criação do ritmo» o que, com o devido respeito, é uma opinião bastante discutível.

Ao pôr em destaque este desfasamento entre as composições pictóricas e o ritmo próprio dos azulejos não se pretende subestimar a azulejaria figurativa que teve a sua expressão mais brilhante durante o século XVIII e que se encontra presente durante toda a evolução do azulejo. De facto os pintores-artífices portugueses, mesmo quando ignoraram o azulejo como elemento isolado, revelaram uma aguda percepção do azulejo como material de suporte e tiveram sabedoria para a ele se adaptarem. Longe de se limitarem a transferir para o azulejo as técnicas de pintura em tela ou em madeira, souberam utilizar as cores e o traço que melhor se adequavam às circunstâncias, criando obras de rara beleza decorativa e um estilo próprio para a azulejaria portuguesa.

Entre estas duas concepções extremas da utilização do azulejo, uma que se subordina ao ritmo imposto pelos elementos quadrangulares e outra que o ignora, é possível identificar um vasto leque de situações intermédias em que o azulejo, além de servir de suporte à pintura, determina ao mesmo tempo ritmos decorativos. É o que acontece com os azulejos de figura avulsa, com os «tapetes» do século XVII e com a azulejaria de fachada. Em todas estas variedades a pintura respeita as dimensões quer dos azulejos isolados, como na figura avulsa, quer de módulos constituídos por quatro ou mais azulejos, como no caso dos «tapetes» e dos azulejos de fachada. Em todas elas a dimensão do azulejo é factor determinante da sua potencialidade decorativa.

3

A partir dos anos 50 deste século alguns artistas plásticos desencadearam um movimento de recuperação do azule-

jo. Nesta iniciativa estava implícita a preocupação de integrar na arte moderna a tradição da azulejaria portuguesa, tentando isolar aquilo que nela pudesse ser considerado essencial. Mesmo sem fazer um estudo completo da grande variedade de exemplares posteriormente produzidos é evidente que, em todos eles, se pode reconhecer em maior ou menor grau, a subordinação ou a independência em relação ao ritmo imposto pela azulejo. É assim que, alguns artistas plásticos contemporâneos, utilizaram o azulejo como material de suporte para composições figurativas sem ter em conta esse ritmo. Jorge Barradas, Lima de Freitas, Relógio e, por vezes, Querubim Lapa, são disso bons exemplos.

Outros procuraram alternar, na mesma composição, elementos figurativos e ritmos geométricos cuja integração nem sempre foi perfeitamente conseguida. É o caso dos painéis da Av. Infante Santo em que só Maria Keil obteve uma fusão equilibrada dos componentes figurativos com losangos de várias dimensões que se adaptam rigorosamente à quadrícula.

A preocupação de ligar o antigo ao moderno é o figurativo ao geométrico teve alguns momentos menos felizes como acontece num dos painéis do Metropolitan de Lisboa, também de Maria Keil, em que «albarradas» do século XVIII se inserem em superfícies de desenhos geométricos modernos, salpicados aqui e além de azulejos de cores vivas.

A utilização do azulejo como suporte de pintura, respeitando ritmos quadrangulares, mas com recusa de elementos figurativos, tem a sua expressão mais significativa no painel de João Abel Manta da Av. Calouste Gulbenkian. Pela sua dimensão e pelo local onde está colocado, esta é uma obra que não pode ser ignorada embora constitua um exemplo espúrio dentro da tradição da azulejaria portuguesa, pela simples razão de que os azulejos, em vez de serem quadrados, são rectangulares. Porém, todo o painel é concebido à volta de módulos de 2 azulejos rectangulares que geram ritmos em tudo semelhantes aos módulos tradicionais de 4 azulejos. Embora respeitando os ritmos quadrangulares, João Abel Manta fá-lo pela negativa, ou seja, rejeitando os centros de rotação gerados no ponto de junção de 4 azulejos, recusando a sugestão de linhas diagonais e interrompendo brusca e intencionalmente as linhas da composição a ponto de sugerir um jogo infantil em que

os cubos estivessem colocados em posições erradas. Cria assim uma sensação da desarticulação do conjunto e opta por uma ruptura com as experiências acumuladas ao longo da história da azulejaria portuguesa.

Já os azulejos desenhados por Eduardo Nery para serem aplicados numa das novas estações do Metropolitan constituem uma notável compreensão do azulejo na sua dupla função de material de suporte e de elemento gerador de ritmos. A partir da recriação de figuras recortadas (ou de convite) do século XVIII em que são propositadamente sugeridas trocas de azulejos (tal como acontece com frequência quando painéis figurativos são transferidos de um lugar para outro), é restituída ao azulejo a sua dimensão própria como elemento modelador das composições. O azulejo, através desta original solução, deixa de servir de simples suporte a figuras pintadas para impor a sua presença e o seu ritmo.

4

No conjunto da azulejaria contemporânea existe, porém, uma obra que merece um destaque muito especial: os azulejos da fachada da Reitoria da Universidade Clássica de Lisboa. Antes de os descrevermos e de explicarmos porque os consideramos tão importantes, vale a pena fornecer alguns dados sobre a sua história.

Quando da construção do edifício, a decoração da fachada, que incluía um revestimento de azulejos dos corpos laterais, foi entregue a Almada Negreiros, mas a solução que apresentou não foi aceite. Chamado Manuel Cargaleiro, a sua proposta também não chegou a concretizar-se, aparentemente por não ter merecido a aprovação dos responsáveis pelo projecto. Por fim o trabalho foi entregue a Fred Kradolfer, suíço de nascimento residente em Portugal desde 1927, que, pelos seus excepcionais conhecimentos no campo das artes gráficas fora convidado por António Ferro para colaborar na revista «Panorama» cuja publicação então se iniciava.

A solução encontrada por Fred Kradolfer para os azulejos da fachada da Reitoria é, a vários títulos, notável. Em primeiro lugar pela beleza e equilíbrio da composição. Em segundo lugar pela aparente simplicidade do desenho no qual está claramente incorporado um longo trabalho de reflexão. Por último,

pela integração perfeita na arquitectura, tarefa em que nada foi desprezado: nem a função dos corpos laterais em relação ao conjunto, nem os vãos, nem os ressaltos na superfície da fachada.

Porém, se tudo isto merece destaque, o mais importante é o conhecimento que Kradolfer revelou da azulejaria tradicional portuguesa e da capacidade do azulejo para, por si próprio, gerar ritmos e servir de base a composições. Optando claramente pela valorização dos elementos quadrangulares e rejeitando o uso do azulejo como simples suporte de pintura, mostrou possuir uma perfeita compreensão dos azulejos «enxaquetados» do século XVI cujo espírito conseguiu recuperar numa obra de indiscutível modernidade. Apenas com azulejos azuis de três tonalidades e azulejos azuis e brancos, divididos em 2 triângulos por uma diagonal (à maneira de alguns painéis enxaquetados quinhentistas), realizou uma brilhante recriação da azulejaria tradicional portuguesa, numa das suas formas mais puras e esteticamente mais interessantes.

Pensamos que os artistas plásticos contemporâneos que se dedicam à azulejaria devem reflectir sobre esta obra cujo significado não pode ser ignorado. Ela constitui, sem dúvida, uma das pistas mais interessantes para os caminhos da azulejaria portuguesa do futuro.

OS CAFÉS E BOTEQUINS LISBOETAS DO SÉC. XIX



O Marialva
(à porta do Café Central)
Gravura de Manuel de Macedo
In o periódico:
O Gajo, n.º 7, 1877, p. 1

O café, divinal bebida, elixir da imortalidade, «há-de ser tomado no Botequim, e naqueles botequins, que agora temos de mais soberba arquitectura, de mais finos lavrados, e polidos mármore, de mais levantadas colonatas, e mais coríntios capitéis que os do Templo de Diana Efeziana» (!), exclama José Agostinho de Macedo. Tudo podemos encontrar neste estabelecimento — o francês ou afrancesado falando com inquietação; o espanhol com gravidade no aspecto; o inglês taciturno e pensativo, casaca preta, chapéu redondo e cachimbo; o alemão que muito fala; o italiano que discorre sobre a excelência dos Raviolis de Génova e macarronni de Piacenza — «e eu com a minha xicara de café fumante e fervente nas mãos estou saboreando com este espectáculo maiores delícias do que sentiria se estivesse no próprio jantar a bordo?» (!).

O autor descortina agora as razões que levam muitos homens a permanecer no botequim desde a manhã até às duas horas da madrugada. Observam-se «tipos», escutam-se conversações e eis que, num momento, sai apressado, um frequentador da casa; logo surgem os comentários e um «orador» pronuncia-se — eu não sei, ele bebe «à la grande», sege sempre à porta, aqui há mistério. J.A. de Macedo, sereno e atento, continua deliciado «com os compassados sorvos» e contempla «as ramagens

do tecto pintadas a óleo naquele sobre-céu do Templo de Baco e da Estupidez⁽¹⁾. Trata-se, sem dúvida, do «Botequim das Parras», um dos mais conhecidos e afamados botequins do Rossio, junto ao «Nicola». Aqui, ao entrar um depositário e confidente de todos os segredos da cidade, todos perguntam «que há de novo?»; lá estava também o Provinciano N, cavalheiro magro; o Doutor N, caudico desacreditado na Praça e a Baronesa N, afectada sabichona; o sujeito que entrara e saíra rapidamente deixando em todos as bocas abertas e pedindo «ó rapaz, dá-me cá um café, não me posso demorar, tenho hoje conferência»; o aventureiro que viaja sempre e vive em Roma como em Roma preferindo «chocolate e aí duas torradas»⁽²⁾.

Centro político e literário, este, como tantos outros botequins, era o «agulheiro dos sábios»⁽³⁾ frequentado por Bocage, Pato Moniz, Santos e Silva, João Bernardo da Rocha Loureiro, redactor de *O Portuguez* (Londres, 1814-26), entre outros. Entre Bocage e Macedo estabelecem-se vivas polémicas, descrevendo aquele poeta o retrato do escritor — indivíduo de «ventas cheias de rapé, olhos chamejantes, frémits coléricos na f açoula glabra, cachão de roscas suínas, membrudo, bezuntão, arrimado à bengala»⁽⁴⁾. Núcleo revolucionário em 1820, o «Botequim dos Parras», que parece ter contribuído como local de preparação do movimento vintista⁽⁵⁾, remonta a 1795, estabelecido por um administrador do «Nicola», José Pedro das Luminárias. A alcunha surge quando com arcos vistosos, lanternas coloridas, poesias e retratos iluminados, o proprietário avivava a porta da sua loja regozijando-se com acontecimentos políticos como as vitórias dos exércitos aliados, aniversários de príncipes portugueses ou estrangeiros aparentados com a família real portuguesa, etc.⁽⁶⁾.

Ponto de encontro de amigos em ca-vaqueira, os cafés ou botequins, frequentados por letrados ou sabichões, «leônuculos da moda», janotas toureiros, pandilhas valentões, patões e pategos⁽⁷⁾, são contribuição importante para o estudo da vivência mundana da capital e o delinear do seu perfil porque o «café é uma das feições mais características de uma terra»⁽⁸⁾. Por detrás do «fait-divers», da «pequena história» pitoresca ou sentimental, do adjectivo rútilo, da expressão mordaz, do dito chistoso entre jogadas de bilhar, gamão e damas estabelece-se uma corrente social que des-

cortina a galeria de «tipos» lisboetas e o observador atento, ao entrar, «examina-o, estuda-o e tem conhecido o país em que está, o seu governo, as suas leis, os seus costumes, a sua religião»⁽⁹⁾.

Dos seus antepassados remotos contam-se as adegas, tavalagens, postas e tabernas, das quais há memória de uma das mais antigas, no Chiado, em meados do séc. XVI⁽¹⁰⁾. Como bebida, o café era conhecido na Idade Média por alguns médicos árabes enquanto na Europa a sua divulgação acontece apenas em meados do séc. XVII e o estabelecimento de casas do género ocorre pouco depois⁽¹¹⁾. Entre nós, o botequim mal afamado da primeira metade do séc. XVIII sofre reestruturações após o terramoto de 1755 numa cidade que encetara vida nova e que por iniciativa de Pombal se pretendia equiparar a outras capitais também neste ponto.

Presenteiam-na botequins mais aprimorados com tabuletas de madeira em substituição dos ramos sobre as portas, segundo ordem daquele estadista⁽¹²⁾ que, com a sua presença, honra um dos primeiros cafés de luxo a estabelecer-se na cidade no dia da sua inauguração. Notícia falsa ou verídica, o certo é que não se trata da única referência a Pombal nos botequins, e, neste, o de Marcos Felipe Campodonico, no largo do Pelourinho, almoça chá e torradas com manteiga em fatias de pão de Meleças (segundo o romance histórico de Fonseca Benevides, «No tempo dos franceses»⁽¹³⁾). Na *Gazeta de Lisboa* encontra-se um curioso anúncio desta casa apontando para o fornecimento ilícito de uns «sujeitos que vendem licores e águas ardentes» valendo-se «furtivamente do seu nome», ao que acrescenta não serem os citados artigos «manipulados com aquela perfeição com que ele os fabrica»⁽¹⁴⁾, abastecendo agradavelmente Lisboa até cerca de 1860.

No séc. XVIII proliferam os botequins como o «Neutral», o «Casaca», e vários no Rossio, com frequência «suspeita», admitindo Coimbra Martins existir uma relação entre a generalização deste termo na língua portuguesa e os anos de maior popularidade das companhias de ópera italianas em Lisboa. A palavra botequim derivou, possivelmente, de «botteghino» que, tal como a sua equivalente portuguesa, designa certo tipo de casas de bebida⁽¹⁵⁾. E nem a sua proveniência, que muitos pretendem tratar-se de um diminutivo de «botica» (no sentido de

«loja»), nem o seu significado se encontram absolutamente esclarecidos.

Em finais daquele século são os botequins muito frequentados mas, também por esta altura, já a palavra «café» se apresentava como o estabelecimento onde se ia beber café, e outra questão surge: a distinção entre botequim e café. Possivelmente, o primeiro seria a casa de bebidas várias, e, não especialmente, casa de café como a segunda. Em meados do séc. XIX, o termo cai em desuso quando o prestígio de alguns botequins do Chiado como o «Marrare», onde até era proibido fumar, serve um gosto elegante e sóbrio, entendendo-se, a partir desta altura, como sinónimo envelhecido do termo «café»⁽¹⁸⁾.

Como já foi referido, a importância destas casas estabelece-se a partir de finais do séc. XVIII, e grande parte delas ligava-se à vida artística. Funcionando junto aos teatros, autores e actores eram elogiados ou censurados, actrizes e cantoras celebradas em verso⁽¹⁹⁾. Posteriormente, alguns cafés são «academias» de literatos, pontos de encontro de políticos ou locais de convívio dos elegantes, o que provocava rivalidades entre as casas, e, numa cidade provinciana, com algumas notas de colorido burguês entre

o Chiado e o Passeio Público, desencadeavam um jogo subtil entre o gosto japonato e a opinião pública.

O mais antigo botequim lisboeta, o «Martinho da Arcada do Terreiro do Paço», existia já em 1782 como «Casa da Neve», intitulava-se em 84 «Casa de Café Italiana», e, em 95, «Casa do Comércio». Nos inícios do séc. XIX, reunia muitos jacobinos e é apontado entre as casas clandestinas de jogo de banca e dados⁽²⁰⁾. Completamente reformado, reabre, em 29, como «Botequim da Arcada», adquirindo, mais tarde, o nome do proprietário, Martinho Rodrigues, que, desde 1810, exercia a função de contratador da neve consumida na capital sob a forma de sorvete⁽²¹⁾.

O local era aprazível para os apreciadores da saborosa neve manufacturada que também se vendia no café «Martinho» ao Rossio, do mesmo proprietário. O afamado produto vinha de cinco ou seis enormes poços existentes em Sto. António das Neves, na serra da Lousã, transportando-se em carros até à Barquinha para chegar a Lisboa de barco⁽²²⁾.

Os dois cafés «Martinho», tão frequentados, distinguiram-se quando ao primeiro se dava a designação de «Arcada» e, ao segundo, «Café Martinho»; si-

Família em passeio junto a um café

In publicação:
Machado, Júlio César, «Lisboa na rua»,
Lisboa, Empresa Horas Românticas,
1874, p. 184

Desenho de Manuel de Macedo
(gravador - Severini)



tuavam-se em duas zonas políticas opostas porque, se no Terreiro do Paço se governava, tornando-se a conspiração difícil, no Rossio contestava-se.

Quando a desordem agitava a vida mundana, procuravam-se amigos para o «arranja-te, vamos, avia-te; há barulho!» Mas porquê e onde não se sabia ao certo, «há-de ser logo, ali pelo Rossio... No «Martinho» é que se sabe! Isso sabe-se sempre no «Martinho...»⁽²³⁾. A curiosidade arrasta os amigos e comparsas ideológicos para este café onde dois rapazes que aprendiam «a beber sem ter sede» eram a única presença em horas mortas, porque as vivas, aquelas em que «o poder do mundo» era um facto, só das «oito às nove (...). Antes e depois, ninguém»⁽²⁴⁾.

Tratava-se do «Café Martinho», situado no antigo Largo do Camões, junto ao Rossio, fundado cerca de 1850. O seu nome surgira, como o de tantos outros cafés que se intitulavam Freitas, Marcos Felipe, Bernardo, Tavares, porque, esclarece Francisco Maria Bordalo, «não se usa entre nós baptizar estas lojas com designações pomposas», mas antes pelo nome do seu proprietário. Com uma grande sala de arcarias, descreve-nos este escritor, «cujas colunas são forradas de espelhos», era local de encontro masculino mas, também, ponto de passagem a um «gabinete elegante mobiliado e ornado para senhoras»⁽²⁵⁾. Primeiro café lisboeta pensado para a frequência de ambos os sexos, apresentava-se com uma atitude estética distinta da decoração «naif» do botequim das «Parras» ou dos «Macacos» que assim se intitularam por se identificarem com as pinturas de gosto «ingénuo» do seu interior. Este, oferecia um ambiente requintado, num jogo ritmado de colonatas com capitéis coríntios e arcarias, largas zonas de espelhos e mármore, criando o espírito elegante de cafés europeus, num espaço agradável e relaxante, «principalmente nas calmosas noites de estio, em que o sorvete é tão apetecível»⁽²⁶⁾.

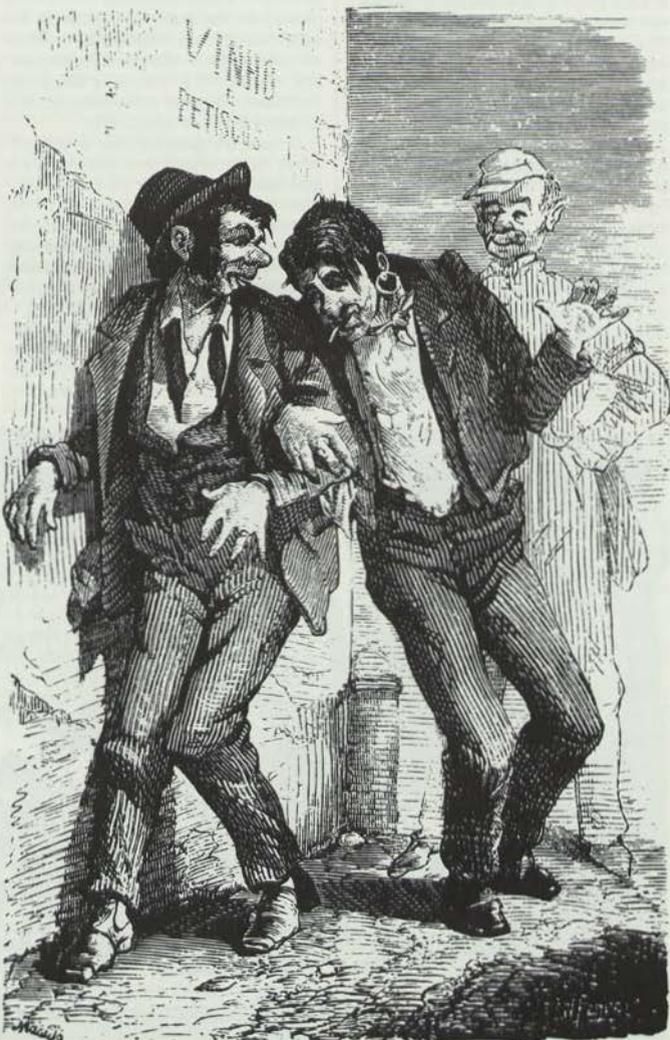
Centro do recém-chegadismo provinciano, do sujeito de fato novo que aí entrava propositadamente, e, como quem procurava um amigo, aproveitava para se rever dos pés à cabeça — «a calça não me vai mal, mas estou com medo que as minhas sejam um *apice* mais compridas!»⁽²⁷⁾, era também um importante centro de reunião de um «tipo» — o político. E quando se nota um «homem com os cotovelos filados no mármore de uma mesa, com a cabeça entre as mãos, um

Casa de vinhos e petiscos

In publicação:

Machado, Júlio César, «Lisboa na rua», Lisboa, Empresa Horas Românticas, 1874, p. 110

Desenho de Manuel de Macedo (gravador — João Pedroso)



copo de genebra ao lado, e um jornal diante dos olhos, e nesta mesma posição o encontrar uma hora depois, é um infeliz político (...)»⁽²⁸⁾.

Da frequência daquele café, destacavam-se, além de políticos, literatos — Magalhães Coutinho, José Avelar, Rodrigo Paganino, João Luis Gonçalves — e, Júlio de César Machado, testemunhando a sua admiração por um deles — Tomás de Carvalho — afirma tratar-se de «quatro homens que reunidos num só se chamam Tomás de Carvalho, o curioso e raro, Tomás de Carvalho homem de ciência, Tomás de Carvalho artista, Tomás de Carvalho literato, Tomás de Carvalho orador»⁽²⁹⁾.

Os amigos, anteriormente referidos e que no «Martinho» procuravam informações sobre o «barulho», ao saírem deste café, deserto àquela hora, dirigem-se ao Rossio «sem demora!» É J. C. Machado, cronista lisboeta do séc. XIX, quem nos descreve a praça e as suas figuras «alguns passeando, outros como que a desfiarem idílios», e revolucionários sentados «nos seus banquinhos, de costas voltadas para o fundador da liberdade», em atitude de disfarce. A hora gloriosa ainda não havia soado, e aqueles mesmos personagens que, no Martinho ou no Rossio, pretendiam assistir à agitação, agora resignados, pedem um copo de água ao homem da bilha, comentando no regresso a casa «a coisa está feia!»⁽³⁰⁾.

O Rossio contestatário que, em 1878, tinha o seu «monumento de mármore de bronze, o seu teatro todo jaspes, as suas renques de árvores a emoldurarem com uma alameda o tabuleiro central de mosaico ondeado», iluminação a gás, lojas opulentas, bancos municipais e quiosques, era, cerca de 1830, segundo descrição de Júlio de Castilho, «um terceiro árido e mal gradado». No antigo paço dos Estados erguera-se o edifício da Inquisição, depois Palácio da Regência e, nesta época, Intendência Geral da Polícia, mostrando «o que quer que fosse de inquisitorial e terrível, o que desosssegava os alfacinhas». Em volta do grande paralelogramo da praça, sempre com entulho e pedras, observavam-se lojas com toldos de lona e o «Botequim das Parras». De dia, cavaleiros e peões, com os seus trajes característicos, as mulheres de capote e lenço, os militares de uniforme colorido, os peraltas de capote, homens com «josesinhos» de mangas e cabeção curto, assistia-se à movimentação de seges, carros, carrua-

gens, cadeirinhas com damas. À noite, era o nosso conhecido silêncio lisboeta, o medonho sarah das trevas «iluminado por raros candieiros de azeite», entenebrecido por «sonolentas patrulhas de cavalaria da polícia» e melancólicos pregões como o do mexilhão ou o arrastado e nasal «Água ardente! e café quente!»⁽³¹⁾.

Havia pouco tempo que a Feira da Lardra fora transferida deste recinto para a Praça da Alegria (1809), mas o mercado de ferros-velhos e as vendeadeiras de objectos usados ou adelas continuavam a transitar pelas praças, vendendo inclusive no Passeio Público. Os pregões, «vozes da rua», expressão oral daqueles que garantiam a sobrevivência da cidade, eram o tom característico, a nota colorida dos que melhor procuravam ganhar a vida, se melhor cantassem. Havia quem iniciasse o pregão com uma exclamação: «Oh... oh... cabaz de morangos!»; «Oh tremoço saloio!»; «Oh boa amora da horta!»; «Oh viva da costa!»; «Oh o marmelo assado no forno!»; ou por declaração: «Merca (compra) capachos, galinhas, laranjas, mexilhão»; «Fava rica»; «Ameijoas pr'arroz»; «Aguilhas e alfinetes».

Dos pregões antigos, que ainda no séc. XIX e até inícios deste século se ouviam, destacam-se o da *varina* «Ela é vivinha da costa, ela é viva e sem sal!» e o do aguadeiro «Á ú! Ela é da bica!» e os de vendedores vários «Quem quer figos! Quem quer almoçar? Vá figuinhos da capa rota!»; «Azeitona nova! a 25 o salaminim, quem quer azeitona nova?»; «Melancia à faca à faca»; «Cadelinha pr'arroz»; «Alconomial fava torrada!». À noite, as pretas do mexilhão andavam com a panela de caldeirada do marisco «lerre! lerre! lerre! Ele tem o seu aio, seu zeri-guitaio, seu azeite de Santarém! Ele é pouco mas sabe bem!».

E na memória ficou-nos a sua musicalidade que, possivelmente, no séc. XIX, se fazia sentir pelas ruas de Lisboa com maior evidência que o bulício de cidade de carros e carruagens que a toda a capital convinha mas que nesta era quase ignorado. O monocórdico «Merca mexilhão», o ascendente «Compra-gaLl-nhas», o descendente «As p'ras», os ziguezagueantes «A-GU-lhas e AL-fe-nêtes»; «Com-PRÓ-ra-MI-nho-de-FLÔ-res»; «MÉR-ca-chinÉ-los-E-sa-PÁ-tos de CÔR-da», o ondulado «Oh! Oh...cabAZ de morAngos!» e em tripla ondulação «QuEm-quEr-FIgos? ... QuEm-quER AlmoçAR?... Oh! fiGUIL-

nhos da Capa Rôta!» eram árias de uma cidade provinciana, melodias de «opereta de costumes» que testemunhavam hábitos e vivências hoje desaparecidos⁽²⁶⁾. Deambulavam pelas ruas e ruelas a vender mercadorias e no Rossio lá estava o rapaz dos perus, o preto caiador que com azeules se cruzavam ou ainda com o *leiteiro* que, com a vaca e a cabra, vendia na cidade o leite fresco apregoando «Leitiii...».

Não se estranhe, no entanto, a mistura do pitoresco e do político que nesta zona da cidade se estabelecia. É que a apreciação do perfil lisboeta terá de se esboçar entre estes dois pólos, faces da mesma moeda que não devem ser ignoradas porque de uma urbe e particularmente de um lugar se tenciona apresentar a sua autenticidade. Neste mesmo largo do Rossio reuniam-se jacobinos e maçons nos seus vários estabelecimentos: chapelarias, boticas, e, naturalmente, cafés e botequins. Um dos mais afamados, e já existentes em 1787, era centro político e literário de gerações várias — o «Nicola», fundado por um italiano do mesmo nome. Compunha-se de duas lojas (café e bilhar) que comunicavam entre si por um corredor. Tal como o «Botequim das Parras», seu vizinho, apresentava uma pintura no tecto, exprimindo, em grinaldas que cercavam uma figura a óleo⁽²⁷⁾, um gosto mais elegante que a representação de parras. Um dos seus assíduos frequentadores, Bocage, criou neste café, com outros poetas proeminentes, uma «academia». Nele improvisou numerosos sonetos, fez estremecer alguns com as suas cóleras, criticou e riu do pedantismo ridículo.

Em finais do sec. XVIII, este centro adquiriu prestígio tal que no teatro da rua do Salitre se representou a farça «Casa de café e bilhar», com música de Marcos Portugal, visando o botequim do «Nicola» e satirizando o José Pedro das Luminárias, então empregado do «Nicola» ou o *padre Lagosta* (José Agostinho de Macedo), entre outros. O prestígio era-lhe dado, ainda, pelas actividades conspiratórias a que se dedicavam as pessoas «suspeitas» ou pelas conversas de assuntos «menos próprios» como consta de um aviso de Pina Manique, de 1800⁽²⁸⁾. Na época das invasões francesas acorriam a este café os oficiais do exército invasor com os seus uniformes cintilantes que seduziam a «arraia-miúda», embasbacada perante as casacas agaloadas ou os «spencers» bem justos. Um pouco mais tarde (c. de 1809) era

frequentado por muitos partidários das ideias francesas, enquanto em 1811 apareciam muitos espanhóis «suspeitos», não só neste como noutras cafés, como o das Parras ou nos botequins do Cais do Sodré. Em 1824 reunia liberais, e, todas as tardes, ali se encontrava um assalariado da polícia que a todos pretendia maçonizar a troco da lista dos seus adeptos⁽²⁹⁾.

Em meados do século, e após as lutas da Maria da Fonte, necessária e urgente se tornara a conspiração. Esta surgia «nas casas das famílias, junto das lareiras, nas ruas, nas praças, nos campos»⁽³⁰⁾, anuncia-nos Brito Aranha, que retrata um curioso episódio político da época. Corria o ano de 1850, e, numa noite, quando se soube de uma revolta dos «Caçadores 2», alguém exclama a uma mesa de café — «Pode-se fazer hoje alguma coisa!». E fizeram. A reunião do pequeno grupo acontecera no café «Freitas», cuja existência datava de 1845 (antigo «Gonzaga do Rossio») e mais recentemente café «Gelo»⁽³¹⁾.

Nessa mesma noite saem do café «Freitas», Manuel Jesus Coelho, Morais Mantas e Brito Aranha com a intenção de se dirigirem ao quartel em Vale do Pereiro. Pelo caminho, o grupo foi engrossando e poderiam contar-se já 100 pessoas que pelas ruas soltavam vivas a «Caçadores 2» e à causa popular até que no quartel a sentinela dá o alerta e logo se ouve «a voz rouca do sargento comandante da guarda, que mandou «carregar armas»»⁽³²⁾... E, assim, dissolvido ficou o conjunto arrepiado de pacatos revolucionários, que, certamente, não deixaram de continuar a conspirar nem de frequentar este afamado centro político.

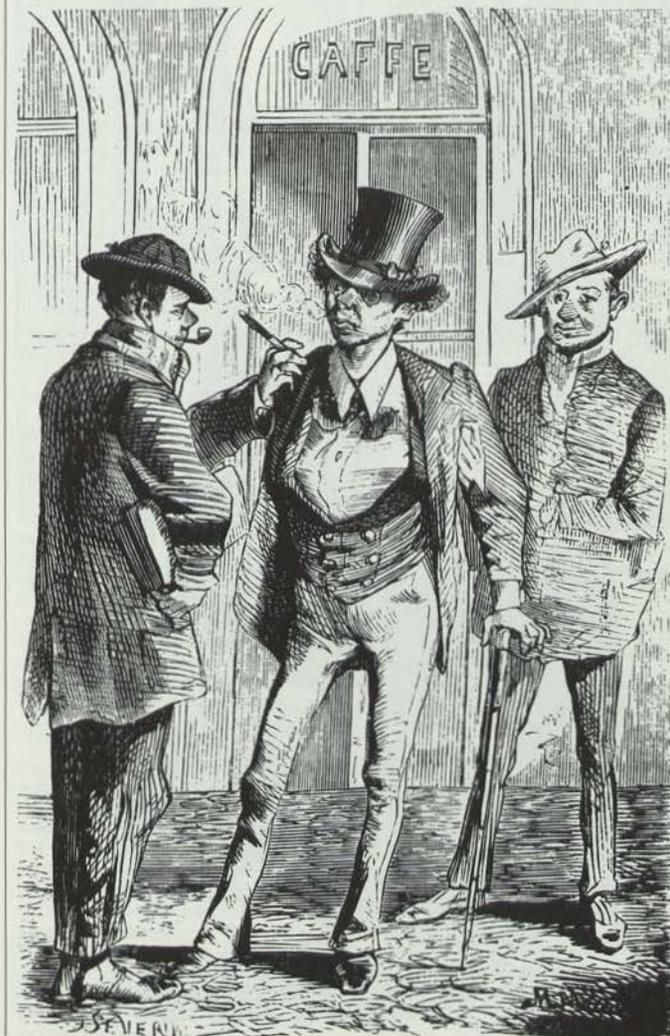
Entre muitos, poder-se-ão referir na lista dos frequentadores deste café, para além dos já apontados Manuel Jesus Coelho, proprietário da tipografia do *Patriota* (1842-53); Leonel Tavares Cabral, redactor do *Patriota* e durante alguns meses de *O Português* (1853-66); Leandro José Rodrigues, director da imprensa de *O Patriota*; João Félix Rodrigues, por alcunha o Tanas, redactor nos últimos anos, de *O Português*; José Estêvão; Bernardino Martins, director do Suplemento burlesco do *Patriota*; Casal Ribeiro; Oliveira Marreca; Mendes Leal; Rebelo da Silva; Luís Augusto Palmeirim; Lopes de Mendonça; o actor Rosa, pai, e, ainda, entre outros, José Maria Cristino, músico, que tinha a seu encargo reunir uma orquestra por ocasião de festas ou solenidades nalgumas «socie-

Noticiarista à porta de café, possivelmente o «Marrare»

In publicação:

Machado, Júlio César, «Lisboa na rua» — Lisboa, Empresa Horas Românticas, 1874, p. 80

Desenho de Manuel de Macedo
(gravador — Severini)



dades secretas», onde a música se não dispensava, sem que para tal houvesse necessidade de gastar dinheiro⁽²⁹⁾.

Ainda no Largo do Rossio, e próximo deste estabelecimento, o café-restaurante «Sulço» (hoje Companhia dos Telefones) mantinha uma clientela de políticos e literatos. Fundado cerca de 1847 por dois suíços, um dos quais, João Meng⁽³⁰⁾, e situado frente ao teatro D. Maria II, também o frequentavam actores como Minne, de uma companhia francesa, que aí tomava o seu «petit-verre» todas as tardes, e os amantes do teatro, como Júlio César Machado, a ele acorriam regularmente. Conta-nos este escritor que, uma noite, ao sair deste café, se decide a «encontrar um plano, uma saída», elaborar uma obra — «A vida em Lisboa»⁽³¹⁾. E assim surgira, após a «divina bebida», a crónica humorística de Lisboa, uma capital «dizendo o que ouve, macaqueando tudo e sem fazer nada»⁽³²⁾.

Assistia-se nesta casa a conversações animadas, segredos aos ouvidos uns dos outros, alguns apertos de mão; observam-se frequentadores que tomavam o seu café, e «militares sentados fraternalmente em bancos jogando o xadrez e fumando»⁽³³⁾. Aqui, como em tantos outros cafés, a policia vigiava e um deles que se sentara à mesa daquele cronista, propôs-se-lhe como parceiro de uma partida de dominó a «cognac». Uns que estavam à entrada disseram entre si: «Aquele é da obra! Lá está já a policia com ele». E logo ficou comprometido⁽³⁴⁾.

No «Sulço» encontravam-se ainda «marialvas» buliçosos e toureiros que também se reuniam num dos últimos botequins lisboetas — «A Tendinha» do Rossio, fundada em 1840, e com uma tradição de boémia antiga, do tempo das tipóias e do regresso das corridas de toiros do Campo de Sant'Ana. Soavam descantes e guitarradas e, como curiosidade, pode-se acrescentar que foi neste botequim que Malhoa escolheu o Amâncio fadista para figurar numa das suas obras: «O Fado»⁽³⁵⁾.

Neste mesmo largo ou próximo ao Passeio Público, e cerca de 1824, eram numerosos os cafés populares, como o «Madre de Deus», à esquina do Palácio da Inquisição, que fabricava salsaparilha. Existindo desde 1793 possuía um gabinete particular onde as senhoras tomavam refrescos, sendo famosas as carapinhadas, os sorvetes ou as frutas geladas, vendendo, ainda, estampas e fo-



Feliciano das seges
(à porta do Café Central)

(boleiro — «foi durante anos o único cocheiro da noite; empresário de tipóias, que eram como aquelas certas flores que nunca abrem de dia e têm seu receio de sol!...», p. 47)

In publicação:
Machado, Júlio César, «Lisboa na rua»,
Lisboa, Empresa Horas Românticas,
1874, p. 46

Desenho de Manuel de Macedo
(gravador — Severini)

lhetos tal como sucedia no «Botequim das Parras». Também o café do «Bosque» se instalara nuns casebres demolidos (prédios do duque do Cadaval) e tinha jogos de bilhar, gamão e cartas, bem como, ainda, o botequim do «Abade» se encontrava na Rua do Príncipe, próximo do Largo do Passeio, servindo bebidas e dispondo, também, de bilhar⁽⁴⁶⁾.

Nestes, cavaqueava-se, naqueles, conspirava-se, decidia-se a edição dum jornal ou dum livro à mesa do café, mas onde se ia alegrar a vida a não ser ao domingo nas hortas e seus retiros, como o «Colete Encarnado», o «Perna-de-Pau», e tantos outros que serviam peíscos (peixe frito com salada, feijão e orelha, etc.), onde o convívio de amigos ou de famílias patriarcais era apetecido? Enquanto na cidade, a elegância suprema era passar o dia encostado a uma esquina ou a um estabelecimento, comentar as novidades no café, nas hortas... era a «pândega». Mas «é culpa dos rapazes desta geração (...) se nos arrabalde de Lisboa, não há como nas outras terras aquelas casas de campo onde se vai jantar na melhor sociedade, e na maior alegria, que se chamam em Paris — o *Moulin Rouge* (...)?»⁽⁴⁷⁾.

O certo é que em Dezembro de 1857 inaugura-se um local que se pretendia alegre animando a casa de bebidas onde também se saboreava o café com representações várias. Era o «Café-Concerto» (mais tarde «*Casino Lisbonense*») onde se realizaram as Conferências do Casino), destinando, no seu primeiro dia, um benefício a favor das vítimas da febre amarela. Estabeleceu-se como loja de bebidas, de jogos lícitos, com sala para concertos vocais e instrumentais. Zagalfo era seu director e Augusto Figueira, o administrador, obtendo a empresa licença para abrir estabelecimento no Passeio

Público, em 58, e por seis meses, com espectáculos de física e química, concertos, cenas cómicas e variadas peças de música⁽⁴⁸⁾.

A preocupação de entreter a sociedade surgira da tentativa de terminar com o estado de tédio de muitos, encontrar, enfim, um acordo com o espírito da época porque os «portugueses não têm outra arma senão a faca, nem outra música senão o fado, nem outro respirar senão as hortas»⁽⁴⁹⁾. Era, sem dúvida, uma das primeiras casas do género que entretinha «todos os fastios ambulantes», recreando-se os frequentadores ao darem vivas, bis e bravos⁽⁵⁰⁾. Lisboa havia-se queixado da falta de mulheres e dos amores, e aí estavam «cancanistas» em movimentos oblíquos, aos pulos e às piruetas, sem respeitarem o ritmo da música, até que iam cair «diante de uma mesa do botequim, onde os sátiros pacíficos lhes faziam tomar bebidas de guerra»⁽⁵¹⁾. Com a maior sem-cerimónia, cada um podia beber, fumar, conversar e gritar, espalhando-se pela sala uma algazarra que não deixava ouvir o canto, possivelmente chistoso, das que tinham «por destino entreter a troça nacional»⁽⁵²⁾.

O «Café-Concerto» determinava uma época e, também, o temperamento de cada um: cá fora, boa pessoa, lá dentro, um tigre⁽⁵³⁾. Os seus sobrados tremiam com dançarinas de cabotagem que os empresários trajavam convenientemente, dando uma «nota parisiense aos bailes mascarados», e as companhias sucediam-se enquanto a Moral se irritava⁽⁵⁴⁾. E irritante se tornara para Júlio César Machado o findar de uma série de locais joviais e alegres que antecederam o «Café-Concerto», onde se reunia a mocidade, como o «Tivoli», o «*Jardim*

Mitológico» ou a «Floresta Egípcia». Esta última, situada frente ao Palácio Palmela, aparecia no início dos anos 50, oferecendo uma nova possibilidade de lazer e proporcionando o encontro de grande parte do mundo elegante, bem como a ela acorria ainda o «escriturário da Baixa que pagava com grande custo uma entrada assaz cara»⁽⁵⁵⁾.

Eram locais ajardinados que apresentavam espectáculos variados — jogos, bilhar, tiro de pistola e carabina, cavalinhos de pau, montanha russa, sala de dança, botequim, fogo de vista, baile de máscaras no entrudo, iluminações a «giorno» com árvores enfeitadas, um teatrinho e duas orquestras⁽⁵⁶⁾. Comenta aquele cronista que se entendera por melhor terminar com tudo isto para dar lugar ao «Café-Concerto» que, cada vez mais, atentava contra a moral e os bons costumes, desassossegando muitos que não lhe faziam «mal por querer, mas o país ainda não [era] para estes recreios»⁽⁵⁷⁾, e a empresa terminava em 1876, tendo o mesmo destino que os locais anteriormente referidos.

Próximo do Rossio, encontrava-se o *Passeio Público*, criação de Pombal, que, por intenção do príncipe-consorte D. Fernando de Saxe Coburgo, começava a ser frequentado pela alta sociedade, incutindo-lhe uma mudança em termos civilizacionais e de modernidade. Tornado num dos símbolos românticos no ambiente citadino, ele é pretexto de um novo pulsar social a que não era alheia uma camada da população ansiosa de distinções, preenchendo, por outro lado, espaços de lazer às damas, tão caseiras outrora, e com apenas três saídas na vida (a baptizar, a casar e a enterrar). O *Passeio Público* era a janela que abria o mundo para a mulher, melhor ainda, a janela da qual a mulher se vê a passar no mundo que se lhe abria da rua, do baile, da moda, da leitura ou de sensações novas no «flirt», nos «impulsos do coração» e mesmo no adultério — atitudes empolgadas pela literatura francesa. No *Passeio* víamos a:

«Lisboa que sai

A Lisboa que se mostra

A Lisboa que vê e quer ser vista

A Lisboa que se arrasta

A Lisboa que boceja

A Lisboa que namora

A Lisboa que esmore»⁽⁵⁸⁾.

Espaço gradeado e elegante, no seu de uma cidade provinciana, o *Passeio* apresentava em 1836 um regulamento em que se proibia às senhoras o uso do

Casa de pasto (taberna)

In publicação:

Machado, Júlio César, «Lisboa na rua»,

Lisboa, Empresa Horas Românticas,

1874, p. 37

Desenho de Manuel de Macedo



característico capote e lenço (a não ser em criadas e amas de leite que as acompanhavam), bem como determinados trajes masculinos ou tecidos ordinários. Tratava-se de uma tentativa de aristocratização da própria sociedade elegante num local de eleição do janota e «coquette» que fruía apenas de um outro espaço: o Chiado.

Zona privilegiada dos palácios, das igrejas frequentadas por distintas devotas, dos grandes hotéis como o do Matta, das modistas de alta costura como *M.^{me} Levillant* (modista das infantas), do alfaiate da casa real, Jung, e, naturalmente, dos cafés elegantes. De entre os muitos cafés do Chiado poder-se-ão enumerar a loja de bebidas do «Baptista», o botequim do Lourenço Manuel Fernandes, o «Toscano», ponto de encontro dos artistas do S. Carlos, mas, um dos cafés de nomeada era, sem dúvida, o «Central» que se situava à esquina da Rua Serpa Pinto. Último ponto de paragem dos janotas, frequentavam-no os Maniques, os Galaches, o marquês de Castelo-Melhor, Gama Lobo, D. José d'Avilez, D. Pedro e D. António Galveias, D. Alexandre Saldanha e Alfredo Rui da Silva (o Silva Canelas), terminando em 1875.

Ao Rossio contestatário opunha-se o Chiado cartista e o proprietário desta casa trajava sempre de sobrecasaca e chapéu alto enquanto na cozinha usava «casquète». De nome, Domingos António, foi o primeiro a estabelecer serviço de «restaurant» no café, com especialidades como o «beef», o linguado frito e o rim grelhado, enquanto nos botequins se forneciam apenas ovos à portuguesa⁽²⁰⁾. No «Central» observava-se, ainda, uma freguesia de excêntricos, como Luís Sampaio, tio de Eduardo Garrido, que diariamente se encontrava no estabelecimento, actualizando a correspondência ao mesmo tempo que tomava catorze chávenas de café; esta casa servia também de local onde se desfaziam ofensas de marialvas que, um dia, bateram em D. Tomás de Melo porque os havia designado de «abas direitas», sendo o incidente resolvido por Amândio Gago (Fonte-Bela).

O «Central» era café afamado não apenas pela frequência de janotas e excêntricos mas, ainda, por outros «tipos» vários que à sua porta estancavam, servindo a clientela. «Providência dos pãdegos nocturnos», o Feliciano das seges, sempre a ruminar um pequeno cachimbo, assim esperava os fregueses,



sendo o mais conhecido bolleiro, o único cocheiro que, durante anos, muitas viagens fiara para os casos nocturnos⁽⁶⁰⁾. Dos velhos e sendeiros cavalos de que dispunha, um havia que soltava coices furiosos se lhe falassem em Sintra ao que o Feliciano acorria, gritando: «não diga ao cavalo que vai para Sintra, diga-lhe outra coisa»⁽⁶¹⁾. E ainda junto ao café avistavam-se paquetes, gaiatos que levavam cartas, recados amorosos e seguravam cavalos — eram o coxo Meyrelles, o Nini, o Lérias, o Teodoro, o Meio Arratel, o rei, o rei Wamba ou o rei Bam-bas e outros⁽⁶²⁾.

Mas na Rua Garrett estabelecia-se aquele que «não era o primeiro, nem o melhor botequim, era o único»⁽⁶³⁾ — o «Marrare de Polimento» —, assim chamado porque, até certa altura, se encontrara forrado de madeira polida. Tinha duas tabuletas que esclareciam o cliente — «Vinhos superiores engarrafados, café» e «Licores e outros objectos. Bilhar». Entre elas, um lampião iluminava o dístico: «Marrare». À entrada existia uma pequena sala, à direita, um corredor com mesas que conduzia ao bilhar, e à esquerda, outro que levava à cozinha⁽⁶⁴⁾. As suas bebidas eram famosas pela qua-

Passeio Público

«O passeio público representa por si mesmo Lisboa na rua.

A Lisboa que sai

A Lisboa que se mostra

A Lisboa que se vê e quer ser vista

A Lisboa que se arrasta

A Lisboa que boceja

A Lisboa que namora

A Lisboa que esmoe

— encontram-se no Passeio Público», p. 8

In publicação:

Machado, Júlio César, «Lisboa na rua».

Lisboa, Empresa Horas Românticas,

1874, p. 7

Desenho de Manuel de Macedo

(gravador — Severini)

lidade, bem como os sorvetes, o chocolate e o «champagne» faziam do «Marrare» «uma especialidade»⁽⁶⁵⁾.

Diz J. de César Machado que era a casa das noites e das manhãs, provavelmente daqueles que «borgueando» no início da noite aí começavam a sua actividade para a finalizarem na manhã seguinte, fazendo a economia inversa das 24 horas. À tarde, preparavam-se os seus fregueses para o jantar, e «pela noite adiante, que agitação, que vozeria, que dissertações (...)»⁽⁶⁶⁾. Recorda Bulhão Pato que este café fora notável, assumindo «um carácter literário e político que hoje pertence à história»⁽⁶⁷⁾. É que o café, aquela bebida agradável, que no «Marrare» se apresentava como poção oriental, era o motor físico de um «cavaco». Apresentavam-se o janota «pur sang», cuja profissão era não ter nenhuma, o médico, o oficial jovem, o literato ou o jornalista. Era o ambiente próprio da «jeunesse dorée», como nos refere um folhetinista do periódico *A Semana*, descrevendo-nos uma noite no «Marrare» em «sessão plenária de espírito»⁽⁶⁸⁾.

Animava-se o círculo de amigos com sátiras e conversações espirituosas, discavam-se as últimas produções literárias e «dado por concluída a autópsia da situação», ouvem-se suspiros que mesclam com frases tristes e angustiosas o folgar descuidado daqueles espíritos juvenis. Soltava estas expressões um homem jovem, um poeta, fisionomia vulgar mas com um «luzir» nos olhos, «eléctrico e faiscante», buscando inspiração para três «álbuns» que o esperavam em casa, encomenda de uma «lírica apaixonada». O «álbum», em moda na época, leitura da dama elegante, era o desgaste do poeta que para sobreviver aceitava cantar o que a proprietária desejava ouvir, e, neste caso, como em muitos, as três senhoras eram «lindas» mas, uma, dispunha apenas de uma «sensaboria de espírito», a outra, de uma «alma incolor» e à última, os elogios do poeta seriam pretexto a ofensa de «um marido cioso»⁽⁶⁹⁾.

Assim, um grupo disfrutava do «Marrare», enquanto que, César Machado nos revela, entrar neste botequim «era caso. Como que se precisava apresentação. Ninguém lá ia sozinho à primeira vez», transmitindo ainda a sua alegria por essa sensação à porta daquele café — «senti-me outro» — enquanto Frondoni conversava com Lima da Cardiga. Da sua frequência destaca-nos alguns no-

mes como José Guedes, sobrinho do conde de Farrobo, primeiro conhecimento daquele escritor que aspirava fazer um contacto por dia. E lá se encontravam José Vaz de Carvalho, Guilherme de Lima, o Lima da flauta ou do S. Carlos, João de Oliveira, cunhado do conde de Tojal e o velho Verdico, patriarca que tudo explicava⁽⁷⁰⁾.

O «Marrare» era ainda o «museu de tipos extravagantes», o «pandemonium da janotaria e da literatura lisboense»⁽⁷¹⁾ e a «alta elegância era estar à porta, a ver e comentar os que passavam»⁽⁷²⁾. Galhardamente, observavam-se grupos de «diletanti», janotas, políticos, «gentleman» ou «fashionable», literatos, «leões de juba natural ou artificial, velhos-meninos, morgados arruinados ou não arruinados» comentando notícias várias ou deitando «as suas lunetas a alguma senhora que marchava solenemente seguida pelo seu «groom» ou a alguma cantora célebre»⁽⁷³⁾. E uma ligação subtil se estabelecia entre o «dandy», homem de salão, e o «marialva», estroina buliçoso, do mesmo modo que entre o «Marrare» e a Ópera se garantia uma «corrente social fortemente apaixonada a expensas da cultura musical», sendo «chic» na capital, tal como sucedia em Paris ou Londres «ter as suas entradas e os seus amores na Ópera»⁽⁷⁴⁾. Frequentado, também, por artistas do S. Carlos, como Tamberlick, Fiori, Conti, Baldanza, Miraglia, Volpini e outros⁽⁷⁵⁾, o «Marrare» contribuiu para os talentos desta terra. Sem ele não havia «artistas que prestassem, nem governos sólidos, nem mulheres bonitas, nem touradas excepcionais, e estas com razão porque era dali que saíam os mais garbosos cavaleiros, o Vimioso e o Carusa, os mais intrépidos carapinhas e os mais valentes homens de forçado»⁽⁷⁶⁾.

Desde o «dandy» ao «marialva», do jovem janota ao literato, no «Marrare» agrupavam-se políticos perspicazes como José Estêvão conspirando contra os Cabrais e Passos Manuel fazendo propaganda maçónica⁽⁷⁷⁾. Aí se desenvolviam estratégias e sentia-se o efeito da maledicência porque se havia locais por onde era arriscado transitar, um deles era certamente, «a passagem do Chiado, junto às portas do Marrare, (...) tão perigosa como a do Cabo das Tormentas, antes de Vasco da Gama!»⁽⁷⁸⁾. Considerada zona «perigosa», reunia também as características indispensáveis ao fenómeno «fama», e, até 1866, (ano do seu encerramento) transmitia

uma imagem de importância no meio citadino e se não do país... É que «nesse tempo Portugal era Lisboa, Lisboa era o Chiado e o Chiado era o Marrare»⁽⁷⁹⁾.

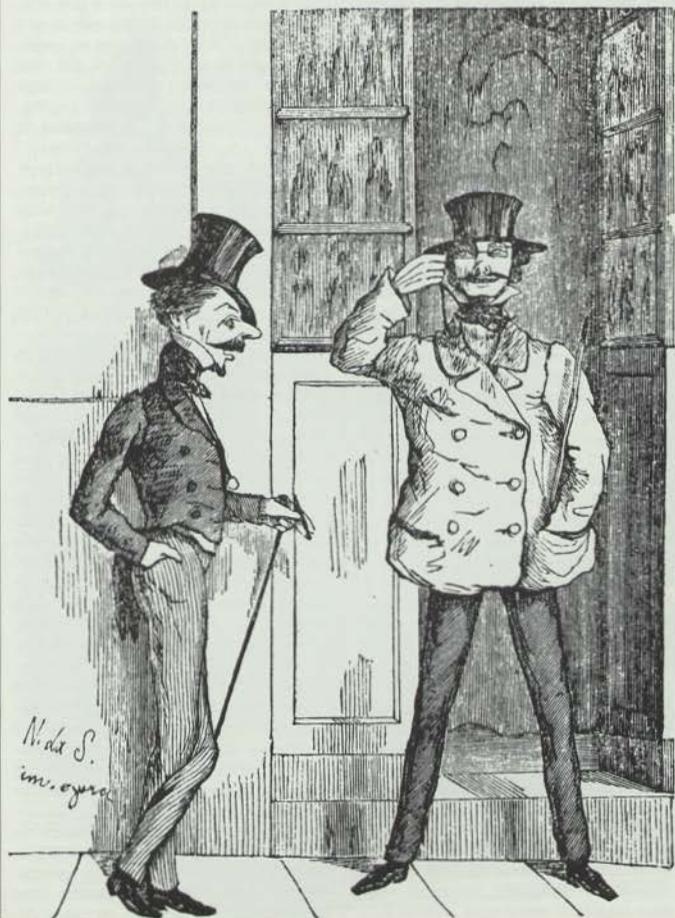
Botequim célebre pelas personagens características que o frequentavam ou pelas especialidades que apresentava, tinha, como proprietário, António Marrare, siciliano, restaurador das lojas de bebidas lisboetas. Chegado a Lisboa nos inícios do séc. XIX, fora contratado como copeiro das casas dos marqueses de Niza e descreve-o Castilho como sujeito paquedo, corado, meio adormecido, andando vagorosamente e superintendendo os negócios botequistas⁽⁸⁰⁾. Funda quatro botequins: o de S. Carlos, o «Marrare das Sete Portas» no Arco do Bandeira, o «Marrare de Polimento», no Chiado, e o do «Cais do Sodré» (mais tarde «Taberna Inglesa») (81). Todo o serviço dos seus botequins apresentava-se em prata, e, para além do «Marrare de Polimento», podemos considerar o «Marrare das Sete Portas» como um dos seus mais afamados botequins.

Em 1810, na sua frequência encontravam-se partidários dos franceses e estava sob vigilância da espionagem policial. Dez anos mais tarde, nele se reuniam os radicais vintistas e foi palco de numerosos incidentes: do tenente de Caçadores, António Inácio de Paiva Raposo que, em cima de uma mesa, soltava vivas à Constituição, de D. António da Silveira, de D. Lobo da Gama, conhecido vociferador contra o rei e a família real, e que um dia, naquele mesmo café, amarrotou a *Gazeta de Lisboa*, com ela limpou os botões do casaco e pisou, com total desprezo, o papel ministerial.

Após falecimento de António Marrare, arrematou a casa o Manuel Hespagnol e os actores Epifânio, Tasso, Teodorico, eram clientes assíduos. Antes do teatro tomavam o seu café, jogavam ao bilhar e à noite «ceava-se lautamente»⁽⁸²⁾. Manuel Hespagnol, de seu nome completo Manuel António Peres, morre em 1868 e, aos políticos e artistas, sucedem-lhes na sua clientela os amadores taurinos e os calaceiros profissionais, cabendo a Manuel Hespagnol «a glória de haver criado o primeiro restaurante fino de Lisboa» no Cais do Sodré, ao que se lhe seguiu João da Matta⁽⁸³⁾. Júlio de César Machado, que na crónica lisboeta se especializara, dela se ocupando sempre em tom amável, descrevendo os seus parcos meios de civilização e, de certo modo, resignando-se, com algum contentamento, com o que de elegância e

Tipos nacionais, o Janota.
(Janotas à porta do Café Marrare do Polimento,
segundo comentário do texto)
Gravura de Nogueira da Silva

In o periódico:
Revista Popular, n.º 8, 1851, p. 69



modernidade lhe era oferecido, aprecia os dois Marrare: «O Marrare das Sete Portas, conhecido por Manuel Hespagnol, era o primeiro botequim. O Marrare do Chiado era o único»⁽⁸⁴⁾.

A geração do Chiado e do «Marrare» era ainda muito jovem e sofrera uma guerra civil — bacheiros, funcionários ou filhos-família. Apenas informada mas não sentindo o «mal do século» criado na Europa por um fervor romântico de uma geração «ardente, pálida, nervosa» que conhecera o «spleen», em Portugal, ela aborrecia-se quando meio-adormecida deparava com o tédio cidadão. Mas nem sempre aquele sentimento nem um comportamento de «vida boémia» poderiam ter existido em Lisboa, porque «não podemos ignorar que a sociedade portuguesa não conhecia nem poetas malditos nem pintores boémios»⁽⁸⁵⁾. Garrett e os jovens admiradores do fenómeno «marrarista» ou «marrarismo», estabeleciam um jogo ingénuo, intermediário de dois mundos: os hábitos aristocráticos, por um lado, e as opiniões políticas democráticas, por outro⁽⁸⁶⁾.

Mas, em se saindo do Chiado e da baixa pombalina, mudava o aspecto da população. A «cidade era outra: ruas velhas, ruas toscas (...) (que) pareciam ter sido edificadas em plano de labirinto para que um inexperiente com dificuldade encontrasse a saída... cidade de província»⁽⁸⁷⁾. Às janelas observava-se roupa a secar, vizinhas que conversavam, pediam um fiozinho de azeite, um raminho de salsa; às portas, grupos de galinhas e de rapazes brincavam despreocupadamente, e, à noite, todos se fechavam em casa, instalando-se o «horror ao movimento»⁽⁸⁸⁾. Os locais dedicados ao fornecimento do café aproximavam-se das «tascas» que adquiriam importância se preenchessem alguns requisitos: «— Boa petisqueira? — E bom vinho — Há lá chinfrim a miúde? — Ainda ontem à noite — Vá, então é que tem freguesia»⁽⁸⁹⁾.

À taberna acorria o povo que aí gostava de comer as iscas, a fressura, a hortaliça, o peixe frito, os molhos com muita pimenta e colorau, providência do taberneiro, tipo característico e «absolutamente português». Um vozeirão de homem que repele o que pede o freguês e faz pasmar, com arrogância e simpatia, informações de que apenas ele dispõe: «Não há hortaliça como esta! (...) o belo repolho! Nove meses está na terra!» (era o prato de feijão com hortaliça). «Isto para nascer é como uma criança (...).

E isto é repolho da outra banda, criado com outra qualidade de frescura (...). A frescura dos areais é que lhes faz bem. Atole-se Vossa Senhoria nesse pratilhasco (...)»⁽⁹⁰⁾. E o taberneiro tem, também, uma ideia de sociedade que para ele é uma «salada: a prudência é o azeite, a esperteza o sal, o crime o vinagre, e pimenta a manha»⁽⁹¹⁾. Na sua freguesia contam-se também janotas que o honram com a sua presença — «são os meus filhos»⁽⁹²⁾ e a «pândega» instalava-se com familiaridade, tendo como consequência a saída de «piteiros»⁽⁹³⁾, naquele «engano d'alma ledo e cego»⁽⁹⁴⁾.

Numerosos eram os locais deste género e exaustiva se tornaria a sua enumeração, mas afigura-se indispensável a referência de duas casas que se destacavam pela frequência de um dos mais célebres «bandidos» da época — Diogo Alves. A «taberna» ou botequim mal frequentado é o reverso da medalha do «Marrare», do «Central», do «Freitas»... E se de poetas malditos ou pintores boémios não tivemos conhecimento, encontramos riscos em muitas zonas da cidade, especialmente a certas horas, quando uma boémia marginal, maldita por quem ali entrava sem ser apresentado, honrava o visitante com uma «facada (...) (ou) limitava-se apenas a (deixá-lo) com as algebeiras limpas. Coisa pouca»⁽⁹⁵⁾.

Uma dessas locandas era a «Tasca da Parreirinha», na estrada da Palhavá, frente à Azinhaga das Águas Boas. A Parreirinha, de nome Gertrudes Maria, cúmplice e amante de Diogo Alves «era mulher temível de faca e calhau»⁽⁹⁶⁾. Na casa apareciam guardas-barreiras e, muito especialmente, «candongueiros e malandros», com o comportamento da juventude vadia e intrépida que sempre descambava em desordens quando antes se ouviam descantes... Aos domingos imperava o jogo, entreteendo-se a agressividade na «batota», e a sala, numa precaução desnecessária, de porta meio-fechada, já que «a ronda, quando acertava de passar por ali, era sempre de largo»⁽⁹⁷⁾. Mas, após incidentes vários, (assassinatos que envolveram a Parreirinha e a própria casa), Diogo Alves, criminoso do Aqueduto das Águas Livres, começa a frequentar o «botequim de José Gordo».

Situado junto ao Rossio, próximo da rampa que sobe para a Praça da Alegria, o botequim «era uma espelunca detestável»⁽⁹⁸⁾ como afirma Leite Bastos. Este autor, ao traçar a biografia de Diogo Al-

O chanfaneiro (tipo galego)

Gravura de Nogueira da Silva
(abridor – Bourracho)

In o periódico:
Arquivo Pitoresco, n.º 35, 1860, p. 273



ves e seus comparsas malfieiros, descreve os locais de convívio escolhidos, sempre animados de diálogos indecifráveis, onde a prisão, a justiça e a polícia são palavras-chave: — «É que não está a calhar por via de vocês ir bailar a gente ao *estarem*⁽⁹⁹⁾ e ficarmos todos entalados com a *fusca*⁽¹⁰⁰⁾ que tem bons *lupantes*⁽¹⁰¹⁾ e *sê lhes endraga as barbas* aliança-os a valer!⁽¹⁰²⁾».

Deparávamos à entrada, do lado direito, com um estreito corredor que comunicava com as salas reservadas do estabelecimento, dedicadas ao jogo e à batota. Na casa de entrada vendia-se vinho e comida confeccionada pelo José Gordo, galego, e saltavam as iscas, o bacalhau com grelos, a petinga, a cavala, fazendo crescer a água na boca àqueles que a traziam às costas — os aguadeiros, também galegos na sua maior parte. E desde o balcão até à porta estendia-se uma longa fila de barris pertencentes àqueles homens: de um lado, observavam-se duas padiolas, para fretes; mais afastados, viam-se uns paus com os respectivos *chenguiços* e uns sacos, uns molhos de cordas, o casaco do Ramão, a roupa lavada do Rameigas e as botas do Vivinhas.⁽¹⁰³⁾

Lá apareciam Diogo Alves e também os membros da sua quadrilha — Beirão Rachado, Pé de Dança, João das Pedras, Enterrador — e à porta da casa de jogo, que parece ter feito o melhor da fortuna do José Gordo, disfrutando-a anos depois na Galiza, encontrava-se sempre um rapaz encarregado de avisar quando quem de estranho lá aparecesse e que dava pelo nome de Vigia. Mais tarde o Vigia será o sucessor daquele galego, fundando, ainda, em 1832, a casa de pasto intitulada «O Vigia», na Rua Oriental do Passeio, e, em 1858, o «Café do Vigia», próximo daquela casa.⁽¹⁰⁴⁾

O espaço dedicado ao jogo mostrava-se de um modo diferente de outros mais aprimorados, frequentados por «jantinas», como o «Bilhar» descrito por Nicolau Tolentino — casa pertencente a um «roto guriteiro,/com jogo de bilhar e carambola. (...) Ali se ajunta bando de casquilhos,/A que o vulgo mordaz chama rapados./Alto topete, prenhe de polvilhos,/Que descalço galego deu fiados./De quebrados tafuis, vadios filhos,/Pelas vastas tabilhas encostadas,/Altercam mil questões; prontos contendem,/Prontos decidem no que nada entendem. Um elogiava o minuete, outro contava aventuras de amor, outro, banqueiro, ia «despindo o misero parceiro» e um poeta vo-

ciferava «acrósticos sonetos (...) que só ele entendia»⁽¹⁰⁵⁾.

As questões que se expunham no José Gordo eram bem diversas. Pouco se falava e as novas referiam-se a assaltos e planificações de outros, num espaço reservado que o jogo elegia, com uma clareza mortífera. Os efeitos de luz, propositadamente graduados, projectavam sombras algo fantásticas, recriando o ambiente com uma solenidade terrível. Dificilmente se distinguiam vultos agrupados em três e quatro, e menos ainda as fisionomias dos homens debruçados sobre a tosca mesa de pinho «negra por estar suja e luzidia, por estar sebo-sa»⁽¹⁰⁶⁾. E o jogo começa todas as atenções estão suspensas, mas, de súbito, surge uma dúvida inquietante: — Quem bate aí? — José Gordo dirige-se para a porta resmungando: — Ah! És tu, Diogo? — A tranca solta-se com estrondo «e a chave, dando volta à fechadura, franqueia a porta aos que estão de fora»⁽¹⁰⁷⁾.

Nem todos entravam, a certas horas, e os que ficavam na rua cantavam o fado acompanhado pelo «sons tremidinhos, apaixonados, da guitarra, a lira inspirada do povo, lira em que ele traduz os queixumes de grandes dores, e faz a crítica das suas próprias misérias, e a filosofia dos seus sofrimentos»⁽¹⁰⁸⁾. É que o «José Gordo» tinha os seus próprios códigos como o «Marrare» tinha os seus. Se neste não era conveniente entrar ou estancar sem apresentação e se a zona se tornava perigosa pela maledicência, não muito longe desta casa, no «José Gordo» da Praça da Alegria, a apresentação era absolutamente necessária, quando não, corria-se o risco de uma «facada»... E se num se caqueava à porta, no outro sofria-se com atitudes vivenciais transmitidas pelo fado:

«Já te esqueceste de mim/ Ô noite devastadora./ Eu erre quando julguei/ Que eras minha protectora./

Vai-te carta, oh! vai-te carta/ P'ra onde minha mãe mora./ Pede-lhe a bênção para mim./ D'esta terra vou-me embora.»⁽¹⁰⁹⁾

O fado cantava as façanhas, os heróis «marialvas», queixando-se, também, da dor, da morte ou da estroinice que fizera sofrer a Severa na sua Mouraria de má fama. E o conde de Vimioso, seu amante e senhor, era o herói galante da tauromaquia, o cavaleiro fidalgo, e também o «estouvado» cidadão que agravara o seu estado de angústia e ansiedade. Era um povo «que continuava a apoiar os fidal-

gos e a acompanhá-los em proezas machistas de feiras (...) pronto para as explosões de bravura e para as lágrimas»⁽¹¹⁶⁾, recordando e vivendo o marialvismo ou o fado, funcionando ambos, nos anos 40, como pólos ou motores de atitudes mentais.

Com o fado delimitava-se o «palco» da dor, do sofrimento, da heroicidade, enquanto com a tourada, tradição do «velho Portugal», era a alegria no «salão» da grande festa da cor, e os dois sofrem a concorrência de novos «palcos» e «salões», ou antes, de novos espaços de espetáculos como a Ópera, o Teatro, o Parlamento, ou o Passeio Público... na essência, expressões de uma embriaguez de vida em que uns frequentavam o «José Gordo» ou os botequins do Cais do Sodré e outros estavam à porta do «Marrare» ou do «Central», desenhando-se assim o perfil de uma sociedade complexa e dividida segundo hierarquias ou visões do mundo, fisiologia ou filosofia da macrocefalia de uma capital para a qual o resto do País parecia não existir.

É neste retardamento do tempo e do espaço que devemos inserir o conceito de «Passeio», obrigatoriamente entendido como o conjunto dos divertimentos públicos em que se ocupavam as horas de ócio esvaziadas «em pateadas em S. Carlos» por uma «jeunesse dorée» que se divertia com as «façanhas nas esperas de touros» e que bem-humorada assistia aos «distúrbios no Marrare»⁽¹¹⁷⁾. Novos espetáculos estes que, em relação aos antigos, tomam por medida a distância ou o tempo, mas que ilusoriamente confundem espaços ou humores... É que o «palco» do fado coexistia com as novas salas de espetáculo, às touradas assistem outros cavaleiros galantes, enquanto nos cafés a ideia de «salão» se impõe.

Ao café vai-se passar o tempo, encontrar «velhos meninos», cavaquear, e nesse local ameno e acolhedor discutiam-se as últimas obras literárias, reuniam-se as ideias filosóficas, falava-se da poesia e dos poetas. Muitos iam ao café e ao botequim por obrigação, outros por prazer, e nesse espaço derrubavam-se governos ou planeavam-se assaltos...

O «dito chistoso», o encontro elegante, a conversa maledicente esperava-se nos cafés, ou antes, nos grandes *salões* da capital. E se a «evasão» é uma das grandes características do sentir romântico, será muito especialmente nos cafés



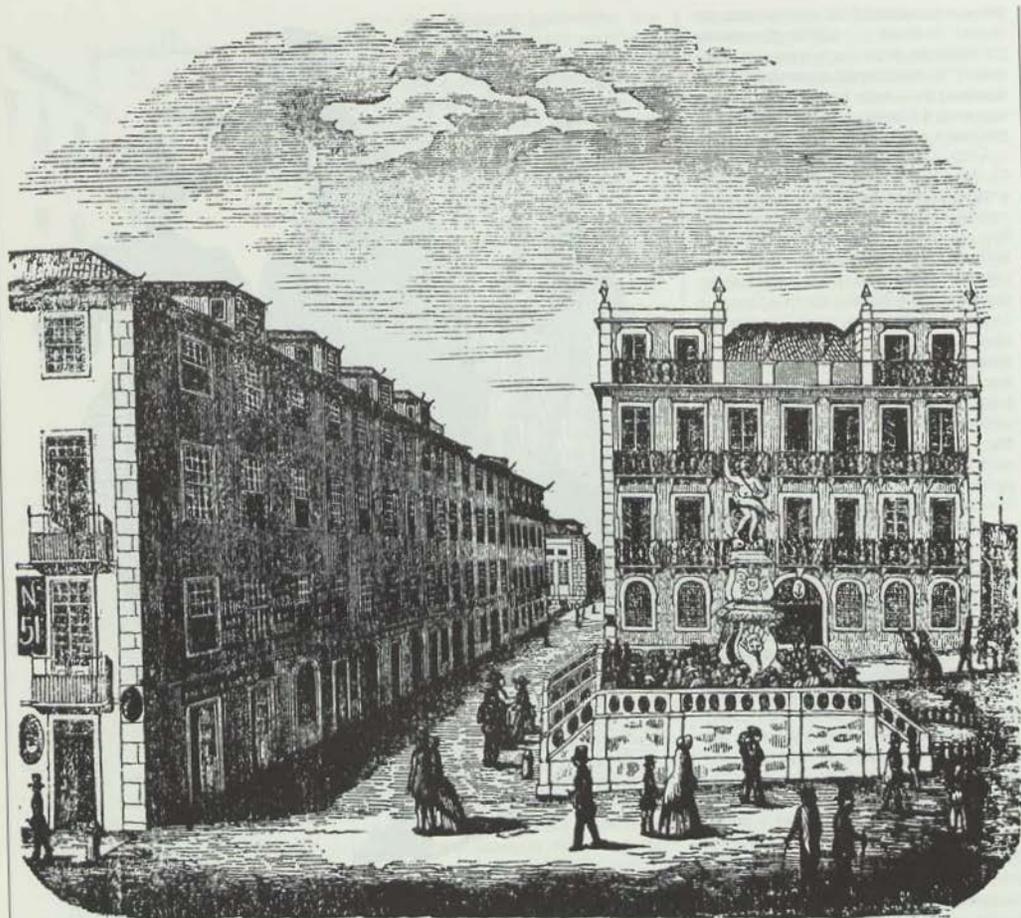
Vestir a capricho. (!!!...)

Vestir a capricho (!!!...) - (Janotas)

Gravura de Nogueira da Silva
(abridor - Coelho Júnior)

In o periódico:

Arquivo Pitoresco, n.º 20, 1858, p. 160 59



Largo e chafariz do Loreto (Chiado)
(gravura não assinada)

In o periódico:

A Semana, n.º 19, 1851, p. 221

«burgueses» da capital que ela se fará sentir ao metamorfosear espaços, ao criar, num processo de substituição por conveniência, um *salão* mundano na ausência do verdadeiro. Espaço ilusório e de boémia, o café burguês, que com o popular convive não a muitos metros de distância, demonstra-nos, ainda, «convívios» dicotômicos da capital entre progresso/ruralidade ou na esgotada questão cidade/campo a que não é alheia a fúria de viver, notória com a consolidação da vitória do Partido Liberal (1834) e que marca o início do processo romântico. É a embriaguez de vida que, em crescendo e decrescendo, instala um

«estar» romântico português que, por oposição ou «terminus», assiste à «falência de vida» (1880), caracterizando uma geração desconsolada com o que não existe, em desespero e interminável suicídio, se quisermos, a materialidade perecível.

(¹) Macedo, José Agostinho de, «O café» in *Semanário de Instrução e Recreio*, Tomo I, n.º 17, 1812-13, p. 291.

(²) Macedo, José Agostinho de, op. cit., p. 292.

(³) Macedo, José Agostinho de, op. cit., p. 294.

(⁴) Macedo, José Agostinho de, op. cit., p. 295.

(⁵) Macedo, José Agostinho de, op. cit., p. 296.

(⁶) Carvalho, João Pinto de «Lisboa de outros tempos. Os cafés», vol. II, Lisboa, António Maria Pereira – Editora, 1899, p. 81.

(⁷) Idem.

(⁸) Carvalho, João Pinto de, op. cit., p. 93.

(⁹) Carvalho, João Pinto de, op. cit., p. 14.

(¹⁰) Garrett, visconde de Almeida, «Viagens na Minha Terra», vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1856, p. 62.

(¹¹) Idem.

(¹²) Martins, António Coimbra, «Cafés», in *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, dirigido por Joel Serrão, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971, p. 427.

(¹³) Idem.

(¹⁴) Carvalho, João Pinto de, op. cit., p. 13.

(¹⁵) Carvalho, João Pinto de, op. cit., p. 19.

(¹⁶) *Gazeta de Lisboa*, n.º 50, Dezembro (10), 1805.

(¹⁷) Martins, António Coimbra, «Botequim», in *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, dirigido por Joel Serrão, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971, p. 360.

(¹⁸) Idem.

(¹⁹) Idem, «Café», op. cit., p. 427.

(²⁰) Carvalho, João Pinto de, op. cit., p. 28.

(²¹) Carvalho, João Pinto de, op. cit., p. 29.

(²²) Carvalho, João Pinto de, op. cit., p. 251.

(²³) Machado, Júlio de César, «Lisboa de Ontem», Lisboa, Empresa Literária de Lisboa, s.d., p. 31.

(²⁴) Machado, Júlio de César, op. cit., p. 36.

(²⁵) Bordalo, Francisco Maria, «Viagem à Roda de Lisboa» in *Imprensa e Lei*, 1875.

(²⁶) Idem.

(²⁷) Machado, Júlio de César, «Trechos de folhetins», Lisboa, Livraria Campos Jr – Editor, s.d., p. 10.

(²⁸) Palmeirim, Luís-Augusto, «Galeria de Figuras Portuguesas», Porto, Livraria Internacional de Ernesto Chardron, 1879, p. 193.

(²⁹) Machado, Júlio de César, op. cit., p. 196.

(³⁰) Machado, Júlio de César, op. cit., p. 37.

(³¹) Castilho, Júlio de, «Lisboa Antiga – Bairros Orientais», vol. X, Lisboa, S. Industriais da CML, 1937, p. 106-07.

Café Marrare do Polimento
(gravura não assinada)

In o periódico:
A Semana, n.º 4, 1851, p. 44



(⁶²) Chaves, Luís, «Os pregões populares das ruas de Lisboa. Nota Etnográfica» in *Revista Municipal* (separata), n.º 64, 1955

(⁶³) Carvalho, João Pinto de, op. cit., p. 49.

(⁶⁴) Carvalho, João Pinto de, op. cit., p. 56.

(⁶⁵) Carvalho, João Pinto de, op. cit., p. 61.

(⁶⁶) Aranha, Pedro Venceslau Brito, «Em casa de Manuel Jesus Coelho – Grupo de conspiradores – revolta que nunca se logrou» in *Diário de Notícias*, Setembro (21), 1896.

(⁶⁷) O antigo proprietário, Gonzaga, era um alentejano «burguês» que jogava bilhar com os clientes in Carvalho, João Pinto de, op. cit., p. 211.

(⁶⁸) Aranha, Pedro Venceslau Brito, op. cit.

(⁶⁹) *Idem*.

(⁷⁰) Carvalho, João Pinto de, op. cit., p. 250.

(⁷¹) Machado, Júlio César, «Apontamentos de um folhetinista», Porto, Companhia Literária Editora, 1878, p. 300-01.

(⁷²) Machado, Júlio de César, «A Vida em Lisboa», Lisboa, Tipografia do Panorama, 1861, p. 1.

(⁷³) Machado, Júlio de César, «Lisboa de Ontem», op. cit., p. 33.

(⁷⁴) Machado, Júlio de César, «Lisboa de Ontem», op. cit., p. 34-35.

(⁷⁵) Araújo, Norberto de, «Peregrinações em Lisboa», vol. III, Livro XII, Lisboa, Parceria A. M. Pereira Editora, 1938, p. 75.

(⁷⁶) Carvalho, João Pinto de, op. cit., p. 189.

(⁷⁷) Machado, Júlio de César, «Quadros do campo e da cidade», Lisboa, Livraria de Campos Jr. editor, s.d., p. 181.

(⁷⁸) Carvalho, João Pinto de, op. cit., p. 266.

(⁷⁹) Machado, Júlio de César, «Quadros do campo e da cidade», op. cit., p. 181.

(⁸⁰) Machado, Júlio de César, «À Lareira», Lisboa, Livraria Campos Jr. Editor, 1872, p. 115.

(⁸¹) Machado, Júlio de César, «À Lareira», op. cit., p. 114.

(⁸²) Machado, Júlio de César, «À Lareira», op. cit., p. 113-14.

(⁸³) Machado, Júlio de César, «À Lareira», op. cit., p. 111.

(⁸⁴) Carvalho, João Pinto de, op. cit., p. 267.

(⁸⁵) França, José-Augusto, «O Romantismo em Portugal», vol. III, Lisboa, Livros Horizonte, 1974, p. 595.

(⁸⁶) Machado, Júlio de César, «À Lareira», op. cit., p. 113.

(⁸⁷) Machado, Júlio de César, «À Lareira», op. cit., p. 116.

(⁸⁸) Machado, Júlio de César, «Lisboa na Rua», Lisboa, Empresa Horas Românticas, 1874, p. 8.

(⁸⁹) Carvalho, João Pinto de, op. cit., p. 222.

(⁹⁰) Machado, Júlio de César, «Lisboa na Rua», op. cit., p. 47.

(⁹¹) Carvalho, João Pinto de, op. cit., p. 223.

(⁹²) Carvalho, João Pinto de, op. cit., p. 224-25-26.

(⁹³) Machado, Júlio de César, «Do Chiado a Veneza», Lisboa, Livraria A. M. Pereira, 1867, p. 228.

(⁹⁴) Machado, Júlio de César, «Apontamentos de um folhetinista», op. cit., p. 53.

(⁹⁵) Machado, Júlio de César, «Apontamentos de um folhetinista», op. cit., p. 52.

(⁹⁶) Machado, Júlio de César, «Apontamentos de um folhetinista», op. cit., p. 53.

(⁹⁷) Carvalho, João Pinto de, op. cit., p. 132.

(⁹⁸) *A Semana*, «Mistérios do Chiado», n.º 19, 1851, p. 222.

(⁹⁹) *A Semana*, «Mistérios do Chiado», op. cit., p. 223.

(¹⁰⁰) Machado, Júlio de César, «Apontamentos de um folhetinista», op. cit., p. 223.

(¹⁰¹) *A Semana*, «Mistérios do Chiado», n.º 4, 1851, p. 43.

(¹⁰²) Machado, Júlio de César, «Apontamentos de um folhetinista», op. cit., p. 53.

(¹⁰³) *A Semana*, «Mistérios do Chiado», n.º 4, 1851, p. 44.

(¹⁰⁴) França, José-Augusto, «O Romantismo em Portugal», op. cit., p. 12.

(¹⁰⁵) Carvalho, João Pinto de, op. cit., p. 130.

(¹⁰⁶) Palmeirim, Luís Augusto, «Os Ecêntricos do Meu Tempo», in João Pinto de Carvalho, op. cit., p. 132.

(¹⁰⁷) Carvalho, João Pinto de, op. cit., p. 131.

(¹⁰⁸) D'Áça, Zacarias, «Lisboa há trinta anos» in *Diário da Manhã*, n.º 3 179, Novembro (17), 1883.

(¹⁰⁹) Machado, Júlio de César, «Apontamentos de um folhetinista», op. cit., p. 52.

(¹¹⁰) Carvalho, João Pinto de, op. cit., p. 116.

(¹¹¹) Carvalho, João Pinto de, op. cit., p. 117.

(¹¹²) Carvalho, João Pinto de, op. cit., p. 126-27.

(¹¹³) Carvalho, João Pinto de, op. cit., p. 128.

(¹¹⁴) Machado, Júlio de César, «Apontamentos de um folhetinista», op. cit., p. 52.

(¹¹⁵) França, José-Augusto, «O Romantismo em Portugal», op. cit. p. 358.

(¹¹⁶) *Idem*.

(¹¹⁷) Machado, Júlio de César, «Lisboa de Ontem», op. cit., p. 39.

(¹¹⁸) Machado, Júlio de César, «Lisboa de Ontem», op. cit. p. 40.

(¹¹⁹) Machado, Júlio de César, «Lisboa na Rua», op. cit., p. 37.

(¹²⁰) Machado, Júlio de César, «Lisboa na Rua», op. cit., p. 40.

(¹²¹) Machado, Júlio de César, «Lisboa na Rua», op. cit., p. 42.

(¹²²) Machado, Júlio de César, «Lisboa na Rua», op. cit. p. 45.

(¹²³) Termo utilizado na época para designar o ébno, in Júlio de Castilho.

(¹²⁴) Machado, Júlio de César, «Lisboa na Rua», op. cit., p. 57.

(¹²⁵) Leite Bastos, «Crimes de Diogo Alves», Lisboa, Livraria Editora Matos Moreira, 1877, p. 93.

(¹²⁶) Leite Bastos, «Crimes de Diogo Alves», op. cit., p. 32.

(¹²⁷) *Idem*.

(¹²⁸) Leite Bastos, «Crimes de Diogo Alves», op. cit., p. 93.

(¹²⁹) Prisão.

(¹³⁰) Justiça.

(¹³¹) Olhos.

(¹³²) Se lhes deitas as mãos agarra-os deveras, in Leite Bastos, op. cit., p. 97-98.

(¹³³) Leite Bastos, op. cit., p. 94.

(¹³⁴) Carvalho, João Pinto de, op. cit., p. 194.

(¹³⁵) Tolentino de Almeida, Nicolau, «Obras», Lisboa, Estúdios Cor, 1969, p. 267-68-71.

(¹³⁶) Leite Bastos, op. cit., p. 96.

(¹³⁷) Leite Bastos, op. cit., p. 99.

(¹³⁸) Leite Bastos, op. cit., p. 99/100.

(¹³⁹) Leite Bastos, op. cit., p. 100.

(¹⁴⁰) França, José-Augusto, op. cit., vol. II, p. 366.

(¹⁴¹) Queirós, Eça de, «Obras», Porto, Lello & Irmão, 1950, vol. II, p. 18.

PRÉMIO MUNICIPAL DE AZULEJARIA/86

Segundo o Regulamento do Concurso, o prémio, no valor de 150 contos, é atribuído, em partes iguais, aos autores dos padrões, dos projectos dos edifícios ou obras em que os azulejos são aplicados e, ainda, aos artifices que os fabricam. Assim sendo e no caso presente, além de Querubim Lapa, foram também contemplados pela distinção camarária o Arquitecto António Pardal Monteiro e a Fábrica Viúva Lamego, de Lisboa.

O prémio foi atribuído por deliberação unânime do respectivo júri, constituído pelo Dr. Orlando Capitão, Director dos Serviços Centrais e Culturais da CML, Dr.ª Irisalva Moita, Conservadora-Chefe dos Museus Municipais, Prof. João da Conceição Ferreira, em representação da Academia Nacional de Belas-Artes, Arq.^o Higinio de Sousa, em representação da CML, pelo Técnico de Azulejaria José Mecco, pelo munícipe Dr. Valle Figueiredo e Dr.ª Salette Salvado, Técnica Superior da CML.

O Prémio Municipal de Azulejaria relativo ao ano de 1986 foi atribuído a Querubim Lapa, autor do painel daquela especialidade integrado no novo edifício do Banco de Portugal, na Rua Febo Moniz, em Lisboa.

PRÉMIO MUNICIPAL JÚLIO CÉSAR MACHADO

O Prémio Municipal Júlio César Machado/86, segundo deliberação do júri divulgada em Julho, foi, este ano, atribuído à jornalista Marina Tavares Dias, pela sua série de artigos sobre os cafés de Lisboa, publicados no vespertino «Diário Popular».

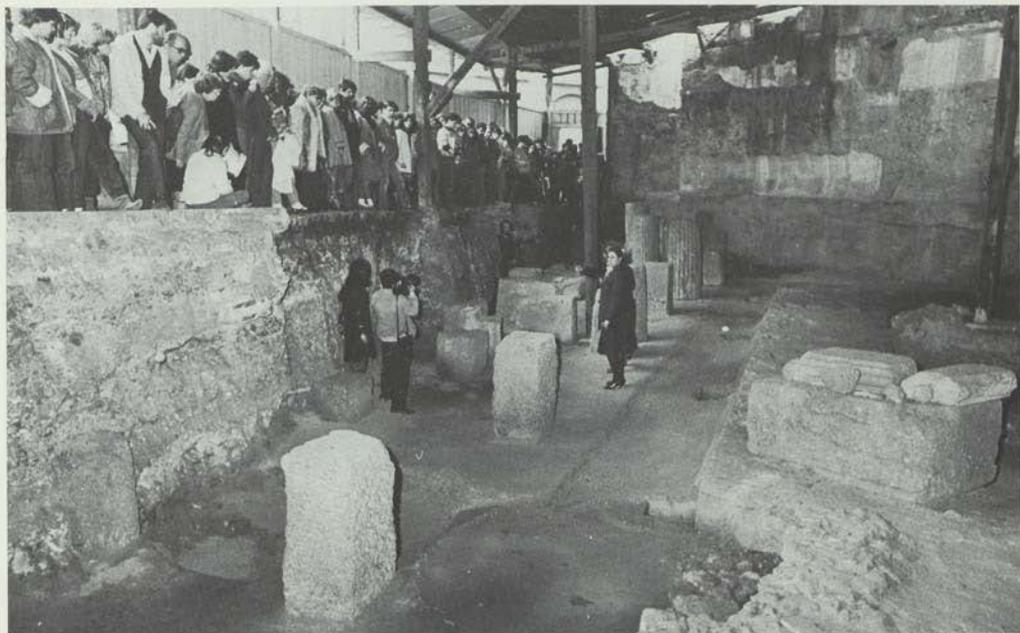
Instituído, em 1951, pela Câmara Municipal, o prémio, no valor de 50 contos, destina-se a galardoar, anualmente, o autor do melhor artigo em publicações periódicas nacionais que sobre qualquer aspecto de Lisboa «apresente ideias e formas de apreço especial».

O júri foi constituído pelo Dr. Orlando Capitão, Director dos Serviços Centrais e Culturais da CML, Dr. Anselmo de Oliveira Soares, em representação da Universidade Católica, e pelo Dr. Mário Mesquita, em representação da Universidade Nova.

Recorda-se, a propósito, que a jornalista Marina Tavares Dias obteve o ano passado uma menção honrosa do prémio que este ano lhe foi atribuído.

Aspecto do painel integrado num edifício do Banco de Portugal e da autoria de Querubim Lapa





Alguns elementos do Teatro Romano postos a descoberto pela brigada das escavações para a sua recuperação

RECUPERAÇÃO DO TEATRO ROMANO DE LISBOA

O reinício das escavações arqueológicas, interrompidas em 1967, para recuperação do Teatro Romano de Lisboa, situado no ângulo formado pelas Ruas de S. Mamede (ao Caldas) e da Saudade, foi anunciado, no dia 6 de Julho, pelo Presidente da Câmara, Eng.º Nuno Abecasis, no âmbito de um encontro na Colina do Castelo, com os representantes dos Órgãos de Comunicação Social.

Os objectivos do alto significado histórico-cultural planeados pelo Município ao desencadear esta iniciativa e os altos custos da sua concretização foram, na altura, pormenorizada e fundamentadamente expostos tanto pelo Presidente da Edilidade como pelo Vereador da Cultura, Arqt.º Vítor Reis. Este autarca anunciou a evolução cronológica das escavações interrompidas, precisamente há 20 anos, e salientou que, em face da especificidade e das elevadas despesas das investigações arqueológicas, os trabalhos de recuperação do Teatro e dos outros valores históricos decorrerão em três fases, bem demarcadas mas alonga-

das, num lapso de tempo, mais ou menos, de 10 anos. Assim sendo, espera-se que no final da 1.ª fase já seja possível ter-se uma visão longitudinal de todo o Teatro.

Na oportunidade, o Eng.º Nuno Abecasis disse que este tipo de projectos, — mesmo em países ricos — considerados os custos globais envolvidos, deve ser executado, gradualmente, embora de uma forma continuada. Disse ainda que, se por hipótese se pretendesse arrancar, já, com uma obra completa, isto é, incluindo expropriações e demolições etc., o montante a dispender é incomportável para o Município pois rondaria pelo milhão e meio de contos, pelo que se optou pela execução dos trabalhos em fases.

Quanto ao destino que se prevê reservado para o Teatro reconstruído, o Eng.º Abecasis salientou: «será um amplo centro de manifestações culturais, com predominância para os espectáculos musicais de nível, como ópera, ballet e outros».

A equipa técnica que procederá às necessárias investigações arqueológicas e aos trabalhos de recuperação do Teatro será dirigida pelo Prof. Adriano Vasco Rodrigues.

PARQUE DE CAMPISMO DE MONSANTO

Os recentes melhoramentos introduzidos no Parque de Campismo de Monsanto e a prossecução de outras iniciativas relacionadas com a sua situação administrativa e financeira constituíram o assunto principal do encontro, realizado no dia 8 de Julho naquele Parque, do Dr. Lívio Borges, Vereador do Pelouro do Pessoal da CML, com os representantes dos Órgãos de Comunicação Social. Aquele autarca aludiu à situação caótica em que o Parque de Campismo se encontrava em 1983, quer nos aspectos administrativos, social e económico-financeiro, dizendo a propósito: «Tal situação originou a nomeação de uma nova Comissão Executiva tendo sido programadas diversas acções para o que entre outras medidas foi necessário: organizar um corpo de vigilância para atender à segurança de pessoas e bens, perante o crescente aumento de roubos; elaborar um estudo da situação social dos residentes provenientes das antigas colónias; reduzir substancialmente as taxas de utilização para atender à especial situação económica dos residentes e já, em 1986, reduzir o valor das taxas para nacionais e estrangeiros residentes».

O Dr. Lívio Borges salientou, igualmente, que, em virtude das acções de recuperação, oportunamente, desenhadas, o Parque passara de uma situação deficitária de 17 mil contos em 1983 para um saldo positivo de 1560 contos em 1986. E acrescentou: «Assim, de uma situação deficitária crónica, passou-se para a obtenção de saldos positivos, desonerando o Orçamento da Câmara e a população da cidade, permitindo o lançamento de várias iniciativas para melhoria das condições de trabalho dos funcionários e das condições de utilização das instalações pelos utentes, de que se destacam:

Ampliação das instalações administrativas para a Recepção e Secretaria; informatização dos serviços administrativos; construção de sete unidades de lavagem de roupa e louça; revisão da rede eléctrica dos blocos sanitários; construção de

caixas de esgoto nos blocos sanitários; instalação de 20 marcos fontenários; beneficiação do campo de futebol de cinco e construção de outro».

Lembrou, depois, estarem previstas várias obras de melhoramento, no ano em curso, das quais destacou: construção de um rínque polivalente; ampliação do posto de transformação e substituição de cabos eléctricos; instalação de aquecimento solar nos blocos sanitários; montagem de um sistema de combate a incêndios; instalação de novos pimenteiros, para alimentação de energia eléctrica; execução de terraplenagens em diversas zonas para melhor instalação dos campistas; revisão do sistema de enchimento e drenagem da piscina; fundição de uma obra de arte a colocar na zona relvada, atrás da piscina; instalação de chuveiros exteriores.

Por fim, disse que as manifestações culturais (Teatro Infantil, Circo e Folclore) bem como a dinamização desportiva a cargo de monitores com formação adequada serão uma realidade durante a época alta, criando-se, assim, alternativas de animação aos utentes que frequentam o Parque.

Recorda-se, a propósito, que, no ano passado (1986), frequentaram o Parque cerca de 78 500 estrangeiros e 41 600 nacionais.

O Dr. Lívio Borges, Vereador do Pelouro do Pessoal da CML, no uso da palavra na conferência de imprensa sobre o Parque de Campismo





O Eng.º Nuno Abecasis no decurso de uma recepção no Castelo de S. Jorge, recebe das mãos do Comandante do navio «Americo Vespucci» um exemplar da bandeira da CEE

lo à protecção da vida marinha enviada pelo Presidente da Comissão da Comunidade Europeia. A iniciativa, que tem a colaboração da Marinha Italiana, integra-se nas comemorações do Ano Europeu do Ambiente, dedicado à protecção da vida marinha na Europa.

O veleiro «Americo Vespucci» atracou, na manhã de 18 de Julho, ao Cais da Rocha do Conde de Óbidos. Mais tarde, o Comandante do veleiro, Capitão de Mar-e-Guerra, Tulio De Qual, deslocou-se aos Paços do Concelho para apresentar cumprimentos e entregar ao Presidente da Câmara uma bandeira da CEE e a mensagem do Presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors, sobre o Ano Europeu do Ambiente.

Em representação da Câmara, foi recebido pelo Vereador do Pelouro dos Espaços Verdes, Dr. Carlos Robalo, que retribuiu a gentileza oferecendo-lhe uma colecção de 8 medalhas, com motivos das Caravelas e das Naus portuguesas, e o galhardete da CML.

Ao fim da tarde e no âmbito do programa da recepção à tripulação do «Vespucci» realizou-se, no Cais da Rocha, promovido pela Câmara Municipal, um espectáculo público com a participação de corais e ranchos folclóricos.

No dia 21, teve lugar uma recepção no Castelo de S. Jorge e foi então entregue ao Presidente da Câmara, Eng.º Nuno Abecasis a bandeira da CEE.

VELEIRO ITALIANO NO TEJO COM UMA MENSAGEM DA CEE

Lisboa foi o primeiro dos 9 portos europeus a receber o veleiro «Americo Vespucci», com uma mensagem de ape-

COOPERATIVA DE HABITAÇÃO ECONÓMICA DOS TRABALHADORES DA CML E EPUL

Os trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa e da EPUL acabam de formar a sua Cooperativa de Habitação Económica que conta com o apoio e incentivo do Município e se insere nos princípios do movimento cooperativo para o sector habitacional.

O início das actividades da nova cooperativa, à qual o Executivo tem dado todo o estímulo, foi assinalado, no dia 30 de Julho, com uma cerimónia durante a qual se procedeu à colocação simbólica da 1.ª pedra do primeiro edifício a construir para os cooperantes, no Bairro das Furnas, a Sete-Rios. Ao acto, estiveram presentes o Eng. Nuno Abecasis, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, um representante do Secretário de Estado da Habitação, o Presidente do Instituto Nacional da Habitação, a Vereadora do Pelouro da Acção Social, Ana Sara Brito e outras individualidades civis e religiosas.

Na oportunidade, o Eng. Nuno Abecasis salientou o amplo significado da cerimónia sublinhando, no decorrer das suas declarações, que a CML «está consciente de que dos seus 10 000 funcionários, muitos deles vivem em condições de habitação degradadas, pelo que apoiará todos os esforços desenvolvidos pelos cooperantes municipais». E acrescentou: «A capital tem de se tornar numa cidade de homens livres e felizes, capazes de se ajudarem uns aos outros porque só desta forma a justiça triunfará».

O primeiro edifício da Cooperativa de Habitação Económica dos Trabalhadores da CML e EPUL é constituído por um bloco de nove pisos com 35 fogos e uma área de construção de 1800 m².

O custo médio de cada fogo ronda os 2300 contos.

De acordo com a programação estabelecida pela Cooperativa, a seguir, será construído outro edifício igual ao primeiro, dando-se, assim, por concluída a 1.ª fase. Para uma segunda fase está prevista a construção, na Buraca, de mais dois edifícios com as mesmas características.

A propósito de mais esta acção apoiada pelo Executivo camarário, salienta-se que, entre 1975 e 1986, o movimento cooperativo construiu, na cidade de Lisboa, cerca de 2000 novos fogos, em terrenos cedidos pela Edilidade em direito de superfície.



O Presidente da Câmara Municipal, Eng.º Nuno Abecasis na cerimónia do lançamento da 1.ª pedra para a construção da Cooperativa dos Funcionários da CML e EPUL

**OS POPULARES MÉRITOS
DE SANTO ANTÓNIO
CANTADOS EM VERSO**

No intuito de divulgar e manter bem vida a popularidade de Santo António, a Câmara Municipal de Lisboa, através dos seus Serviços Centrais e Culturais, promoveu um concurso de quadras populares sob o mote: «Santo António caprichoso/gosta de bilhas quebrar».

A iniciativa despertou grande interesse tendo sido recebidos 1400 postais de concorrentes com quadras subordinadas àquele mote.

Os resultados do concurso foram revelados em Agosto, tendo sido atribuídos três prémios principais e vinte menções honrosas.

O primeiro prémio, no valor de 15 contos, foi atribuído a Alcinda Nunes Quaresma pela sua quadra: «Santo António caprichoso/Gosta de bilhas quebrar/A minha apareceu quebrada/E não sei a quem culpar».

O júri era constituído por Maria Antónia Oliveira Martins Mesquita, representante do grupo «Amigos de Lisboa», Dr. João Pina Vidal e Dr.ª Maria Salette Salgado, respectivamente, dos Serviços de Turismo e de Ação Cultural da CML.

Santo António e a «Bilha»





ATERRO SANITÁRIO PARA RESOLVER PROBLEMAS DO LIXO DE LISBOA

Mais de trezentos mil contos vão ser investidos pela Câmara Municipal de Lisboa na construção de um Aterro Sanitário no Vale do Forno, entre a Calçada de Carriche e Carnide, o qual deverá entrar em funcionamento até ao fim do corrente ano.

Os objectivos e pormenores do novo empreendimento foram expostos pelo Eng.º Nuno Abecasis aos representantes dos Órgãos da Comunicação Social, no decorrer de uma Conferência de Imprensa, realizada, no dia 4 de Agosto, nos Paços do Concelho.

O Presidente do Município fez, então, o ponto da situação no que respeita ao saneamento básico e justificou, em pormenor, a construção do Aterro Sanitário. Segundo disse, o Aterro, projectado por uma firma de engenharia portuguesa, visa completar o trabalho da Estação de Tratamento de Beirolas na eliminação das novecentas toneladas de resíduos sólidos diariamente produzidos pelos

cerca de um milhão de habitantes da cidade e para ele convergirão 300 toneladas diárias de refugos que, dada a sua natureza química, a Estação de Beirolas não pode transformar em fertilizante, bem como mais 60 toneladas insusceptíveis de tratamento biológico, massa de detritos que tem sido deposta nas valas sanitárias de Beirolas.

Em Vale do Forno, salientou ainda o Eng. Abecasis, numa primeira fase os refugos serão acondicionados em socacos a revegetar, gradualmente, por forma a neutralizar quaisquer emanações de cheiros e a assegurar mais uma zona verde no espaço urbano.

Numa segunda fase, será construída uma estação de incineração, também em Beirolas, cuja conclusão se prevê para 1989 e permitirá reduzir substancialmente o volume de resíduos a depositar no aterro, alargando o prazo de vida útil desta infra-estrutura para 56 anos.

A área total do Aterro Sanitário que funcionará em pleno em 1988 é de 13 hectares, com uma área utilizada de 6,5 hectares.

O volume disponível total é de 780 000 metros cúbicos.

O Presidente da Câmara Municipal, Eng.º Nuno Abecasis, ladeado pelos Vereadores Eng.º Magalhães Pacheco e Vasco Franco, explica aos representantes dos Órgãos de Comunicação Social os objectivos do novo Aterro Sanitário

REALOJAMENTO NO BAIRRO DO CALHAU

A culminar o processo de recuperação de um núcleo habitacional degradado, mas muito característico da capital, o Eng. Nuno Abecasis procedeu, no dia 12 de Agosto, à entrega das chaves de novas habitações aos três últimos moradores do antigo Bairro degradado do Calhau, situado no sopé de Monsanto, nas traseiras do Palácio Marquês da Fronteira.

A cerimónia decorreu nas instalações da Associação de Moradores Flor da Serra e contou, também, com a presença do Vereador dos Espaços Verdes, Dr. Carlos Robalo, do Director dos Serviços de Habitação, elementos da Associação de Moradores e representantes dos Órgãos da Comunicação Social.

A entrega das chaves a estes três últimos moradores assinalou a realização concreta de um projecto iniciado em 1980, para a recuperação do antigo núcleo habitacional do Calhau o que permitiu realojar, condignamente, 64 famílias, que ali haviam fixado residência, vivendo sem as mínimas condições de habitabilidade.

O antigo núcleo habitacional do Sítio do Calhau é considerado um dos últimos vestígios da arquitectura rural da Cidade pelo que a Câmara Municipal o recuperou mantendo as suas principais características e melhorando, substancialmente, a qualidade de vida dos seus habitantes.

Por ocasião desta cerimónia, o Eng. Abecasis referiu o particular significado que o acto para si representou dizendo, a certa altura: «Termina, assim, o ciclo de renovação desta aldeia dentro da cidade e lembro que foi este Bairro o 1.º a receber as minhas atenções como Presidente da Câmara». Mais adiante, recordou algumas das acções desenvolvidas pela Câmara Municipal para solucionar os problemas de habitação na cidade.

Momento em que o Presidente da Câmara entrega as chaves das novas habitações



**LISBOA
VAI TER NOVAMENTE
JOGOS DESPORTIVOS
DA CIDADE EM 1988**

Os Jogos Desportivos da Cidade de Lisboa vão ter a sua 2.ª edição em 1988, na concretização de mais uma iniciativa da Câmara Municipal, através do Pelouro do Desporto da responsabilidade do Vereador, Dr. Vítor Gonçalves.

O êxito, o interesse e adesão despertados pelos 1.º Jogos em 1987, constituem forte apelo para que a iniciativa não esmoreça e prossiga com o alargamento a novas modalidades desportivas.

A fim de dar conhecimento dos objectivos e pormenores desta nova acção e fazer o balanço do que foram os 1.º Jogos, nos seus aspectos de adesão dos jovens e dos apoios e colaboração pres-

tados, o Dr. Vítor Gonçalves, promoveu no dia 18 de Agosto, uma reunião com representantes das Juntas de Freguesia do Concelho, jornalistas e outras individualidades.

O Vereador da CML ilustrou a sua exposição com dados estatísticos sobre a forte adesão dos jovens à 1.ª edição dos Jogos e disse considerar a acção como uma forma de contribuir para a formação da juventude procurando retirá-la de práticas prejudiciais.

Acrescentou que, entre outros objectivos, se pretende também suprir as lacunas verificadas, nos estabelecimentos de ensino, onde o desporto não tem o desejado acolhimento. Por isso mesmo — disse — a Câmara Municipal de Lisboa está a investir, fortemente, na sensibilização dos jovens de ambos os sexos para a prática desportiva, esperando-se uma adesão de 5000 aos 2.º Jogos.

Segundo foi também anunciado, o ténis de mesa e a natação vão ser incluídos na calendarização dos 2.º Jogos de 1988, mantendo-se o atletismo, o futebol de salão, basquetebol, etc.





JOVENS CALCETEIROS E JARDINEIROS RECEBEM DIPLOMA

As Escolas de Calceteiros e Jardineiros criadas pelo Câmara Municipal de Lisboa, em Setembro de 1986, com o apoio financeiro do Fundo Social Europeu, começaram já a dar resultados práticos ao considerarem profissionalmente aptos, 132 formandos candidatos a jardineiros e 22 a calceteiros.

Estes novos profissionais de calcetaria e jardinagem frequentaram um curso de um ano, numa acção de aprendizagem promovida pela CML, em colaboração com o Fundo Social Europeu.

No dia 28 de Agosto e para assinalar o encerramento do curso realizou-se, no Pátio Alfacinha, uma cerimónia no decorrer da qual foram entregues aos alunos os respectivos diplomas que os consideram com formação adequada para o desempenho das suas funções.

Presidiu ao acto da entrega dos diplomas o Dr. Lívio Borges, Vereador do Pelouro do Pessoal, que, na oportunidade, felicitou os novos «diplomados» e disse do muito que há a esperar da sua actuação a favor do embelezamento da cidade, nos seus jardins e nas suas ruas.

Presentes também o Provedor da Casa Pia de Lisboa, o Director-Geral do Departamento para o Fundo Social Europeu, o Presidente do Instituto do Emprego e Formação Profissional e outras individualidades

O Dr. Lívio Borges, Vereador do Pelouro do Pessoal da CML, entrega o diploma a um dos alunos

AUXÍLIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

A PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA

Num gesto de solidariedade e cooperação ao abrigo dos acordos estabelecidos no seio da UCCLA (União das Cidades Capitais, Luso-Afro-Américo-Asiáticas), a Câmara Municipal de Lisboa enviou, no dia 31 de Agosto, a bordo do navio «S. Miguel», diverso material para S. Tomé e Príncipe, Praia e Maputo destinado a diminuir as grandes carências que existem naquelas cidades.

Entre o material oferecido constam lotes de sinais de trânsito, contentores, instrumentos e veículos, equipamento para parques infantis e material de secretaria.

Neste movimento de solidariedade destacou-se a acção do Comandante Manuel Pinto Machado, Secretário-Geral da UCCLA e Vereador para as Relações Internacionais da CML, na medida em que conseguiu o apoio e a adesão a esta iniciativa de diversos membros observadores daquela Organização Internacional, nomeadamente, o IPE, a EPUL, a CGD e Marconi.

O transporte do material enviado pela CML fez-se a bordo do navio «São Miguel», graças às facilidades para tanto concedidas pelo Chefe do Estado-Maior da Armada, dado que aquele navio transportava para Moçambique 2 mil toneladas de géneros alimentícios oferecidos pelo Estado Português.

FUNDAÇÃO CIDADE — LISBOA

Tendo como objectivo, entre outros, a defesa dos valores culturais, artísticos e monumentais, bem como o estímulo da realidade urbana e o desenvolvimento das relações entre a capital e outras cidades, vai ser criada, brevemente, por iniciativa do Eng.º Nuno Abecasis, a Fundação Cidade — Lisboa.

Em declarações à Imprensa, em 23 de Setembro, à saída do Palácio de Belém, o Eng.º Nuno Abecasis disse que a nova instituição contará com a colaboração do Chefe do Estado, Dr. Mário Soares, a quem convidara para seu presidente.

500 ANOS DE HISTÓRIA COMUM LUSO-ANGOLANA RECORDADOS NA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

No âmbito do programa da sua visita oficial a Portugal, o Presidente da República Popular de Angola, José Eduardo dos Santos, deslocou-se à Câmara Municipal de Lisboa, no dia 28 de Setembro, onde foi recebido com a solenidade e honras de estilo.

No Salão Nobre dos Paços do Concelho, realizou-se a sessão de boas-vindas. O Presidente do Município, Eng.º Nuno Abecasis, na presença de toda a Vereação, do Ministro do Plano e da Administração do Território, de um representante do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e de outras individualidades, entregou a Chave de Honra da Cidade ao Chefe do Estado Angolano, proferindo, então, um discurso histórico-político em que, depois de saudar o ilustre visitante e recordar o nome de outros estadistas de países africanos de língua portuguesa que passaram já pelos Paços do Concelho de Lisboa, disse: «Indestrutivelmente ligados a Angola por mais de 500 anos de história em comum, cimentada no sangue, no suor e nas lágrimas de muitas gerações de antepassados de angolanos e de portugueses e inspirada pelo ânimo, esforço e à imaginação, que nos permitiram levar a cabo tantas obras e realizações portentosas, tais como as suas magnificas cidades, a sua vasta rede de estradas, os seus portos e caminhos-de-ferro, os seus exemplares esquemas de irrigação, as suas pontes ou as suas gigantescas barragens, nós portugueses e em especial este povo de Lisboa, esperávamos ansiosamente pela chegada desta hora de alegria em que, como irmãos separados, nos seria dada a dita de nos podermos de novo estreitar nos braços uns dos outros».

O Eng.º Nuno Abecasis invocou, depois, a cerimónia da criação da UCCLA, em 1985, afirmando, a propósito: «Quando, há alguns anos atrás, inaugurámos o novo Centro Cultural das Descobertas, no interior do Monumento fronteiro aos Jerónimos e debruçado sobre o rio Tejo, estavam connosco os Presidentes das Câmaras da Praia, Bissau, Água Grande, Maputo, Macau, e delegados do Rio de Janeiro, Brasília e da sua cidade de Luanda. Na sessão que se seguiu a essa cerimónia, numa clara demonstração de vontade colectiva, foi instituída a União das Cidades Capitais

Luso-Afro-Asiático ou Americanas, única Associação Inter-Municipal Internacional em que todos os participantes falam uma mesma língua. Desde esse dia que todas as Capitais associadas nesta União pragmática, fraterna e fecunda, anseiam pela adesão da cidade irmã de Luanda».

E acrescentou:

« Em nome de todas estas capitais e das suas populações, Senhor Presidente, aqui lhe deixo um apelo veemente para que Luanda se junte a todos nós e nos ajude a desempenhar as altas missões que quisemos aceitar, partilhando por vezes o que nos falta, para que o desenvolvimento seja mais repartido, os homens mais felizes e os flagelos que atingem tantos de nós, mais rapidamente dominados. Assim se constrói a solidariedade e a compreensão sem as quais não mais haverá desenvolvimento e Paz».

Prossequindo, nas suas declarações, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa disse, ainda, «estar certo de que Angola e Luanda não perderão a oportunidade que se lhes oferece de partilharem um destino e uma missão dignos da sua história e à medida das suas capacidades e potencialidades de grande Nação» e, a concluir, salientou: «Esta é a Cidade, senhor Presidente, que lhe oferecemos ao entregar-lhe a sua Chave. Queremos que a sinta sua, como nós a

sentimos nossa. Queremos que nela seja feliz e realize os propósitos que o trouxeram até nós. Para que amanhã seja melhor do que hoje. Para que os povos que usam a língua de Camões descubram a alta missão a que são chamados e contribuam de forma decisiva, para que Norte e Sul se aproximem, para que ricos e pobres se entremudem, para que a fome e a injustiça e a doença acabem na Terra, para que todos sejamos dignos desse grande poeta que partilhámos — LUIZ DE CAMÕES».

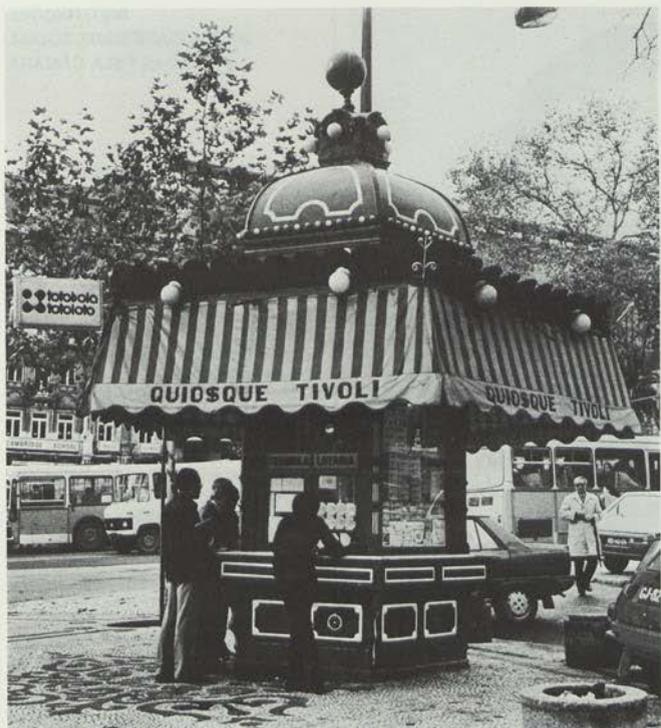
Por sua vez, o Chefe de Estado Angolano agradeceu ao Eng.º Abecasis e ao povo de Lisboa a recepção calorosa que lhe foi dispensada e formulou votos pela intensificação das relações de cooperação e ajuda entre as cidades capitais de Angola e de Portugal.

Em seguida e de acordo com o protocolo habitual, procedeu-se à cerimónia da assinatura do Livro de Honra, tendo, na altura, o Eng.º Abecasis oferecido ao Presidente Angolano uma caravela em filigrana de prata, banhada a ouro e encimada por dois corvos, símbolo da Cidade de Lisboa.

O Presidente José Eduardo dos Santos retribuiu a gentileza com uma escultura de madeira do artesanato de Cabinda, representando uma cabeça de guerreiro.

Aspecto da sessão de boas-vindas ao Presidente da República Popular de Angola





Quiosque Tivoli – um dos modelos mais antigos ainda ao serviço do público

QUIOSQUE «TIVOLI» DE LISBOA REPRODUZIDO NUM SELO PREMIADO EM WASHINGTON

Um selo pintado por Maluda e que reproduz o Quiosque Tivoli, na Av. da Liberdade em Lisboa, obteve, em Washington, o prémio para a melhor estampa «offset».

Segundo foi tornado público, em 30 de Setembro, o selo premiado integra-se numa edição de quatro dos Serviços de Filatelia dos CTT/TLP sobre quiosques de Lisboa.

Recorda-se que o Quiosque Tivoli, mandado construir, em 1925, pela empresa do DN é hoje considerado um dos raros exemplares que, na capital portuguesa, ainda se encontram ao serviço do público.

De acordo com os cronistas, o primeiro quiosque da capital «foi mandado construir, em 1868, no Rossio, a pedido de D. Tomás de Melo». Idênticos exemplares, no género, encontram-se, ainda, no Cais do Sodrê (dois), no Príncipe Real (dois), no Largo da Estrela e da Misericórdia, na Av. 24 de Julho (dois), na Calçada Ribeiro dos Santos e na Rua de Artilharia. Diz-se que o modelo veio do oriente, através da Turquia e a sua expansão pela Europa não lhe retirou o aspecto orientalizante, apenas, tendo sido ocidentalizado o nome de origem, passando de «kiokhs» para a versão francesa «kiosque» ou «quiosque» em português.

E foi, assim, que, ao longo de anos e de sucessivas gerações Lisboa foi suporte desses pequenos «postos de venda» cujo valor artístico em nada ficou diminuído pelo recente lançamento de novos modelos pela Câmara Municipal.



LISBOA REFORÇA HOMENAGEM A FONTES PEREIRA DE MELO

O grande estadista e político que foi António Maria de Fontes Pereira de Melo, cujo nome figura na toponímia de Lisboa, por deliberação camarária de 4 de Dezembro de 1902 e Edital do dia 11 do mesmo mês e ano, vai, agora, por ocasião da passagem do primeiro centenário da sua morte, ter reforçada a perpetuação da sua memória, através de um monumento mandado erigir pela Câmara Municipal, por deliberação tomada em Setembro, e que ficará implantado em local adequado, próximo da Praça Marquês de Pombal.

Para o efeito, foi já aberto concurso público, até 2 de Dezembro, para a concepção, execução e colocação do referido monumento.

Nos termos do regulamento, são admitidos ao concurso, individual ou colectivamente, artistas plásticos nacionais, podendo, ainda, a co-autoria ser de arquitecto ou arquitectos paisagistas.

Ao autor ou autores do projecto seleccionado, será atribuído um prémio pecuniário de 500 000\$00 e os 2.º e 3.º classifi-

ficados receberão, respectivamente, 250 000\$00 e 100 000\$00.

O júri do concurso será presidido pelo Vereador do Pelouro da Cultura da CML, Arqt.º Vitor Reis, e constituído por representantes da Associação Internacional dos Críticos de Arte, por um Arquitecto paisagista nomeado pelo Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e por três escultores designados pela Sociedade Nacional de Belas-Artes, pela Escola Superior de Belas-Artes e pela Academia Nacional de Belas-Artes.

A iniciativa da Câmara Municipal, visa, além da justa homenagem, deixar bem demarcado o nome do político português que muito se destacou, pela acção e prática administrativa, no oitavo e nono decénios do séc. XIX, como principal obreiro da promoção de promoção de melhoramentos públicos.

Nascido, em Lisboa, a 8/IX/1819, Fontes Pereira de Melo faleceu, na mesma cidade, em 22/1/1887, legando ao vindouros um património cultural e político que constitui avaliado suporte para que a sua memória não seja esquecida.

INSTITUIÇÕES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL APOIADAS PELA CÂMARA

Assistência e protecção aos mais carenciados de todos os grupos etários, tem sido um dos vectores, atentamente acompanhado no âmbito das disponibilidades financeiras, pelo Pelouro de Intervenção Social da Câmara Municipal de Lisboa, da responsabilidade da Vereadora Ana Sara Brito.

Segundo foi tornado público em Julho, e na concretização de várias iniciativas, salienta-se que, no 1.º semestre de 1987, os subsídios atribuídos pela Câmara a Instituições Privadas de Solidariedade Social, com sede em Lisboa, atingiram a cifra de 2750 contos.

O critério adoptado para a atribuição dos respectivos subsídios baseou-se no estudo da acção meritória desenvolvida pelas Instituições seleccionadas, na concretização de actividades diversas com crianças, pré-adolescentes, adolescentes, jovens e idosos, numa perspectiva de desenvolvimento integral.

As Instituições contempladas foram, entre outras, a Associação de Moradores do Casal Ventoso, a Cooperativa Editorial Mulheres, MURPI, o Vicariato de Chelas, a Obra do Ardina, o Centro Escolar Republicano «Almirante Reis», a Casa dos Rapazes e a Associação para o Planeamento da Família.

Rectificação

No n.º 18 (4.º Trimestre de 1986) da Revista Municipal, a páginas 68 e a propósito da notícia da entrega da medalha de ouro de mérito municipal à Sociedade Histórica da Independência de Portugal, é referido como seu Presidente, na altura, o Sr. Carlos Vilhena Ralha, quando se tratava efectivamente de Carlos Vieira da Rocha.

Do lapso pedimos desculpa ao vido e aos nossos leitores.

